

HISTÓRIA COLONIAL DA PARAHYBA

Nativa

ERIK BRITO

NUPEHL

HISTÓRIA
COLONIAL DA
PARAHYBA



Editor

Lucas Manoel Freire Monteiro Cabral

Conselho Editorial

Luíra Freire Monteiro
Flávio Carreiro de Santana
Emerson M. Alves Silva

Conselho Científico

Bruno Rafael de A. Gaudêncio (IHCG)	Maria Liége Freitas Ferreira (UFCG)
Eliton S. Medeiros (UFPB)	Laudemiro L. de Figueiredo Filho (IHGB)
Flaubert Barros Leira (HGGP)	Lucira Freire Monteiro (UEPB)
Flávio Carreiro de Santana (NUPEHL)	Luíra Freire Monteiro (UEPB)
Glauber Paiva da Silva (UFPE)	Luiz Carlos dos Santos (IHGAN)
Hélio de Sousa Ramos Filho (UFPB)	Maria de Lourdes Lopo Ramos (UEPB)
Hilmaria Xavier Ribeiro (NUPEHL)	Maria Ida Steinhüller (IHCG)
Iordan Queiroz Gomes (NUPEHL)	Thomas Bruno Oliveira (IHGP)
João Pereira Silva Neto (IHLS)	Thuka Kércia Morais de Lima (MDCG)
José de Sousa Pequeno Filho (IHSB)	Vanderlei de Brito (IHCG)
Juvandi Dos Santos Silva (UEPB)	Vicentina Ramires (UFRPE)

Conselho Científico

Designer gráfico	Emerson M. Alves Silva
Capista	George Tenório Pinto
Revisão linguística	Vanuza de Oliveira Barbosa
Normalização técnica	Wellington Figueiredo



Edições Nativa

2021

ERIK MANOEL FARIAS DE BRITO

HISTÓRIA
COLONIAL DA
PARAHYBA

Nativa 

Edições Nativa

2021

Copyright 2021 – Autores

Copyright 2021 – Nativa
ISBN 978-65-995379-5-0

Ilustração da capa:

Montagem digital da ilustração de Vanderley de Brito sobre o encontro do rio Parahyba com o rio Sanhauá, no entorno da cidade de Filipeia, autorizada pelo autor.

Capa: George Tenório da silva

Contato com o autor:
edicoesnativa@gmail.com

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brito, Erik
História colonial da Paraíba [livro eletrônico] /
Erik Brito. -- 2. ed. -- Campina Grande, PB :
Nativa Edições, 2021.

ISBN 978-65-995379-5-0

1. Colonização - História 2. História do Brasil
3. Paraíba (PB) - Colonização 4. Paraíba (PB) -
Descrição I. Título.

21-73939

CDD-981.021

Índices para catálogo sistemático:

1. Colonização : Brasil : História 981.021

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Edições Nativa

2021

Sumário

UMA BEM SUCEDIDA INCURSÃO HISTORIOGRÁFICA DE UM JOVEM ESTUDIOSO DA HISTÓRIA DA PARAÍBA	1
APRESENTAÇÃO	3
QUANDO TUDO COMEÇOU.....	8
1.1- Terra dos Potiguara	10
1.2- As Capitânicas Hereditárias.....	12
1.3- A capitania de Itamaracá	14
1.4- O massacre de Tracunhaém	19
A CONQUISTA DA PARAÍBA.....	22
A NASCENTE CIDADE DE N. S. DAS NEVES	35
3.1 - Frutuoso Barbosa: O retorno.	42
3.2 - Feliciano Coelho de Carvalho: O predador.....	46
3.3- O Santo Ofício visita a Paraíba.....	47
3.4 - O acordo de paz com os potiguara	50
A SOCIEDADE AÇUCAREIRA NA PARAÍBA.....	57
4.1- O sistema administrativo da Capitania	61
4.2 - As missões religiosas na Paraíba	63
4.2 - O escravo negro na Paraíba.....	66
ZOROBABÉ, UM CITADINO SELVAGEM.....	69
A INVASÃO HOLANDESA NA PARAÍBA	78
6.1 - O tempo dos flamengos.....	87
6.2- O período de Maurício de Nassau	90
6.3 - A desunião ibérica	93
6.4 - A resistência anti-holandesa.....	96
6.5- O Santo Ofício volta a aterrorizar.....	101

OS DESBRAVADORES DOS SERTÕES	103
7.1 - Os Oliveira Ledo	107
7.2 – O expansionismo dos Oliveira Ledo	110
7.3 - Os levantes dos Tarairiu.....	116
7.4- A fundação da missão de Campina Grande	122
O POVOAMENTO DO SERTÃO.....	132
8.1- O fim de Teodósio de Oliveira Ledo	134
O PERÍODO POMBALINO NA PARAÍBA	137
9.1 - A Paraíba é anexada à Pernambuco.....	140
OS TEMPOS DA RAINHA	143
10.1- Fundação da Vila Nova da Rainha	145
10.2- As loucuras da Rainha	147
10.3- Últimos suspiros do período colonial	148

Prefácio

UMA BEM SUCEDIDA INCURSÃO HISTORIOGRÁFICA DE UM JOVEM ESTUDIOSO DA HISTÓRIA DA PARAÍBA

Guilherme Gomes da Silveira d'Ávila Lins
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano- IHGP

O autor desta obra, Erik Brito, ainda bastante cedo mostra bem a que vem no tocante à percepção e à compreensão da realidade histórica do período colonial da Paraíba. Nessa sua incursão historiográfica ele traz a público um embasado domínio do tema que aborda, ao mesmo tempo em que finca de forma firme e bem-posta os pilares fulcrais que servem de esteio à sua construção histórica. Isto, por si só, já revela neste jovem autor uma maturidade de elaboração intelectual digna de registro, característica esta que muitas vezes passa sem ser notada. Acrescente-se ainda que o recorte cronológico da história da Paraíba abarcado nesta obra, ou seja, o seu período colonial, é sem dúvida, por diversas razões, o mais difícil de ser perscrutado. O fato é que as naturais dificuldades para trilhar essa caminhada histórica não ofereceram qualquer óbice para a execução fluente e amena da narrativa em tela.

Advirto desde já os leitores açodados para o fato de que esta não é uma obra didática propriamente dita, mas sim um trabalho de muito maior alcance, impregnado de um marcante caráter pedagógico. Seu autor soube muito bem vivificar aí as cenas e os cenários históricos por ele capturados com muita argúcia. Aliás, este é um aspecto que eu gostaria de submeter a uma apreciação mais detida. Como se poderia vislumbrar melhor a peculiar forma bem-sucedida através da qual este autor conseguiu desenvolver tão elegantemente a sua narrativa histórica? Tenho um que talvez possa, ao menos em parte, responder a esta indagação. Acontece que Erik também é um cineasta experiente que, valendo-se deste

talento adicional, conseguiu desenvolver este trabalho de uma maneira bastante enriquecida, quase cinematográfica, mediante a elaboração de um roteiro bem urdido, ou seja, através de um peculiar olhar histórico engalanado com tomadas de cena muito criativas. Enfim, ele levou a um roteiro histórico muito atraente e de fácil leitura ao discorrer sobre o período colonial da Paraíba. Noutras palavras, por analogia, ele conseguiu neste seu trabalho encontrar o palmito saboroso que existe no interior da palmeira que o produz.

Entre outros destaques, esta obra de Erik Brito contém um particular adereço de elevado merecimento. São as suas ilustrações. Refiro-me às concepções artísticas da quase totalidade das gravuras que representam cenas e personagens históricos do nosso período colonial, as quais enriquecem sobremaneira o texto em apreciação. Essas gravuras saíram da exímia mão do historiador e arqueólogo Vanderley de Brito, pai do autor desta obra.

Está, portanto, de parabéns, o jovem e promissor historiador Erik Brito que principia seu caminhar histórico com muito sucesso. Vamos todos aguardar outros trabalhos da sua lavra.

Cabeça da antiga Capitania da Paraíba,
30 de agosto de 2016.

APRESENTAÇÃO

A História pode ser contada visando muito mais do que o simples aprendizado, de forma a também despertar o gosto de aprender. O entretenimento, que é um mecanismo eficaz para captar a concentração, pode ser de grande valia para uma fixação consciente de assuntos. Nada melhor do que unir aprendizado com recreação para envolver o estudante num processo de construção de conhecimento, principalmente a juventude de hoje que é habituada a circular pelo dinâmico e atrativo universo virtual.

Desse modo, o livro que agora apresento não tem o propósito de “narrar” a História da Paraíba, como o fizeram Maximiano Lopes Machado, Celso Mariz, José Octávio de Arruda Mello e outros tantos. Nem tampouco é analisar, revisar e fundamentar fatos históricos da Paraíba à luz de novos estudos. Pretendo apenas “contar” a História Colonial da Paraíba, numa fusão de História e conto, de forma a tornar esse pedaço de nossa história mais acessível para leitores que se interessam pelos acontecimentos do passado, mas não são habituados nem dispostos às cansativas convenções e linguagens do universo acadêmico.

Assim como diria Constantin Stanislavski, “o texto e a interpretação são a alma do espetáculo”, portanto, optei por afrouxar os dogmas da morosa ABNT e substituir a historiografia clássica de Varnhagen pela literatura irreverente de Brecht, visando salvar as emoções do texto e deixar a interpretação cênica com vocês, leitores.

Compreendo a História Colonial da Paraíba como uma série de causas e efeitos interligados, portanto não há conflitos secundários. Como um conto tudo está contido num só enredo, avança o tempo e as gerações, os cenários se diversificam, ora estamos nas matas úmidas do litoral e ora estamos na caatinga, onde se esconde a sorte cega (como diria o Rei do

Baião), mas tudo advém dos desdobramentos de um fato original, um fio de Ariadne sem o qual a História seria outra.

Com minha experiência de cineasta, ator e roteirista, busquei - com a devida licença poética - criar imagens e situações fictícias para tornar a História mais agradável e instigante ao leitor. Os acontecimentos do passado são imutáveis, eu sei, mas minhas intervenções não deturpam a História, pois são narrativas decorativas e irrelevantes, de objetivos didáticos que visam a contextualização e a descontração, encaixando na cronologia dos fatos costumes nativos, mentalidades coloniais, noções geográficas, informações climáticas, e outras, para dar uma repaginada na História ao evocar cheiros, cores e vozes, investir os atores de personalidade, trazer perspectivas sociais, humanizando os ditos “heróis” da História da Paraíba, e levantar questionamentos até então não observados, como: Onde estaria a sepultura do primeiro capitão-mor da Paraíba?

É um modo livre de tratar história, pois foge à dogmática da historiografia positivista e as conceituações da academia, permitindo ao leitor formar pontos de vista particulares. Enfim, é uma proposta não-ficcional que une ciência e espetáculo, ao modo do conceito construtivista do documentarista soviético Dziga Vertov, que considerava a imagem “a arte do fato”, e, portanto, se a obra que ora apresento fosse um filme e não um livro, certamente a legenda inicial viria com o seguinte comentário: “esta é uma obra baseada em fatos reais”.

Uma vez eu estava a conversar com o velho amigo Balduino Lélis, experiente cineasta e grande pesquisador de História, e ele, naquele seu habitual ar de sábio que sempre me encantou, disse que “a interpretação da História pode despertar o interesse pelo assunto ou não, tudo vai depender da forma em que o pão e o circo forem arrançados na narrativa”. Entretanto, embora este livro tenha um caráter um tanto que lúdico, não é desprovido de pesquisa. A título de revisão bibliográfica, uma vez que não pretendo citar fontes no corpo do texto e nem enumerar uma bibliografia ao final do livro, podemos adiantar que nos utilizamos de estudos críticos recentes da História paraibana, dialogando com

historiadores que se dedicaram ao difícil e paciente trabalho de revisar fontes primárias, obras como: “Páginas de História da Paraíba” de Guilherme D'Ávila Lins; o livro “Missões na Capitania da Paraíba” de Vanderley de Brito; alguns estudos sobre os indígenas paraibanos publicados por José Elias Borges na revista Campinense de Cultura; fundamentações teóricas de Horácio de Almeida, em sua “História da Paraíba”; e diversos estudos recentes de pesquisadores da Sociedade Paraibana de Arqueologia, como Thomas Bruno Oliveira, Carlos Alberto Azevedo, Juvandi de Souza Santos e Pe. J. J. Rietveld, publicados em livros ou nos meios de divulgação da SPA, como capítulos de coletâneas, revistas científicas e boletins periódicos.

Os contextos e ambientações foram pinçados nas entrelinhas de transcrições de documentos oficiais de época, como correspondências diplomáticas e inventários recolhidos nos arquivos da Torre do Tombo de Lisboa. Também me utilizei de relatórios de viagens na Paraíba, livros de crônicas como “Diálogos das grandezas do Brasil”, de Ambrósio Fernandes Brandão, “Abrindo o livro do Passado” de Cristino Pimentel, “Lendas e fatos do meu sertão” de Pe. Luiz Santiago; “Inventário do tempo” de Deusdedit Leitão, entre outros, e também reconstruí contextos históricos a partir de livros cuja finalidade fora extrair cronologicamente fatos históricos em documentos de época, como os “Apontamentos para a História Territorial da Paraíba” de João de Lyra Tavares, as “Datas e notas para a História da Paraíba” de Irineu Ferreira Pinto; “Municípios e freguesias da Paraíba” de Epaminondas Câmara; o “Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba” de Coriolano de Medeiros; e outras que me fogem agora à memória.

Alguns romances ambientados no território da Paraíba também auxiliaram na composição de cenários, como “A bagaceira”, “O boqueirão”, “Coiteiros” e “Reflexões de uma cabra”, de José Américo de Almeida; e obras de José Lins do Rego como “Menino de Engenho”, “Pedra Bonita”, “Cangaceiros” e “Fogo morto”. Enfim, é difícil ser exato com relação às inúmeras fontes que nortearam este livro porque o mesmo

nasceu do despojo de um antigo projeto em que eu visava montar aulas de História da Paraíba para ministrar no ensino médio.

A maioria das imagens deste livro é lavra de Vanderley de Brito, que além de experiente historiador é também um hábil desenhista, seja a mão livre ou por meio de computação gráfica, e foram feitas com exclusividade para ilustrar este trabalho. Sobre isso, vale salientar que as imagens não são apenas frutos da imaginação, pois envolvem minuciosa pesquisa de vestimentas e adereços de épocas, assim como um estudo de fenótipos com base nos descendentes dos personagens retratados. Deste historiador, que vem sendo um pai para mim (literalmente), também me vali de seus estudos das línguas indígenas, tupi e cariri, para a tradução de topônimos e a evocações de frases nativas.

Uma vez que o título cunhado à obra é “História Colonial da Parahyba”, achei por bem seguir ao pé da letra e não me aventurar no período que antecede a chegada dos europeus ao solo paraibano, nem tampouco exceder os limites do período em foco. Conforme pude constatar, a história colonial da Paraíba tem uma larga documentação de fatos, mas para manter a linha do entretenimento e não perder o trilho contínuo do roteiro, recorri a técnicas de adaptação cinematográfica ao descartar alguns ocorridos que não tiveram relevante desfecho na História e só influenciariam e contribuiriam no sentido de estender o texto e, por sua vez, impacientar o leitor.

Embora eu tenha me criado nas trincheiras históricas, acompanhando desde menino o meu pai em suas pesquisas e ouvindo constantemente os diálogos entusiasmados dos inúmeros historiadores renomados que iam lá em casa conversar com ele, ainda sou um historiando em final de curso, um bisonho, diria o amigo Dr. Juvandi de Souza Santos. Todavia, não tenho propósito aqui de me tornar um ícone da historiografia paraibana, como são os inúmeros autores que me utilizei, quero apenas tentar atrair os jovens para o interesse de nossa História, contando-lhes uma história que possa ser mais facilmente compreendida à luz dos padrões atuais. Ainda tenho toda uma vida pela frente (espero), e anseio que todo o aprendizado que eu venha a acumular nos caminhos

e descaminhos da vida me eleve tão somente à condição honrosa de eterno aprendiz.

O autor

Capítulo 1

QUANDO TUDO COMEÇOU

Era agosto de 1501, um dia ensolarado, e fazia pouco mais de um ano que a Terra de Vera Cruz havia sido descoberta. Da baía do Acaitibiró uma frota de naus era avistada com curiosidade pelos naturais da terra sobre o morro do Tambiá e, no mar, debruçado sobre convés de uma das naus, o célebre navegador Américo Vespúcio, aquele florentino que depois emprestaria seu nome ao continente americano, observava maravilhado os fabulosos e imponentes paredões sedimentares de argilas alvas brilhando ao sol. Aquela era a primeira expedição em missão de reconhecimento das terras tupiniquins e, sem dúvidas, nestas alturas costeava o litoral norte paraibano.

Naquela baía, depois de longos três meses exposta a todos os perigos e penúrias na travessia do Atlântico, a frota de reconhecimento lançava ferros ao mar e enviava marinheiros em batéis à praia para trazer mantimentos de água, frutas e lenha.



Baía do Acaitibiró

Uma vez em terra, logo os marujos avistaram no cume de uma falésia um grupo de gente nua, e de pele baça, que os contemplavam desconfiados ao longe, mas não ousaram vir ao encontro dos nautas. Depois de recolherem as provisões ora necessárias, os marujos tomaram seus barcos, deixando em terra guizos e miçangas como presentes aos gentios que, logo que os batéis tomaram distância, correram à praia para verificar e recolher as prendas. Certamente eles ficaram maravilhados com as novidades do além-mar, porque à noite inteira passaram em cantos, gritos e danças na praia escura, em torno de bruxuleantes fogueiras cujos clarões avermelhavam aquele estranho rito selvagem.

Na manhã seguinte, novamente foram enviados batéis à praia para colher mais provisões e, no alto do morro, se via aquela gente da terra que acenava para os europeus como que os chamando. Imaginando quererem agradecer as prendas deixadas no dia anterior, logo dois jovens marujos pediram licença ao capitão para ir ao encontro dos nativos, no que foram atendidos. A armada ficou aportada por dias na enseada e, do convés das naus, quase todo dia se via gente nativa na praia apontando e gesticulando freneticamente para os navios.

No alvorecer de um desses dias, mais uma vez foram enviados homens à praia e, nesta manhã, para a surpresa dos marinheiros, jovens mulheres nativas desceram à meia encosta do morro gesticulando, nuas e lascivas como fossem sereias a convidar os homens brancos à luxúria. Diante de tal espetáculo, depois de meses no mar, um mancebo da tripulação mais afoito deixou seus afazeres e seguiu desautorizado ao encontro das índias. Faceiras, as nativas logo cercaram o mancebo e, da praia, os demais marinheiros puderam ver às costas do jovem outra índia descer o monte trazendo em punho um tacape que, de modo eficaz e traiçoeiro, desferiu violentamente um golpe na nuca do jovem, que imediatamente caiu morto por terra.

Na praia, os navegantes que acompanhavam, atônitos, a cena macabra, viram homens armados de arcos que desciam o morro correndo, nus, gritando e atirando flechas contra eles, que confusa e apressadamente tentavam fugir nos batéis e só não tiveram o mesmo destino do

companheiro porquê das naus a tripulação também acompanhou o que se passara e depressa dispararam os canhões em defesa dos nautas em terra. Corridos com o estrondo dos canhões, os nativos subiram o monte aonde as mulheres já se encontravam despedaçando o cadáver do mancebo e assando-o numa grande fogueira, enquanto exibiam e devoravam seus membros decepados e sinalizavam como que dizendo que aquele fora o mesmo destino dos dois outros rapazes enviados anteriormente.

Este fatídico episódio foi registrado em detalhes por Américo Vespúcio e correu toda a Europa, e, desde então, a baía de *Acaūtibiró* onde se dera tal tragédia, para rememorar os três marinheiros trucidados traiçoeiramente pelo gentio potiguara, passou a ser denominada de Baía da Traição.

Ora pois! E é assim que começa a se deslanchar a História colonial da Paraíba...

1.1- Terra dos Potiguara

Nos primeiros trinta anos após a chegada de Cabral ao Brasil, as atenções de Portugal estavam ainda voltadas para as Índias e suas rendáveis especiarias, cujos sabores e aromas faziam sucesso na Europa. Essas primeiras décadas (de 1500 a 1530) são conhecidas como período pré-colonial, ou seja, anterior à colonização, e durante este período o então rei de Portugal, Dom Manuel, enviou às terras do Brasil algumas expedições com o objetivo de verificar se nelas havia ou não alguma riqueza mineral que pudesse ser explorada. Quase todas as expedições náuticas que Portugal enviava à Índia faziam escala pelo Brasil. Entre estas, ocorreu a de Tristão da Cunha, por volta de 1506, quando se fez a descoberta do rio Paraíba, que tomou o nome de São Domingos. Era praxe entre os ibéricos nomear os lugares de acordo com o santo do dia, por isso a data em que este expedicionário da Coroa descobriu a foz do Paraíba deve ser 04 de agosto, por ser este dia em que se comemora o referido santo. Contudo, o nome dado pelos portugueses ao Rio não foi suficientemente forte para sobrepor o topônimo indígena tradicional e em

poucos anos já figurava em documentos o termo “Paraíba” para defini-lo. Paraíba significa Rio Mau, na língua nativa do litoral.

Isso significa que no princípio do século XVI já se conhecia os 140 quilômetros de orla marítima que compõe o atual litoral paraibano e seus diversos acidentes geográficos, como a Ponta de Seixas (que é o ponto mais oriental da América) e as inúmeras restingas, estuários, recifes e falésias (como as de Cabo Branco, Gramame e Jacumã), desde a foz do rio Graju, na fronteira com o Rio Grande do Norte, até à do rio Goiana, fronteira com Pernambuco.

Nas matas úmidas que se estendiam ao longo do litoral brasileiro havia, abundantemente, uma *Páairnvelore*, de nome Brasil, cuja madeira extraía-se um corante que os europeus usavam para tingir tecidos, que acabou por atrair os interesses portugueses e o Rei decidiu explorá-la. No entanto, era necessário ao empreendimento investir recursos. Assim, como Sua Majestade não estava interessada em tirar dos cofres reais, decidiu conceder autorização para a exploração do pau-brasil a alguns mercadores portugueses que estivessem dispostos a investir. Em troca os negociantes teriam de pagar uma quantia fixa à Coroa, construir feitorias e defender o litoral contra a presença de navios corsários.

Desse modo, entre 1500 e 1530, os índios que habitavam a costa brasileira se acostumaram a ver, cada vez com mais frequência, embarcações tripuladas, portuguesas ou de piratas, com suas línguas diferentes e trajes esquisitos (europeus) que vinham com seus presentes exóticos para trocar por toras de pau-brasil e outras coisas da terra.

Os indígenas cortavam as árvores e transportavam os pesados troncos até as feitorias em troca destas bugigangas, como espelhos, miçangas, facas e machados. Contudo, não só foram os portugueses que começaram a extrair pau-brasil das terras brasileiras, os franceses também se ocupavam de embarcar para a Europa, de forma clandestina, as mercadorias da colônia portuguesa, pois não aceitavam a pretensão de Portugal de ser dono exclusivo do Brasil. Nos reinos da Europa nenhuma decisão importante era considerada válida sem o aval da Santa Igreja e, portanto, desde o Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494, com o aval

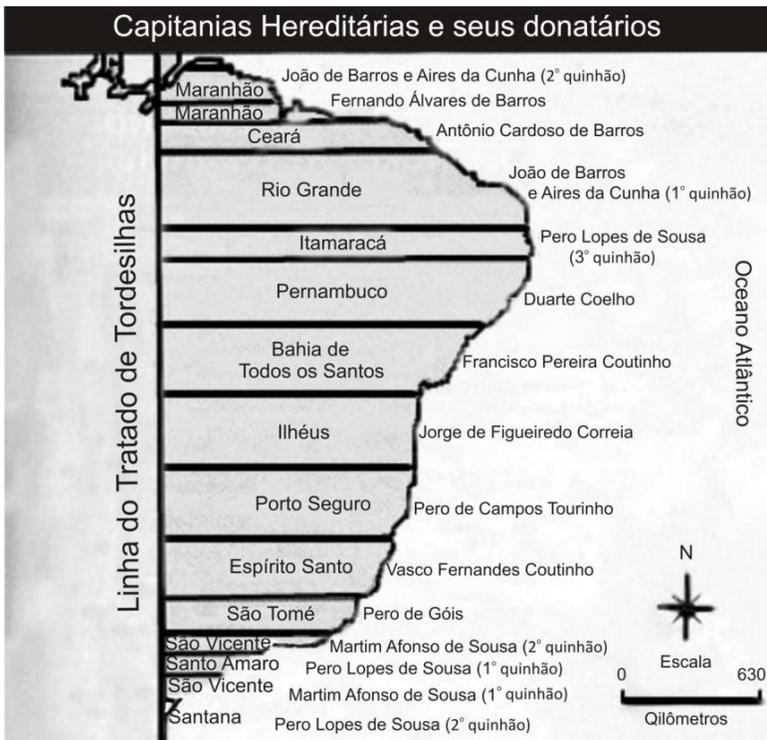
do então papa Alexandre VI, as terras do Brasil passaram ao patrimônio do reino de Portugal. Mas a França mostrou-se inconformada por não participar da partilha das terras que viessem a serem descobertas além do Atlântico e passou a contrabandear os produtos do Brasil.

Segundo informa os relatos antigos, era nas terras dos potiguara, na Paraíba, aonde se achava o melhor pau-brasil de toda a colônia, e por estas terras pitorescas, de vastas matas tropicais, negociantes portugueses e corsários franceses aportavam, se desmanchando em suor por causa do clima quente e úmido, para negociar com os nativos o pau-tinta e outras mercadorias, como animais, peles e utensílios. Estas negociações eram feitas em língua tupi, ao norte do Rio Paraíba com as tribos dos potiguara, cujos domínios se estendiam até o Maranhão, e ao sul com as tribos Caeté, que dominavam desde o lado sul do Paraíba até o litoral de Alagoas. De forma geral, estes grupos tupis que ocupavam o litoral paraibano eram povos indomáveis, vingativos, antropófagos e muito aguerridos, que constantemente guerreavam entre si, mas até então não viam os comerciantes europeus como seus inimigos, até gostavam de interagir com estes adventícios do além-mar.

1.2- As Capitânicas Hereditárias

Na maior parte do reinado de D. Manoel e durante os dez primeiros anos do reinado de seu filho, D. João III, Portugal se esforçou para impedir o ancoragem de navios franceses na costa de sua colônia americana, mas as tentativas foram inúteis, dada a continental extensão do território e o apoio que estes corsários recebiam de algumas tribos indígenas que preferiam negociar com os gállicos. Desse modo, conforme insistiam os conselheiros do rei, a única e mais sensata forma de defender o território contra estes piratas, e que garantiria a posse do Brasil, seria a sua povoação com colonos portugueses. Além disso, a exploração da terra também poderia contribuir para aumentar o tesouro real e compensar os gastos cada vez maiores que Portugal tinha com a defesa de seus domínios na América.

Desse modo, o jovem monarca D João III, animado com esta sugestão, ordenou em 1532 o envio ao Brasil de uma expedição de reconhecimento, confiada a um fidalgo de nome Martim Afonso de Sousa, para avaliar os recursos da terra e fundar os primeiros povoados. Nesta ocasião foi fundada a vila de São Vicente, no litoral paulista, que seria o ponto de partida para a colonização do Brasil, pois o objetivo era fazer o mesmo em vários pontos do litoral para afastar de vez os franceses que contrabandeavam produtos da terra. Mas como não seria nada fácil atrair colonos sem oferecer condições lucrativas, Sua Majestade oferecia a estes a alternativa de aproveitar a terra com a plantação de cana e a produção do açúcar, que era uma iguaria de alto preço no mercado europeu e já se difundia em outras colônias.



Logo se percebeu que a colonização de território tão vasto exigia um enorme esforço de defesa que simples colonos não poderiam arcar,

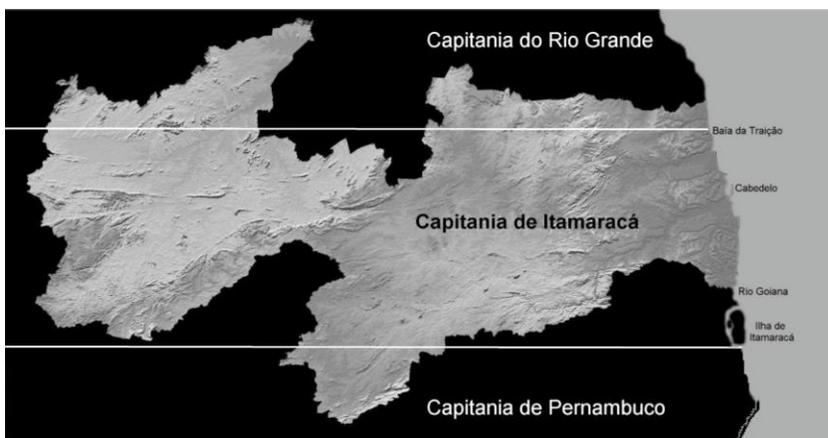
por isso o rei resolveu então fazer de modo diferente e, em 1534, achou por bem dividir o território do Brasil, como havia feito nos Açores e em Madeira, em quinze faixas paralelas ao equador e entregar cada uma delas a um administrador, um capitão donatário, que depois de sua morte passariam para seus descendentes. Estas faixas territoriais ficaram conhecidas como capitanias hereditárias. Os donatários foram escolhidos da pequena nobreza portuguesa, militares ligados à conquista da África e alguns indicados por burocratas da corte, dentro daquela velha política de que “favores geram favores”.

Logicamente, nem todos os escolhidos tinham capacidade para tal empresa. Para se ter uma ideia, dos doze donatários escolhidos para as quinze capitanias somente quatro já haviam estado no Brasil anteriormente, o restante só tinha prestígio na corte e, depois apenas oito iriam tomar contato pessoal com as terras recebidas, ou seja, quatro destes donatários jamais puseram os pés na colônia e sequer conheceram suas propriedades.

Do Rei, os donatários não recebiam mais do que a própria terra e a licença para colonizá-la. A tarefa era demasiadamente pesada e, como muitos donatários não tinham interesse ou disposição para se aventurar nos trópicos, das capitanias hereditárias em que se dividiu o Brasil, somente duas vingaram, a de São Vicente, doada a Martim Afonso de Souza, e a de Duarte Coelho, em Pernambuco. Esta última, graças ao clima quente, bastante chuva, encostas suaves e solo fértil que favorecia o cultivo da cana-de-açúcar, e, especialmente graças ao espírito enérgico de seu donatário, que com sucessivas guerras expulsou os franceses instalados no litoral de sua capitania e destruiu os indígenas aliados dos corsários, os Caeté, fundando, assim, as vilas de Igarapé e Olinda, e transferindo a sede de seu governo para esta última. O donatário, que era acostumado a viver nos paços reais, sonhava transformar o Brasil em um novo Portugal e por isso batizou a sua capitania de Nova Lusitânia.

1.3- A capitania de Itamaracá

O território onde hoje está o estado da Paraíba à época estava quase todo comprimido na faixa de terra de 180 quilômetros, desde a foz do rio Igarauçu até a Baía da Traição, que compunha a Capitania de Itamaracá, vizinha da Nova Lusitânia. Entretanto, a capitania não se desenvolveu e apenas as imediações da Ilha de Itamaracá foram ocupadas por colonos, porque a partir do Rio Goiana até a pitoresca lagoa de *Acaintibiró*, na praia de Baía da Traição, o território era domínio de valentes indígenas, e servia de porto para comerciantes de pau-brasil, portugueses e franceses.



Configuração da antiga Capitania de Itamaracá

A capitania de Itamaracá fora dada a Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Souza. Todavia, este donatário também foi agraciado com duas outras capitanias na Colônia e por isso preferiu se dedicar às outras, deixando Itamaracá na administração de Francisco Braga, que, conhecedor da língua indígena, era amigo dos potiguara. No entanto, em 1539, o Pero Lopes morreu num naufrágio, comum à época, e a Capitania, que já era lenta de progresso, terminou de arruinar com a morte de seu senhorio, pois o seu administrador a abandonou levando consigo tudo quanto possuía. Com sua ausência, Itamaracá ficou em lastimável abandono.

A viúva do donatário, para não perder a capitania, confiou o governo desta ao português João Gonçalves, que embarcou para o Brasil e assumiu Itamaracá, reconstruindo-a com a criação da Vila de Conceição, sede da Capitania, e levantando alguns engenhos às margens do riacho Tracunhaém (formiga de pote).

A região ao norte da Ilha de Itamaracá era domínio dos índios potiguara, que viviam em boas relações com os colonos de Pernambuco, Itamaracá e com os estrangeiros brancos que vinham constantemente trocar amistosamente seus produtos muito bonitos, úteis e interessantes, por toras de ibirapitanga, árvore de madeira vermelha muito ordinária nas matas potiguara que os lusos chamavam em sua língua de pau-brasil. Contudo, apesar dessa relação relativamente amistosa entre os indígenas da capitania com os comerciantes e traficantes de pau-brasil, os moradores de Itamaracá não ousavam sair das imediações da Ilha para povoar o extenso território selvagem da capitania, pois sabiam da ferocidade dos potiguara, que já haviam enfrentado e matado homens de Américo Vespúcio na Baía da Traição em 1501, e recentemente, tinham rechaçado Pero Lopes e também os soldados de Aires da Cunha, no Ceará.

Em 1549, diante das dificuldades dos donatários em consolidar a colonização e do perigo eminente de Portugal perder a colônia para os franceses, pois Henrique da França poderia invadir e depois reivindicar o Brasil, o rei D. João III, apesar de sentir um profundo desprezo pela colônia que não revelava metais preciosos, resolveu criar para toda sua extensão um governo-geral de estrutura político-administrativa, judicial, fiscal e militar subordinada, claro, a Lisboa, e as muitas capitanias que não lograram sucesso foram destituídas e passadas para o comando do governador-geral recém nomeado, Tomé de Souza, que se estabeleceu na capitania da Bahia de Todos os Santos, entre a Nova Lusitânia e São Vicente, onde fundou São Salvador, a primeira cidade do Brasil, para sediar o Governo-Geral.

Itamaracá, apesar de debilitada de forças e sem material humano para sua colonização, não foi revertida nesta ocasião porque o governo geral também não estava em condições de se estender até os extremos da

Colônia. A conquista das terras selvagens de Itamaracá só começou a ser cogitada bem depois, quando os índios potiguara, incitados pelos franceses estabelecidos na costa paraibana, começaram a intensificar o tráfico de pau-brasil e promover assaltos contra os portugueses residentes em Itamaracá.

Por esse tempo o Brasil já era uma terra de mestiços, pois não foram apenas colonos que vieram para o Brasil, vieram também, em grande escala, os degredados, condenados a cumprir suas penas, que acabaram se tornando os principais responsáveis pela miscigenação dos brancos com nativos, gerando mamelucos às centenas com suas concubinas indígenas.

Na região da Paraíba, que era onde abundava a melhor mercadoria da madeira de tinturaria, a cada ano saía do porto da Baía da Traição, por meio de escambo, entre vinte e trinta naus francesas carregadas de *bois rouge* (como os franceses chamavam o pau-brasil) para atender a demanda da produção têxtil européia, além de algodão, óleos vegetais, outras madeiras (como o jacarandá), animais exóticos e peles de jaguar (onça-pintada). Tudo com a ajuda dos potiguara. Os nativos chamavam os franceses de “mair”, em alusão a um herói mítico tupi, e aos portugueses eles chamavam “peró”, pelo fato da maioria dos lusitanos se chamarem Pero. Diferentemente dos ibéricos, os franceses conquistaram a simpatia dos índios desde que atracaram na enseada potiguara com seu cordial *bonjour*. O amistoso francês facilmente se incorporou aos nativos porque não viera com planos colonizadores nem pretensões de escravizar o gentio para a lavoura, como faziam os portugueses instalados na colônia, e com o tempo muitos franceses passaram a viver em concubinato e gerar mestiços com as graciosas e generosas cunhã (mulheres) potiguara e tais relações de parentesco asseguravam a presença dos gálicos nos territórios destes nativos.

Na terra dos potiguara, havia inúmeras aldeias por todo o litoral ao norte do Rio Paraíba, ao longo dos vales do Paraíba, Mamanguape e Camaratuba e quando o pau-brasil começou a escassear nos perímetros litorâneos, devido ao intenso comércio desta árvore, os potiguaras

estabeleceram aldeias nas terras colinosas da Copaoba, um imenso e abrupto planalto que se erguia a oeste (imagem), de onde extraíam o pau-tinta para o escambo utilizando os rios como vias de transporte da madeira. Não é demais supor que as aldeias potiguaras mais significativas da Copaoba fossem a de Mirapitanga (no atual município de Jacaraú) e a de Mandaú (Serra da Raiz). Contudo, as principais aldeias destes nativos na Paraíba eram litorâneas, especialmente a de Akaiutibiró (lugar dos cajus azedos) na famosa Baía da Traição.



Serra da Copaoba, atual Planalto da Borborema

Enquanto isso, na metrópole, em 1552 o jovem príncipe herdeiro D. João, filho do então rei D. João III e neto do finado rei D. Manuel, se casava com a princesa Joana, filha do Imperador Carlos V da Espanha, e como o rapaz era o único filho do rei, o casamento, se gerasse descendentes, seria a salvação da Dinastia. Mas passados dois anos o jovem príncipe morreu de diabetes, deixando, por sorte, a princesa grávida daquele que viria a ser D. Sebastião, o herdeiro tão desejado. Em 1557 o rei D. João III se entrega a morte e seu neto, com apenas três anos de idade, herdou o trono de Portugal. A regência foi assegurada pela sua avó Catarina de Áustria e pelo seu tio, o Cardeal Henrique de Évora, e no ano de 1565, aos 14 anos, o adolescente monarca assume os destinos do reino lusitano, enredo digno de série televisiva.

Enquanto isso, além do Atlântico, o projeto de colonização do Brasil vinha sendo ameaçado, pois o bispo da cidade de São Salvador, D. Pero Fernandes Sardinha foi capturado pelos índios Caeté, que em ritual de vingança mataram o sacerdote e o devoraram (literalmente). Mesmo o

Bispo não sendo bem quisto pelos colonos, por ser excessivamente rígido, sua morte causou indignação, pois se tratava do representante maior da Santa Madre Igreja na Colônia que fora devorado em ritual antropofágico. Então o governador-geral do Brasil, Mem de Sá, em represália aos selvagens, ordenou o massacre dos caeté. Sem dúvidas, este foi um dos mais terríveis banhos de sangue de nossa história colonial, pois a carnificina foi tamanha que levou esta nação nativa a total extinção.

Legalizada a “caça aos índios” na Capitania de Pernambuco, a coisa virou negócio lucrativo e muitos colonos se tornaram apesadores de nativos, para serem comercializados como escravos e, como não mais existiam os Caeté, as incursões de captura a indígenas passaram a fazer presas nos territórios potiguara. Mal sabiam eles que estavam mexendo em vespeiro, pois os Potiguara eram bravios por natureza, bem mais numerosos e aguerridos que foram os Caeté, e de instintos vingativos revidaram atacando as fazendas instaladas na fronteira da ocupação branca. Os franceses, que viviam hostilizados pelos portugueses, incitavam os índios a confrontar seus inimigos, fornecia-lhes armas e instruções táticas e, neste estado das coisas, uma guerra estava por eclodir a qualquer momento, entre os súditos do rei menino e os selvagens antropófagos do Paraíba, só bastava um bom pretexto.

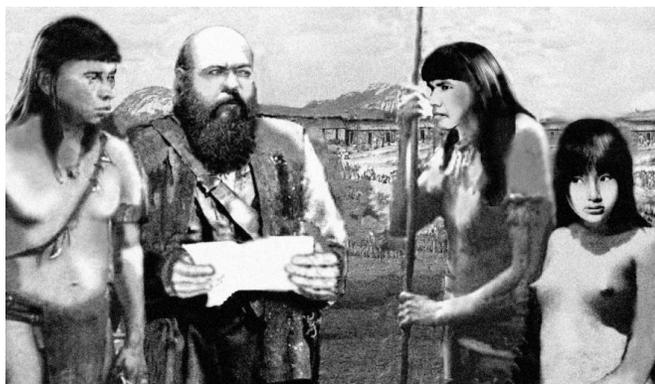
1.4- O massacre de Tracunhaém

Como já expliquei, as relações entre os potiguaras e colonos já andavam bem inflamadas. Mas um episódio ocorrido em 1574 veio e selar definitivamente a obrigatoriedade de Portugal conquistar o território indígena ao norte de Itamaracá. O chamado “massacre de Tracunhaém”, uma história real de espírito menestrel:

Por essa época existia uma aldeia potiguara no sertão de Copaoba, cujo chefe era Iningaçu (Rede Grande), e nela chegou um mameluco aventureiro vindo de Olinda. Lá ele se interessou pela filha do chefe indígena, uma bela jovem de feitiço sedutor, e, numa oportunidade em que os homens da aldeia foram à caça, o forasteiro raptou a moça levando-a para Olinda. Quando o chefe Iningaçu chegou e se pôs a par do traiçoeiro

ocorrido, tomado de desapontamento, designou dois de seus filhos para irem em busca da moça. Chegando em Olinda, os índios conseguiram falar com Antônio Salema, então corregedor do Brasil, e este, para evitar atritos com os Potiguara, ordenou que a moça fosse imediatamente devolvida.

De posse da gentia adolescente e de uma missiva do governador lhes assegurando passagem livre pelas fazendas que passassem, os enviados Potiguara tomaram destino de sua aldeia. No caminho de volta, quando o crepúsculo prenunciava o anoitecer, os viajantes passavam na propriedade de um engenho nas proximidades de onde se fundou a atual cidade de Goiana, que pertencia a um rico mercador cristão-novo português chamado Diogo Dias. Lá os nativos apresentaram a carta com o selo do Governador-Geral ao senhor de engenho do Tracunhaém que, enquanto passava as vistas no bilhete, olhava disfarçado a deleitosa e espontânea sensualidade da indiazinha em seu cândido impudor: pele acobreada, seios hirtos, púbis proeminente, contornos aprazíveis e inocente olhar furtivo. As atribuições lascivas da potiguara, embora isentos de malícia, despertaram os instintos do abaeté (homem ilustre).



Diogo Dias, do Tracunhaém, recebendo os potiguaras da Copaoba

A hospitalidade foi oferecida aos viajantes, mas na manhã seguinte Diogo Dias confiscou a jovem rapariga dos índios viajantes, escondendo-a num aposento secreto da Casa Grande. Assim, os irmãos da gentiazinha, impossibilitados de levá-la, seguiram viagem e na Copaoba relataram o fato ao pai da cunhãtã (menina-moça), que encaminhou emissários ao

engenho para o resgate amigável. Entretanto, Diogo Dias negou que a indiazinha estivesse em seu poder e os mensageiros, ameaçados e proibidos de voltar ao engenho, retornaram à aldeia sem lograr êxito. Dias depois, Iningaçu enviou homens para reclamar a moça junto ao capitão-mor da capitania de Itamaracá, que, por ser amigo de Diogo Dias, também não se esforçou para interceder na devolução da selvagem.

Cansado de receber negativas ou promessas enganosas dos portugueses sobre a devolução da nativa, e também incitado pelas intrigas dos franceses, o chefe Iningaçu impacientou-se, levantou de sua grande rede, tomou o tacape em punho e rumou destino à fazenda de Diogo Dias com centenas de índios guerreiros para operar o resgate a qualquer preço. Chegando a Tracunhaém, na calada da noite, feito bacuraus, os índios foram se posicionando por terra a cercar o engenho e logo ao amanhecer invadiram a propriedade rural aos gritos promovendo uma terrível carnificina. Mataram e esquartejaram homens, mulheres, crianças, velhos, escravos, agregados, além de bois e cavalos. Morreram no massacre cerca de seiscentas pessoas, figurando entre os cadáveres o próprio Diogo Dias, duas filhas suas, um filho, genro, irmão, cunhado e três netos. Depois de tudo isso, como se ainda fosse pouco, os vingativos potiguara atearam fogo às casas, ao engenho e aos canaviais, reduzindo tudo a cinzas e ruínas.



A CONQUISTA DA PARAÍBA

As coisas que já não iam bem entre portugueses e potiguara agora tomaram ares de revolta, pois o sangue derramado em Tracunhaém adicionou nitroglicerina às relações e levou pânico a Pernambuco, que ficou temerosa de que os ataques indígenas se propagassem para esta capitania, e a repercussão da macabra chacina chegou até aos ouvidos do jovem monarca em Lisboa. Preocupado, em 1574 Dom Sebastião, tomando o episódio como pretexto e justificativa para a guerra, determinou que o então governador-geral do Brasil, por essa época Luiz de Brito d'Almeida, promovesse imediatamente a ocupação do vale do Paraíba, onde deveria ser erguida uma fortificação.

Para o monarca, um garotão de 20 anos, parecia ser simples assim, mas não era. A conquista desta terra rebelde, se estenderia entre 1575 e 1585 e custaria muito sangue e sacrifício. Foram realizadas inúmeras iniciativas bélicas e quase todas malograram frente à resistência potiguara. Estes dez anos de lutas poderiam ter sido esquecidos com o transpassar dos séculos, até porque não ficaram bem nos anais das guerras lusas, mas todas as expedições de conquista da Paraíba foram acompanhadas por padres da Companhia de Jesus, com objetivo de levar socorro evangélico à gentildade que andava alheia ao conhecimento da fé, e como eram obrigados a mandar relatórios periódicos a seus superiores, um padre jesuíta, testemunho ocular da maioria dos fatos, registrou passo a passo os pormenores desta sacrificada empresa num opúsculo intitulado “Sumário das Armadas”, redigido no final do século XVI.

O principal cenário das guerras da conquista era na zona úmida costeira do rio Paraíba, pouco antes de chegar à sua desembocadura, nas proximidades de uma malha de pequenas ilhas fluviais, cuja maior delas

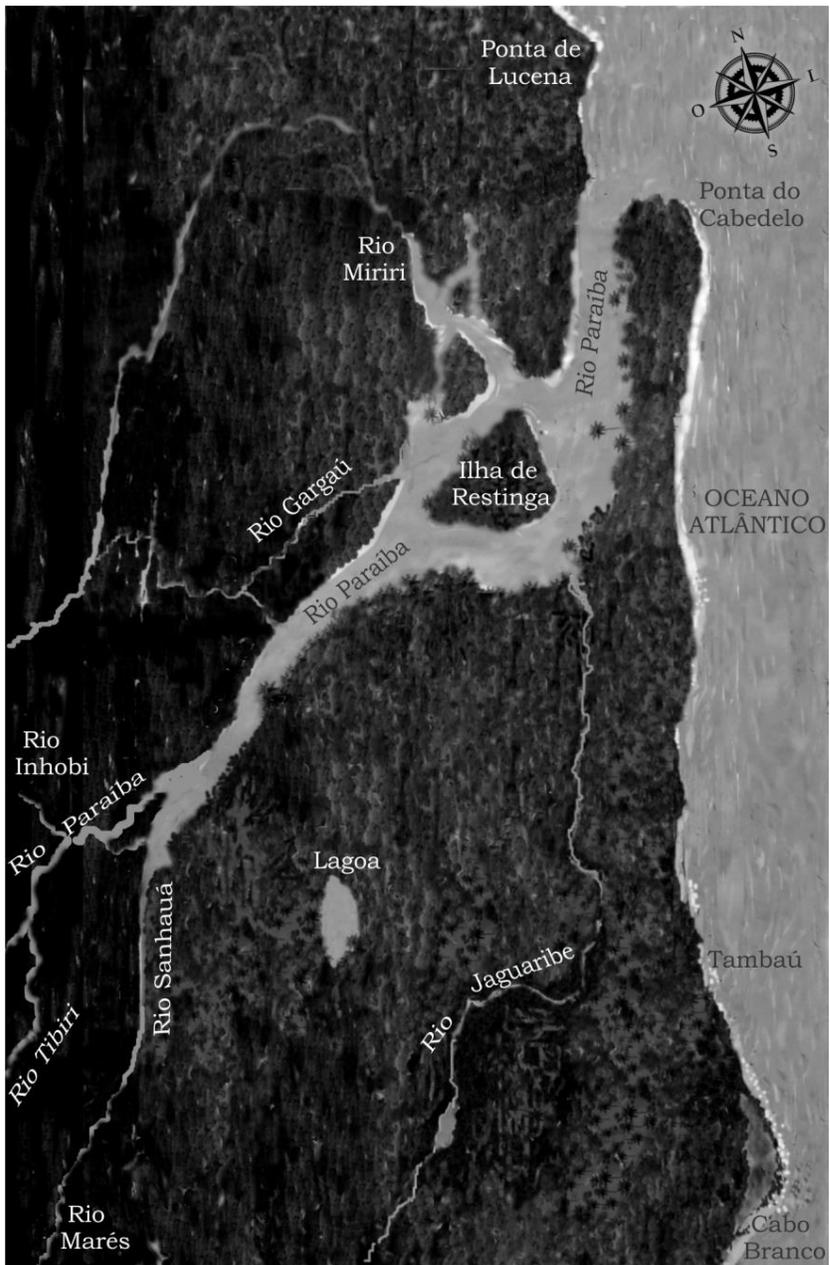
era ilha da Restinga. Uma várzea de densos manguezais, inúmeros braços d'água, natureza fértil, exuberante e desconhecida (vejam o mapa ao lado).

A primeira expedição com objetivo de conquistar as terras dos potiguaras saiu em 1575 de Pernambuco, o governador-geral do Brasil foi encarregado de comandar a tropa, mas como não pode ir ordenou ao ouvidor-geral Fernão da Silva, para que levasse gente e fosse combater os potiguaras e escolhesse um sítio nas imediações do Paraíba para povoação. Com ares de subestimação aos brasis (como os portugueses chamavam os indígenas), a tropa lusa saiu de pé e de cavalo e chegou próximo à embocadura do Rio Paraíba disposta a destruir os potiguaras e seus aliados. Mas tais perspectivas só serviram para que os portugueses percebessem o poderio e a valentia destes nativos, que estavam bem longe da concepção do bom selvagem de Rousseau. Pois a soberba portuguesa foi surpreendida por um ataque violento dos nativos, que fez a negligente tropa debandar em pânico do campo de guerra, correndo pela areia branca da orla sob uma chuva de flechas.

Chegando à baía de Todos os Santos a notícia do fracasso, o governador-geral do Brasil, Luiz de Brito d'Almeida, indignado, decidiu que dessa vez ele mesmo iria aparelhar uma nova frota para conquistar e povoar o vale do Paraíba e, ainda naquele ano, mandou preparar uma armada com doze navios e toda a gente que pode juntar para a conquista do sítio dos potiguaras.

A armada partiu do porto da Bahia no mês de setembro daquele ano de 1575, mas no trajeto, antes de chegar à foz do Paraíba, ventos contrários surpreenderam a frota. Alguns navios naufragaram e o que trazia o governador geral se desgarrou, passando dias perdido à deriva, e quando conseguiu aportar de volta na baía de São Salvador seus tripulantes se achavam em estado deplorável.

Esta empresa, portanto, representou mais um fisco que rendeu um prejuízo de muitos mil cruzados à fazenda d'El Rei.



Mapa da Terra dos Potiguara, por Vanderley de Brito.

Em agosto de 1578, enquanto na colônia os potiguaras continuavam impedindo a conquista de suas terras e aterrorizando os colonos de Itamaracá, na Corte, o rei D. Sebastião, motivado a reviver as glórias templárias do passado, no utopismo jovial de seus 24 anos, decidiu, vejam vocês, fazer uma cruzada para combater em Marrocos os infiéis mulçumanos. Contrariando os seus conselheiros e seu tio, o Cardeal D. Henrique, o rei partiu de Lisboa com uma esquadra militar de 800 barcos. Mas na batalha com os maometanos, no deserto de Alcácer-Quibir, o exército de D. Sebastião foi destroçado pela cavalaria dos adoradores de Allah. O corpo do o jovem monarca lusitano nunca foi encontrado e até hoje os portugueses, também utópicos, esperam seu retorno, desencadeando uma crença messiânica chamada Sebastianismo que encontrou reflexos até no Brasil.



D. Henrique, e o rei D. Sebastião

A trágica derrota nas areias do deserto marroquino, com a provável morte de seu Rei ainda moço e sem filhos, ceifou o último herdeiro da gloriosa Dinastia de Avis, que havia iniciado em 1415 com a independência de Portugal.

Com a suposta morte do monarca subiu ao trono seu velho tio, o cardeal D. Henrique, que visando dar continuidade ao projeto de seu

sobrinho de conquistar a região norte da colônia enviou em 1579 uma nova expedição ao Paraíba. A armada levantou âncora do porto da praia do Rastelo, à meia légua de Lisboa, com quatro naus equipadas. A esquadra, que saía da barra do rio Tejo navegando a seis nós por hora, teve por comandante Frutuoso Barbosa, um mercador português de pau-brasil, de gênio ríspido, que era velho conhecido dos potiguara da época em que estes ainda viviam em livre comércio com os lusitanos. Uma carta régia garantia ao comandante da esquadra o governo da nova capitania caso conseguisse efetivar a conquista. Mas parece que o deus Tupã dos indígenas não abandonaria os seus e esta nova investida sofreu novamente a conspiração do mau tempo, pois, depois de vencer as mais de seiscentas léguas de oceano entre Portugal e Brasil, a esquadra foi surpreendida por ventos contrários, já próximo à costa da Nova Lusitânia, e se avariou no mar. A nau capitânia, a mercê das correntes, só conseguiu aportar nas Antilhas depois de dias à deriva e pela terceira uma vez o projeto de conquista dos domínios potiguara só trouxe dispêndio e frustração para a Coroa, sem lograr qualquer sucesso.

Em Lisboa, o velho rei Cardeal D. Henrique, que já subira ao trono muito debilitado, faleceu dezessete meses depois de coroado e com ele acabou em definitivo a Dinastia de Avis. O reino de Portugal ficara sem um legítimo sucessor português, pois os principais candidatos ao trono eram o D. Antônio Correia de Castro, filho bastardo do rei D. Manoel, e Filipe II, rei da Espanha, filho do rei castelhano Carlos V e de D. Isabel, filha legítima do rei D. Manoel.

Sendo, portanto, neto do antigo rei português, além de ter comprado a peso de ouro o apoio de boa parte da nobreza lusa, o monarca espanhol Filipe II superou seus adversários e em novembro daquele ano recebeu o cetro real lusitano, unindo, assim, os dois reinos ibéricos em um só. Mas, o domínio filipino sobre Portugal foi limitado porque a instalação da monarquia dual na Península Ibérica estava submetida ao acordo de Tomar, que criava o Conselho de Portugal como instância responsável pelo governo do luso, garantindo-lhe a autonomia político-administrativa e a preservação das leis, da língua e dos territórios coloniais.

A par dos humilhantes acontecimentos nas selvas potiguara, em 1584 a Coroa da União Ibérica recém formada decidiu organizar sua expedição para a conquista do Paraíba, mais uma deste propósito, mas só que desta vez a expedição tinha portugueses e castelhanos lutando por um único objetivo, é certo que poder bélico aumentou consideravelmente, mas, em contrapartida, era algo que absolutamente nunca poderia dar certo devido à tradicional e antiga rivalidade entre estas nações ibéricas, como veremos mais adiante.

A expedição partiu de dois pontos simultâneos, uma da Bahia, chefiada pelo general espanhol Diogo Flores Valdez com uma frota de nove navios (imponentes com suas imensas cruces vermelhas da Ordem de Cristo), e outra partindo de Pernambuco por terra, chefiada pelo persistente Frutuoso Babosa. As duas frentes se encontraram na foz do rio Paraíba e lá se travou o primeiro combate com os potiguaras, ao som dos gritos de guerra e da cadência demorada, porém ensurdecidora dos mosquetes e arcabuzes, numerosos e bem armados, enfim os ibéricos saíram vitoriosos. Vencida a primeira batalha, às pressas a armada edificou um forte de pau-a-pique e cobertura de sapé na várzea de frente à ilha fluvial da Restinga, no atual município de Cabedelo, e os ibéricos, enfim, se estabeleceram no campo de guerra.

O general Valdez, depois de instalar o forte, que batizou de São Filipe e São Tiago, partiu para o Reino deixando a fortificação com 160 soldados sob o comando do espanhol Francisco Cartejon, enquanto da parte portuguesa ficou 50 soldados comandados por Frutuoso Barbosa, que seria o governador da capitania caso a conquista se efetivasse. Mas passado alguns dias, estes comandantes de nações diferentes, mas unidas por uma mesma coroa, por questões de mando passaram a se desentender, tornando insustentável a convivência de ambos no forte. Em agravo à situação de desarmonia entre castelhanos e portugueses, os potiguaras batidos no combate inicial voltaram ao campo de guerra e puseram cerco ao forte. Sitiados, os dias foram se passando naquele clima nada amistoso acrescido de problemas como os mantimentos racionados, que trazia a

fome e a sede, chegando os soldados ao extremo de precisar comer seus próprios cavalos para sobreviver.

No Forte São Filipe e São Tiago, dia após dia morriam homens por falta de mantimentos, de salubridade, pelas armadilhas potiguara e o medo que reinava no forte a todo o momento devido às reiteradas tentativas de invasão por parte dos gentios e a eminência de uma rebelião interna ou o homicídio de algum dos comandantes que, mesmo nessa situação tenebrosa não cediam a paz entre si. Portanto, a conquista tão almejada não passava até aquele momento de um reduto militar defensivo e desgovernado na embocadura do Paraíba, onde os ibéricos eram prisioneiros, dia e noite espreitados pelos selvagens. Mas como diria Joseph Climber: “a vida é uma caixinha de surpresas”, e como se não bastasse estas desavenças e infortúnios, para piorar ainda mais a situação dos sitiados, chegou à Paraíba em reforço aos sitiados: um contingente de milhares de nativos indígenas da nação Tabajara comandados pelo chefe guerreiro Pirajyba (Braço de Peixe). Agora a coisa estava feia para os sitiados, nem mesma a proteção de dois santos padroeiros do forte os livraria da fúria nativa.



Cerco no fortim de São Felipe e São Tiago

Os tabajaras eram tradicionais inimigos dos potiguaras e antigos aliados dos portugueses, mas estavam errantes pelo interior há onze anos fugindo da justiça lusa por terem massacrado um grupo de portugueses traficantes de índios para quem trabalhavam - por suspeitarem que estes queriam escravizá-los - e vieram para o litoral paraibano no intuito de selar um acordo de aliança tática com os potiguaras. Feito o acordo, os Tabajara se fracionaram em duas tribos, a de Pirajyba e a de Guyratebira (Assento de Pássaro), e com a anuência dos seus novos aliados, se estabeleceram no território entre os atuais rios Tibiri (rio do Assento) e Sanhauá (larga fonte de água doce), para servir de anteparo às entradas por terra dos portugueses.

No forte, a morte rondava os sitiados, naquele reduto sujo e infecto, porque ninguém se habilitava a satisfazer suas necessidades além das paredes de taipa, portugueses e espanhóis, já quase sem víveres, sofriam um dramático calvário. Especialmente à noite, sob a luz de tochas, onde os soldados tentavam afugentar seus temores e incertezas a jogar carteadado e os padres passavam seus rosários de contas brancas para tentar manter a chama tênue da esperança. No alto da atalaia a bandeira luso-espanhola também tremulava de medo ao sabor incerto dos alísios.

Com o reforço tabajara, a pressão indígena no cerco ao forte se intensificou a ponto de Cartejon enviar um emissário à Olinda para comunicar às autoridades seu propósito de abandonar o forte. Com a notícia, o então ouvidor-geral do Brasil, Martim Leitão, decidido pôr fim pessoalmente a esta guerra interminável e tão dispendiosa. Assumindo as despesas de expedição o ouvidor reuniu a maior armada já vista por aquela região, de capitães e soldados, e partiu da Nova Lusitânia rumo ao cenário de guerra no Paraíba. No caminho atacou e rompeu sem dificuldade o anteparo tabajara - que ofereceu fraca resistência - e chegando a várzea do Paraíba afugentou o cerco potiguara com uma chuva de tiros. No forte Martim Leitão encontrou os sitiados em estado deplorável pela fome e doenças, “que mal se colocavam de pé” como relatou o cronista jesuíta. No raiar da manhã seguinte, a armada de Martim Leitão, sob o comando

de João Pai Barreto, saiu em perseguição do inimigo até a Baía da Traição, onde queimou várias aldeias e destruiu roçados.

Tomadas estas providências, o forte foi restabelecido, com novos soldados e capitão, e a armada desta nova expedição de conquista do Paraíba voltou para Olinda levando Frutuoso Barbosa muito debilitado.

Em Olinda, Martim Leitão foi recebido com festa, mas enquanto festejos animavam Olinda, no Paraíba uma tribo comandada pelo chefe Pynacama (peito arrebitado) voltava a pressionar e sitiá-lo o forte e dois meses depois da ação militar que restaurara o forte chegava a notícia em Olinda de que Pero Lopes e Cartejon, que haviam sido designados para comandar o forte da Paraíba, não suportaram à pressão indígena e teriam deserdado, destruindo o forte e lançando as peças de artilharia no rio Paraíba. Mais uma vez os filhos de Tupã estavam com os domínios da terra e o projeto de conquista do vale do Paraíba voltava à estaca zero.

Parecia que a conquista daquele território hostil era tarefa inviável, porém, um novo fato veio a reacender as esperanças para a tão esperada conquista do Paraíba: Os potiguaras haviam se desentendido com os tabajaras devido a fraca resistência que estes demonstraram frente a armada portuguesa e, suspeitando de traição ao acordo estabelecido, estavam dispostos a mover guerra de extermínio contra o povo traidor de Pirajyba.

Como notícia ruim se espalha feito rastilho de pólvora, em poucos dias esta chegou à Olinda, através de dois mensageiros do chefe tabajara que solicitava socorro dos portugueses, seus antigos aliados, contra os potiguaras que lhe puseram cerco. Martim Leitão viu a oportunidade bater-lhe a porta e confiou ao comandante João Tavares a missão de ajudar os tabajaras, orientando-o a selar um acordo de paz com estes nativos, tomar o sítio e com a ajuda destes escolher um lugar apropriado para a construção de um novo forte e da futura cidade a ser erguida.

A expedição partiu por mar de Olinda em 03 de agosto de 1585. No dia seguinte chegou ao Paraíba e afugentou os potiguaras sitiados com um estardalhaço de tiros. Depois de libertados os tabajaras, João Tavares, em nome da Coroa Ibérica, conferenciou com o líder Pirajyba e juntos

firmaram um acordo de paz. Na ocasião o chefe tabajara, em gesto de agradecimento por ter salvo sua tribo da fúria potiguará ofereceu a João Tavares o seu cocar de penas coloridas e, em retribuição, o oficial português presenteou àquele homem nu com uma bela adaga com pedras cravejadas, como era de costume diplomático naqueles tempos.

Os tabajaras, nesta ocasião, não apenas entraram para a vassalagem real como também para a História tradicional da Paraíba como heróis e senhores das terras paraibanas, a ponto da historiadora Edésia Vieira intitular um livro seu de “Terra dos Tabajaras”, para contar ao seu modo a saga da colonização paraibana. Mas, como vimos, os verdadeiros heróis e senhores das terras da Paraíba eram os potiguaras, estes sim lutaram como feras por seus domínios. Os tabajaras, além de não serem filhos da terra, traíram a etnia se unindo aos usurpadores.



João Tavares e Duarte selando as pazes com Pirajyba

Estando a várzea do Paraíba agora dominada, na manhã seguinte, com os potiguaras dispersos e toda uma nação de nativos tabajara amigos a sua volta, foi possível a João Tavares, naquele dia 05 de agosto, dia de Nossa Senhora das Neves, uma melhor contemplação do território que

exigiu grandes expedições de guerra e muito sangue ibérico e americano para sua conquista.

Com os olhos semicerrados pela luminosidade, o português pôde vislumbrar aquele bioma extraordinário. Instantes depois, sob a escolta de seu exército, formado de brancos, cristãos-novos, mestiços, degredados, e acompanhado daqueles nativos recém incorporados a vassalagem do Rei, o comandante da companhia militar ibérica, João Tavares, caminhava ao lado de seu genro Duarte Gomes da Silveira, dois santos padres jesuítas e do engenheiro d'El Rei Manoel Fernandes, por entre aquela altaneira floresta tropical em busca do lugar mais adequado para se fundar a cidade, que naturalmente deveria ser dedicada à santa do dia.

Chegando à margem do rio que o nativo chamou de *sã-nhãia*, por ser uma larga e vigorosa fonte de água boa para beber, logo abaixo de uma colina verdejante, no lugar onde os antigos extrativistas de pau-brasil denominavam de Porto da Canária, o comandante encontrou o lugar que julgou mais propício para servir de varadouro para as naus e o erguimento de um novo forte. Ali, João Tavares, enquanto caminhava pensativo de um lado para o outro com os braços cruzados às costas, calculava que a cidade, sem dúvidas, por questão estratégica de defesa, poderia ser erguida no alto da colina, ativa a contemplar aquele imenso tapete verde recortado pelo curso sinuoso do largo *igarapé* que, sereno e serpeante, ia se unir ao *Paraíba* para juntos irem a embocadura do *cabelo*. Sua decisão foi acatada por unanimidade entre os presentes.

Sendo informado do êxito de João Tavares, dois meses depois o ouvidor-geral Martim Leitão partiu de Olinda para a *Paraíba*, assessorado pelos fidalgos Cristovão Lins e Gregório Lopes, numa caminhada de quatorze dias em meio a floresta, acompanhado de soldados, criados, missionários, mestres-de-obras, carpinteiros, búzios, cavouqueiros, taapeiros e oficiais de outros ofícios para dar início à edificação urgente de um forte e para oficializar a fundação do que seria a terceira cidade criada no Brasil. Vale salientar que até então só havia na Colônia as cidades de São Salvador da Bahia, criada em 1549 por Tomé de Souza, e a de São Sebastião do Rio de Janeiro, criada em 1565 por Estácio de Sá.

A chegada do ouvidor-geral se deu no dia 29 de outubro de 1585 e foi grande a festa receptiva no porto da Canária promovida por João Tavares, Pirajyba e todos brancos e índios que estavam ali sob a proteção de um cruzeiro que fora erguido pelos jesuítas no alto da colina (onde futuramente seria o centro do arruado). À noite, no acampamento, Martim Leitão foi informado do lugar onde João Tavares escolhera para fundar a cidade, onde havia pedra calcária, água e madeira necessárias às obras, e o porquê do nome da mesma seria em homenagem à virgem Nossa Senhora das Neves.

No alvorecer da manhã seguinte, no cruzeiro do alto da colina, um padre jesuíta celebrou a missa de batismo da cidade. Os presentes acompanharam no mais completo silêncio a liturgia cristã, pois a única palavra que lhes cabia era o unísono “Amém”, ao final da missa, quando o padre solenemente esboçasse com a mão no ar o sinal da cruz e pronunciasse: “*In nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti. Amen*”.

Depois da missa celebrada o ouvidor-geral decidiu fazer um reconhecimento da região escolhida para se erguer a cidade e na parte da tarde todos foram examinar alguns lugares próximos, indo até a ribeira do Jaguaribe (Rio das Onças) e depois até à praia do Cabo Branco.



Missa campal no vale do Sanhauá

Em 04 de novembro foram demarcados os alicerces do forte, ocupando uma área de 150 palmos de vão em quadra (40m²), de acordo com a planta do engenheiro d'El Rei, Manoel Fernandes. Portanto, começavam as obras de edificação da nascente cidade de Nossa Senhora das Neves e, em tese, finalmente os ibéricos conquistaram o Paraíba.

Capítulo 3

A NASCENTE CIDADE DE N. S. DAS NEVES

Depois de conquistadas o sítio do baixo Paraíba, todas as terras selvagens setentrionais da antiga Capitania de Itamaracá ainda não exploradas, foram incorporadas pela coroa luso-espanhola à Capitania recém-criada, que passou a se chamar de Capitania da Paraíba, uma circunscrição administrativa e territorial do Reino Unido de Portugal porque a sua conquista se dera às custas da Fazenda Real e de seus vassallos.



A edificação do forte no varadouro do Porto da Canária

Separada da Capitania de Itamaracá, que ficou confinada nas sete léguas de costa entre a Ilha e a desembocadura do rio Goiana, os limites da nova Capitania da Paraíba se firmaram, na costa litorânea, desde o rio Abiaí até a Baía da Traição e em faixa longitudinal até os limites do Tratado de Tordesilhas (depois estas fronteiras foram se moldando aos acidentes geográficos sugeridos pelas cartas de sesmarias até se conformarem com os limites atuais).

Sem querer aqui discutir gênero, foi a partir da fundação da Capitania da Paraíba que o topônimo Paraíba passou a ser considerado feminino (a Capitania da Paraíba para simplificar era chamada apenas de a Paraíba), e se consagrou a ponto de Humberto Teixeira compor a música “Paraíba Masculina”, brilhantemente gravada por nosso Rei do Baião. Todavia, o vocábulo “Paraíba” é masculino, quer dizer “Rio Mau”. Tem nome mais macho do que esse?

Mas voltando àquele verão de 1585; enquanto se iniciava os alicerces de ostra, pedra e cal do futuro forte do varadouro, no antigo Porto da Canária, uma tropa sob o comando de João Tavares e Pedro Lopes Lobo foi enviada às terras colinosas que se erguem no horizonte do sertão, que os nativos chamavam de Copaoba (borda de dentro), para repelir os potiguaras corridos para estas terras. Enquanto isso, o ouvidor-geral começou a conduzir as obras do forte do varadouro, empresa do arquiteto Manoel Fernandes.

Passadas duas semanas, a tropa expedicionária enviada à Copaoba retornou trazendo poucos resultados e muitas intrigas devido à velha rivalidade entre portugueses e espanhóis. Pois um soldado castelhano havia desafiado João Tavares e até ameaçado este comandante sob a mira do arcabuz. Este ato grave de insubordinação não passou negligente pelo ouvidor-geral que puniu o militar rebelde com açoite público. Imagino que o primeiro pelourinho da Paraíba foi erguido nesta ocasião.

Insatisfeito com os resultados da investida à Copaoba, Martim Leitão, que era um homem austero, pensou consigo mesmo: “se quer uma coisa bem-feita, faça você mesmo”, e resolveu ele próprio ir dar combate aos potiguara (não foi à toa que foi encarregado da ouvidoria geral do

Brasil). Desse modo, no dia 20 de novembro deixou o fidalgo Cristovão Lins lhe substituindo na fiscalização da obra do forte, tomou o arcabuz em punho, e resoluto partiu à caça dos rebeldes nativos com um exército de 85 brancos, dois padres jesuítas e 180 índios tabajara. Sob o sol inclemente daquele início de verão e as imprevisíveis e impetuosas chuvas tropicais, a tropa se dirigiu até as praias da Baía da Traição onde passou três dias em combate, destruindo aldeias, lavouras e cativando prisioneiros índios. Depois partiu para os sertões montanhosos da Copaoba investindo contra os gentios de lá. Na busca foram muitos os combates, mas os potiguaras, considerados os índios mais aguerridos do Brasil, resistiram com ímpeto à milícia de Martim Leitão, se valendo de sua flexível mobilidade nas matas e a grande capacidade de promover emboscadas.

Enquanto se dava esta perseguição no interior, na planície da margem direita do rio Sanhauá se erguia o forte do varadouro das naus, com paredes de quatro palmos de largo em taipa de pita (esta obra só viria a ser concluída em meados de janeiro do ano seguinte, cuja artilharia foi formada pelas peças do antigo forte de São Filipe e São Tiago, destruído em 1585, que foram resgatadas do fundo do rio Paraíba pelos mergulhadores que o ouvidor trouxera de Olinda). Sem se deixar vencer pelo cansaço ou pelo calor daquele verão, num constante vai-e-vem, operários brancos e mamelucos, com ajuda de índios tabajara e negros da Guiné, quase não paravam de trabalhar na feitura de cal, telhas, taipares e beneficiamento das pedras de cantaria, enquanto carpinteiros lavravam as árvores abatidas para lhes dar formas de pranchas, vigas e ripas.

Dias depois, realizada a empresa de repreensão ao gentio, Martim Leitão voltou à cidade, nomeou João Tavares como capitão do forte, e depois partiu ativo de volta para Pernambuco em 20 de janeiro de 1586, com a sensação de dever cumprido.

Na cidade da Virgem das Neves, nos dias seguintes, ergueram-se armazéns, sobrados, casa para moradores e outras benfeitorias ao longo da ladeira da encosta da colina. Também se iniciou a construção da ermida dedicada à Nossa Senhora das Neves no alto da colina, uma igreja com paredes de taipa pintadas de cal e uma cruz no alto. Não só para as santas

missas, mas também como marco simbólico da fé em Cristo e da incontestável possessão de Sua Alteza sobre aquelas paragens da Colônia. Construído o templo, a cidade de Nossa Senhora das Neves, ainda neste ano de 1586, tornou-se freguesia e a simplória igreja de taipa foi elevada à categoria de matriz, tendo como primeiro vigário o padre secular João Vaz Salem dos Santos, que estabeleceu sítio e morada junto à igreja.

A formação da nascente cidade seguia calmamente. No entanto, em 02 de abril de 1586, chegou à Paraíba o capitão espanhol Francisco Morales com uma tropa de 50 soldados. O capitão vinha do Reino para render a guarda deixada por Cartejon no extinto forte de São Filipe e São Tiago em 1584 (acontece que como a internet, as linhas telefônicas e as aeronaves ainda não tinham sido criadas, as informações demoravam muito para chegar ao outro lado do Atlântico). Morales era abusado e logo que chegou, com arrogância, tomou o forte do varadouro e destituiu João Tavares de suas funções. Uma vez que esse ainda não dispunha de nomeação régia para exercer o cargo.

Estando a cidade ocupada por tropa espanhola, a antiga e acirrada rinha entre portugueses e castelhanos gerou um clima inflamado (para variar) e até os tabajaras amotinaram-se contra este novo comandante. Aproveitando a atmosfera de desarmonia reinante na cidade da Santa Maria Maior, os potiguaras que (ao contrário do que se imaginava) não estavam dispostos a entregar seus domínios facilmente aos invasores, no mês de outubro voltaram a atacar, destruindo a aldeia tabajara do Assento de Pássaro, no Tibiri, matando 80 pessoas e disseminando o terror no nascente núcleo colonial que por via fluvial estava a apenas duas léguas dali (12km). Diante da perigosa situação, o capitão Morales, sabendo que tinha apenas 50 soldados, que não poderia contar com o ajuda tabajara e muito menos dos lusitanos. Só de pensar em lutar em desvantagem contra aqueles terríveis nativos antropófagos já lhe dava um calafrio na espinha. Então fez o que lhe coube fazer, abandonou o forte e fugiu com seus soldados para Olinda, depois embarcando para a Espanha. Na cidade das Neves, apesar do clima de ameaça potiguara, todos comemoraram.

Com a chegada da notícia da deserção do contingente castelhano, o resoluto Martim Leitão mais uma vez partiu para a Paraíba, chegando em 23 de dezembro de 1586, para tomar as devidas providências que a ocasião pedia: castigar os nativos assaltantes, restituir o poder usurpado de João Tavares e mandar construir o engenho d'El-Rei no riacho Tibiri, próximo a sua desembocadura no rio Paraíba, com um forte anexo para proteger o engenho e também a aldeia do Assento de Pássaro que fora atacada. No dia seguinte, véspera de Natal, mandou iniciar as obras do Engenho d'El Rei e depois reuniu um contingente de guerra com o qual tomou rumo aos sertões da Copaoba e do Pontegi disposto a perseguir os potiguaras insurgentes. Enquanto na cidade na cidade aconteciam os rituais canônicos voltados ao Santo Cristo, os soldados de Martim Leitão rumavam em uma caminhada fadigosa, quilométrica, dentro de uma mata fechada no calor abrasivo daquele verão tropical para enfim encontrar os gentios e ainda por cima guerrear com eles. Fizeram parte deste corpo militar o capitão João Tavares, o colono Duarte Gomes da Silveira e também muitos flecheiros tabajaras. Na expedição eles tomaram aldeias, mataram e fizeram prisioneiros muitos potiguara. A investida também objetivava capturar Tijucupapy (pulseira de junco), afamado feiticeiro potiguara que costumava falar com os espíritos, mas não o localizaram (acho que ele se encantou!).

Retornada a expedição em 20 de janeiro de 1587 (quase um mês nessa empreitada), Martim Leitão a caminho da cidade de Nossa Senhora das Neves despediu-se da tropa indo urgentemente ao Tibiri para acompanhar as obras do engenho e do forte que mandara iniciar neste sítio antes de partir para a Copaoba. Como era praxe entre os portugueses, em homenagem ao santo do dia, o forte, cuja obra já ia bem adiantada, recebeu o nome de São Sebastião.

Certo de que, dessa vez, os potiguaras aprenderam a lição, o ouvidor-geral empossou o capitão Pero de Albuquerque no comando do forte do varadouro, João Tavares foi restituído no governo da Capitania e mais uma vez o ouvidor deixou a nascente cidade das Neves, retornado brioso para Olinda.

Mas a coisa não era tão fácil assim. Passados alguns meses de calmaria, os potiguaras, que não estavam dispostos a dar trégua àqueles que tomaram suas terras e, sobretudo, instigados pelo desejo de vingança, voltaram a promover terror para os colonos instalados às margens do Sanhauá. Fizeram tanta pressão que novamente o forte da Paraíba foi deserdado. Não tinha jeito, a história era sempre assim, e para por fim novamente a estas insurreições do gentio outra vez Martim Leitão veio com seu exército de Pernambuco à Paraíba, aonde arregimentou um contingente de índios e colonos, como Duarte Gomes da Silveira e Ambrósio Fernandes Brandão, e partiu com destino as montanhas da Copaoba para pôr fim em definitivo aos selvagens da terra.

Na guerra, de combate em combate as aldeias potiguara iam ficando devastadas e os índios sobreviventes sendo corridos. Mas, apesar dos ibéricos terem saído vencedores, as baixas ocorreram de ambos os lados, pois os nativos também se defenderam com fúria proporcional, e até o próprio Martim Leitão saiu gravemente ferido numa destas violentas batalhas dos confins da Capitania.

É inegável que as derrotas seguidas dos potiguara frente aos exércitos de Martim Leitão se deram principalmente devido a participação dos índios tabajara nas fileiras luso-castelhana, que além de aumentar o contingente dos colonizadores também eram conhecedores das táticas nativas e das matas, que lhes possibilitava indicar os melhores roteiros para se chegar com maior facilidade aos redutos do inimigo.

Só depois desta última investida bélica na Capitania, em 1587, que o gentio rebelde se aquietou por um período maior. Martim Leitão voltou carregado, muito enfermo, numa padiola de ripas para Olinda e o capitão-mor João Tavares, finalmente, pôde aparar a barba e trocar seu gibão de sertanista guerreiro por roupas de rico tecido de damasco, com desenhos em relevo, para tomar as rédeas administrativas da Capitania da Paraíba. Na cidade que nunca foi vila, a selva de arvoredo denso foi gradativamente sendo devastada para que os oficiais alveneros iniciassem à construção da Casa da Câmara e da cadeia no largo da Igreja, que ficou denominado de

Rua Nova. Na ilha de Restinga, Manoel de Azevedo ergueu um fortim e novos colonos chegavam à nova cidade.

A instalação do engenho d'El-Rei (movido à água) à margem do riacho Tibiri e seu forte anexo representavam a efetiva colonização da Capitania e um futuro promissor para quem nela investisse. Assim, meio quilômetro acima da confluência entre o rio Tibiri e o rio Paraíba, nas fronteiras da cidade, o cristão-novo Diogo Nunes ergueu as suas expensas o engenho de Santo André, que seria o segundo engenho da Paraíba, e anexo a ele foi construído a fortificação que ficou conhecida como “forte Real”.

Assim, com a dinâmica da chegada de novos povoadores e as edificações da estrutura político-administrativa, bem como as particulares, o alto da colina do vale do Sanhauá, no modelo urbanístico português, foi tomando ares de povoação. Colonos também vieram se estabelecendo na várzea do Paraíba, vindo especialmente de Pernambuco e Itamaracá, com roçados, plantações de cana e montagem de engenhos no fértil solo de massapê da Paraíba, uma espécie de argila avermelhada. Para esses primeiros sesmeiros que chegavam para colonizar a nova capitania de João Travares os braços para o trabalho eram negros da Guiné e índios tabajara.



A nascente cidade Das Neves, às margens do Sanhauá

3.1 - Frutuoso Barbosa: O retorno.

Apesar de ter se esforçado muito para o progresso da Capitania, João Tavares foi destituído novamente em 1588, desta vez, devido à política da Coroa Ibérica. Especialmente porque havia um alvará régio do finado rei D. Henrique que concedia a Frutuoso Barbosa o cargo de capitão-mor da Paraíba por dez anos a partir da conquista, e ele, que tanto lutara para a conquista desta terra hostil, insistiu perante a corte por seus direitos. Logo, Frutuoso Babosa foi nomeado capitão-mor da nascente Capitania, e o castelhano D. Pedro de La Cueva foi encarregado de controlar a parte militar da Capitania, ambos competentes, mas esta nova liderança era uma combinação de temperamentos incompatíveis.



Frutuoso Barbosa

A primeira providência do novo capitão-mor da Capitania foi mudar o nome da cidade para Filipéia de Nossa Senhora das Neves, em louvaminha ao rei Filipe II.

Enquanto isso, os padres da Companhia de Jesus, ordem religiosa que acompanhou os colonizadores durante todo o processo de conquista da Paraíba, fundaram a missão de catequese da Ilha do Braço de Peixe, aldeando os nativos tabajara num terreno cercado de manguezais, entre o rio Sanhauá e um de seus afluentes, na margem oposta do ancoradouro de embarcações, bem abaixo da colina da cidade (lugar onde hoje conhecemos como o bairro da Ilha do Bispo) onde ergueram uma

capelinha de taipa a São Gonçalo, santo eleito para padroeiro desta missão catequética dos padres jesuítas.

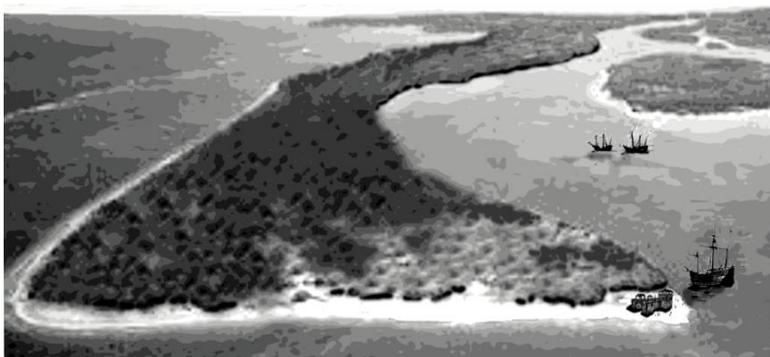
Entretanto, os jesuítas, de santos passaram a demônios a vista dos colonos, porque não permitiram que seus catecúmenos fossem submetidos aos trabalhos dos senhores de engenho. Desse modo, para romper o monopólio destes padres sobre os indígenas, em 1589, com o consentimento do capitão-mor, chegaram à Paraíba os frades franciscanos, bem mais flexíveis do que os jesuítas, e fundaram cinco missões de catequese entre os tabajaras nas fronteiras da cidade. Este fato desagradou os padres da Companhia de Jesus que passaram a se desentender com os franciscanos por estes não serem tão rigorosos no ensino religioso e permitirem a exploração do índio como mão-de-obra para as lavouras. Logicamente, os desentendimentos entre as ordens religiosas prejudicavam a harmonia e o andamento do governo da Capitania e, em meio às farpas religiosas o capitão-mor Frutuoso Barbosa forçava uma serenidade – algo que não era seu perfil - para tentar apaziguar os frades e padres.

Para piorar ainda mais, adivinhem vocês. Isso mesmo, com os rancores reavivados os potiguaras voltaram a invadir propriedades ao redor da sede da Capitania e já havia rumores de que ameaçavam investir contra a própria cidade. Ainda por cima, o capitão-mor Frutuoso Barbosa e seu chefe militar Pedro de La Cuevo não se entendiam (literalmente, falavam línguas diferentes) e, como o espanhol se negava em agir contra os indígenas, alegando não ter ordens expressas, o capitão-mor, perante o medo e a insegurança dos colonos, mesmo relutante, foi obrigado a pedir assistência exterior.

Foi enviada então uma expedição de socorro, desta vez comandada pelo capitão-mor de Itamaracá Pero Lopes Lobo, junto com João Tavares e um contingente militar.

O trajeto entre Olinda e a Filipéia era um percurso muito extenso (cerca de 110 km por trilhas entre a mata) e perigoso. Trafegar nesta selva era arriscado, havia o perigo de um eventual encontro com gentios hostis, onças, cobras venenosas e também os terríveis mosquitos transmissores

de febres. Nesta viagem se registrou um infortúnio: João Tavares morreu de um mal súbito, e deve ter sido sepultado numa cova rasa, no montículo foi fincada a sua espada e uma cruz de madeira improvisada, à margem da vereda que tantas vezes serviu de acesso ao baixo curso do Paraíba para os desbravadores vindos de Pernambuco. Se havia um padre na expedição, certamente, ao som lúgubre dos animais da mata, este homem de Deus encomendou em latim a alma do ilustre sepulto: “- *requiescat in pace*”. Até hoje ninguém sabe em que erma vereda jaz os restos mortais daquele que foi o primeiro capitão-mor da Capitania da Paraíba.



O forte na ponta do cabedelo da foz do Rio Paraíba

Mas em tempos de guerra não há espaço para a melancolia, o senso de dever é mais forte, por isso, esta trágica perda ocasional e a fadiga causada pela longa caminhada em meio à mata fechada não atrapalhou a urgente marcha da missão de socorro. Chegada a Filipéia, a tropa foi acrescida de um contingente flecheiro tabajara de Piragiba, e chegando ao campo em assalto reprimiu a flechas e tiros de mosquetes o terror potiguara, afastando o perigo eminente dos redores da sede da Capitania. Depois deste episódio, o capitão-mor Frutuoso Barbosa, ainda preocupado com os corsários franceses, ordenou a construção de uma fortaleza no cabedelo que se forma na embocadura do rio Paraíba, a distância de 18 km da Filipéia, para guarnecer o acesso por mar à cidade e também, ou principalmente, uma estratégia para mandar para bem longe da cidade o chefe militar espanhol, por quem não nutria qualquer simpatia.

Os trabalhos para erguer o forte de pau-a-pique, fortemente revestido com barro avermelhado, se iniciaram com mão-de-obra tabajara, porém, devido à interferência dos jesuítas, não permitindo o uso da mão-de-obra nativa, as obras foram concluídas pelos franciscanos e seus catecúmenos. Ainda durante o governo de Frutuoso Barbosa, o colono Duarte Gomes da Silveira iniciou a construção de seu engenho Salvador do Mundo às margens do riacho Inhobi (rio do campo verde) e, por ser uma região distante da cidade, sujeita a ataques indígenas, o capitão-mor resolveu construir também um forte para o lugar, dedicado a Santa Margarida. Para guarnecer o forte avançado Frutuoso Barbosa mandou deslocar parte do regimento do forte do cabedelo, mas o chefe militar Pedro de La Cuevo, que já não vinha se dando bem com Frutuoso, irritado, largou seu posto e abandonou a Capitania. Não sei se Frutuoso conspirou para tal reação, mas sem dúvidas deu um riso de Mutley.

Depois de três anos à frente da Capitania, o tempo nos trópicos habituaram Frutuoso Barbosa a acordar um pouco antes do alvorecer, como fazia sempre lavou o rosto e foi para o alpendre aguardar o despontar do sol. Mas naquela manhã de 1591 ele estava pensativo, um tanto contraído e derrotado em si. Alguma queixa devia ter ecoado da Corte, pois naquele dia o capitão-mor, homem exaltado e temperamental, mas também afável dentro dos limites, amargava o arrependimento da resolução de reivindicar o governo da Paraíba, pois desde o começo o seu governo não fora fácil ou compensador, devido à carência de recursos, às infinitas e turbulentas lutas com os rebeldes potiguara e os desentendimentos constantes com os religiosos missionários e com o chefe militar castelhano. Todos nós temos, às vezes, nosso dia de cão, e neste dia, antes de espirar seu mandato e sem nem mesmo esperar a nomeação de um sucessor, Frutuoso se destituiu do cargo, juntou suas coisas e abandonou a capitania, sem mais nem menos, para nunca mais voltar.

Com a capitania órfã de capitão-mor, um mameluco de nome André de Albuquerque, que era alcaide-mor em Igarauçu, foi nomeado para o cargo provisório na Paraíba, governando apenas por um ano. Durante o

seu governo os potiguaras (esses índios eram carne de peçoço)) continuaram trazendo problemas para o sucesso da colonização da Paraíba e se aproveitando de que o forte do cabedelo estava vulnerável desde quando sua guarnição foi fracionada para atender o forte de Inhobi, estes selvagens destruíram e incendiaram a fortificação, matando toda sua guarnição.

André de Albuquerque era um homem amigável, mas com físico para ser encunqueiro se quisesse. Não quis, e seu governo foi encerrado em menos de um ano, pois o Governo- Geral do Brasil entendeu que era necessário um capitão de pulso firme para esta capitania tão atribulada.

3.2 - Feliciano Coelho de Carvalho: O predador



Feliciano Coelho de Carvalho

No mês de maio de 1592 o fidalgo português Feliciano Coelho de Carvalho foi empossado no cargo e logo que chegou, na necessidade de tomar medidas rigorosas, começou promovendo ofensivas contra os índios, que à época atacavam e destruíam tudo pela frente, chegando até a

atacar a ilha da Restinga e matar o senhor dessa ilha, além de seu filho, colonos e escravos. Nas batalhas de repreensão e perseguição ao nativo, o capitão-mor foi mais de uma vez a serra da Copaoba e, de aldeia em aldeia, chegou até o sertão de Pontegi, no Rio Grande, movendo guerra aos potiguaras e os corsos aliados. Homem impiedoso e de espírito bélico, Feliciano atacava as aldeias de surpresa e promovia matanças desumanas, sem poupar mulheres, velhos e nem crianças. É possível que entre os indígenas este capitão-mor fosse comparado à traçoira cascavel, ou *boicining*, na língua do gentio.

Militar habilidoso e estratégico, de volta à Filipéia, Feliciano Coelho de Carvalho transferiu a aldeia tabajara da Ilha do Bispo para a várzea do Paraíba, dividindo-a em duas partes, uma para o Inhobi e outra para o Livramento, para servir de defesa aos engenhos. Essa sua determinação, desagradou os missionários e foi o início das desavenças de seu governo com os padres jesuítas, pois estes alegavam que os índios eram quem precisavam ser protegidos dos senhores de engenho, que os exploravam no trabalho da lavoura. Contudo, irredutível e pouco preocupado com a catequese, Feliciano, sem mesmo pedir a bênção aos padres, ordenou a destruição da antiga aldeia tabajara da cidade para evitar que os índios retornassem. Irritados, os padres se negaram a assistir as aldeias novas e reclamaram junto ao Governo-geral sobre a atitude do capitão-mor, alegando que deveriam ser indenizados porque a aldeia arbitrariamente destruída era obra da Companhia de Jesus. Estas desavenças por interesses díspares entre o governador e os padres jesuítas só acabaram com expulsão destes últimos da Capitania em 1593, por ordem do Governo-geral da colônia em respostas às queixas de Feliciano contra os jesuítas. Com a saída dessa ordem da Capitania os frades franciscanos assumiram as aldeias sem padres.

3.3- O Santo Ofício visita a Paraíba

Em meados do século XVI, Portugal estava com problemas financeiros devido aos onerosos gastos da corte e as despesas com as grandes viagens marítimas. Os cristãos-novos que perfaziam quase um

terço da população portuguesa (judeus batizados à força ou seus descendentes), mesmo sendo a grande força da economia do país, eram discriminados pelos cristãos-velhos. O estatuto português da pureza do sangue os impedia de ingressar nas irmandades religiosas, graduações militares ou ocupar cargos oficiais no governo e isso provocava desgostos internos no Reino, aumentando cada vez mais a antipatia já existente contra os cristãos-novos. Pois, há séculos, os judeus levavam o estigma de terem traído e vendido Jesus e também pesava sobre eles lendas de que atraíam raios, pragas nas lavouras, enchentes, terremotos, epidemias e até de que roubavam criancinhas cristãs para sacrificá-las em rituais demoníacos.

Para livrar o reino deste povo indesejado e também solucionar as dificuldades econômicas portuguesas, o então rei daquela época, D. João III, decidiu instalar em Portugal o Santo Ofício para coibir as práticas judaicas e, ao mesmo tempo, confiscar os bens dos cristãos-novos, pois estes povos se dedicaram ao comércio e às finanças formando uma grande e importante burguesia, e por trás da intenção lusitana de instalar a Inquisição existia a ganância de se apossar de bens. Assim, a peso de ouro, o Rei comprou à cúria romana uma bula do Papa Paulo III concedendo o direito de instalar o Santo Ofício em Portugal.

Para levar um réu ao tribunal do Santo Ofício bastava uma denúncia, assim o infeliz era interrogado com sessões de tortura até confessar seus crimes pagãos (sendo “culpado” ou não). A pena era aplicada no auto-de-fé, um evento público onde o condenado era sentenciado e em muitos casos morto na fogueira. Alguns casos terminavam em cárcere perpétuo ou uma sessão de açoitamento em praça pública, considerado penas leves, mas de qualquer modo os bens do sentenciado eram confiscados. De tribunal, o Santo Ofício só tinha o nome, pois em todos os casos o réu já era considerado culpado.

O Tribunal do Santo Ofício foi instalado em Portugal em 1536, e no Brasil a Inquisição só chegou em 1591, sob a forma de visitação. O visitador da Santa Sé foi o desembargador Heitor Furtado Mendonça, se instalando na Bahia de São Salvador, e o principal objetivo era a caça aos

conversos, ou cristãos-novos, pois havia muitos na Colônia, uns fugidos da metrópole por causa das perseguições e outros degredados pelo próprio Santo Ofício. Na Bahia, a Visitação permaneceu até 1592, depois se deslocou para Pernambuco e Itamaracá, e por fim chegou à Paraíba.

Isto ocorreu no dia 06 de janeiro de 1595, numa sexta-feira de Reis. Nesta manhã, sob a cantoria dos pássaros que produzia uma infinidade de trinados superpostos, Feliciano Coelho de Carvalho estava em seu desjejum matinal quando foi notificado da chegada de uma delegação de padres vindos do Reino. Sabendo do que se tratava, o capitão-mor levantou apressadamente da mesa, passando as costas da mão pelos lábios e ajustando os cordões do gibão, saiu juntamente com o vigário João Vaz Salem dos Santos para recepcionar o visitador da Santa Sé que vinha para instalação da Inquisição na cidade de Filipéia. Primeiro, o visitador iria ouvir as denúncias e depois ouvir os denunciados e por fim aplicar as penas.

O terror pairava em toda a freguesia, pois uma parte bem considerável da população da Filipéia era composta por cristãos-novos ou pessoas que de uma forma ou outra viviam ilicitamente perante os olhos da Santa Igreja. Uma boa maneira de se mostrar fiel era denunciando um infiel, porém, grande parte das denúncias se dava por desavenças particulares ou ambição financeira, já que era comum o denunciante ficar com um terço dos bens do denunciado.

A presença da visitação na Paraíba causou mais pavor do que a constante presença dos terríveis potiguara nas adjacências. O visitador e seu notário ouviram 25 depoimentos, sendo 16 denúncias e 9 confissões de pecados: Os denunciados por blasfêmia, bigamia e crime de heresia foram doze. Quatro brancos e um índio de nome Acahui, foram acusados de sodomia (homossexualismo) e três pessoas foram acusadas de suspeita de judaísmo.



A Mesa Inquisitorial instalada na Filipéia

Contudo, apesar de gerar um ambiente de medo e denúncias, a Mesa Inquisitorial foi benevolente com os paraibanos, pois mais da metade dos casos julgados foram punidos apenas por repreensão, considerados destemperos no falar sem grande gravidade. Já os três casos de sodomia, crime que normalmente eram punidos por morte na fogueira, os acusados da Paraíba foram punidos com açoitamento público e prisão nas galés do Reino.

A cidade de Filipéia era uma terra cercada de selvagens antropófagos, fazia um calor infernal e era habitada por um povo vil. Não sei, mas imagino que o visitador, que não tinha o menor interesse em se demorar ali, considerou que esta capitania já era um purgatório natural.

3.4 - O acordo de paz com os potiguara

A partir de 1596, depois da visitação do Santo Ofício, o voluntarioso governador Feliciano Coelho de Carvalho passou também a se desentender em altos brados com os catequistas franciscanos em relação ao poder temporal que estes exerciam sobre os índios aldeados.

Os frades acabaram por abandonar as missões e queixaram-se junto ao governador-geral Francisco de Sousa, que desta vez decidiu em favor dos religiosos, lhes restituindo o poder temporal sobre seus fiéis. Definitivamente o ano não foi o melhor para o arrojado capitão-mor. Como não bastasse ter perdido a querela judicial para os frades, também fora ferido numa batalha militar contra os potiguaras na Copaoba, saindo do campo de batalha segurado pela axila, ficando aleijado para sempre de uma perna.

Os potiguaras foram sem dúvidas os índios que mais resistiram em todo o Brasil e até hoje seus remanescentes dão trabalho à Funai e às autoridades governamentais. Naqueles tempos coloniais eles não davam trégua e continuavam promovendo assaltos e atrocidades nos arredores da cidade e aterrorizando os colonos. Mas os tempos estavam mudando e seus dias de resistências estavam chegando ao fim:

Nesta época, a França estava em guerra com a Espanha (desde 1559) e depois da instalação da União Ibérica atacava o litoral brasileiro sem piedade. Preocupado com a defesa da Filipéia, Feliciano então mandou reconstruir a fortaleza do cabedelo, que Frutuoso Barbosa havia mandado erigir em 1589 e que fora incendiado pelos potiguara no governo de André de Albuquerque. No entanto, em fins de junho de 1597, enquanto Feliciano lutava com os índios na Copaoba, esta nova versão do forte do cabedelo foi severamente atacada por uma esquadra francesa. Defendido por apenas 20 homens e uma artilharia deficiente de apenas cinco peças, a fortificação de taipa comandada pelo fervoroso capitão Antônio Gonçalves Manaya resistiu heroicamente aos ataques e, sob o barulho ensurdecidor dos canhões, a resistência conseguiu expulsar o invasor. No interior deste forte havia uma capela dedicada à Santa Catarina, onde estava uma imagem em madeira da santa em estilo barroco, com vestes pintadas em ouro e azul e talvez, nesta luta claramente desigual, a vitória da guarnição do forte do cabedelo tenha se dado devido à divina proteção da Santa. Essa vitória, embora tenha custado a vida do bravo capitão do forte, tem muito significado histórico, pois marca a definitiva expulsão dos franceses do litoral da Capitania da Paraíba.

Repelidos da Paraíba, os franceses fugiram em direção ao Rio Grande do Norte objetivando conquistar a costa desta capitania com a ajuda dos selvagens potiguara. Em fins do mesmo ano o governador-geral mandou uma esquadra para expulsar os franceses e conquistar o Rio Grande e Feliciano Coelho de Carvalho, mesmo aleijado de uma perna, organizou seus exércitos e partiu para o norte em meio à mata para ajudar na empresa, mas não conseguiu ir muito longe, pois os membros da expedição sofreram com uma epidemia de varíola, obrigando-o a retornar à cidade.

Assim que o mal foi afastado, Feliciano organizou nova expedição armada, chegando ao Rio Grande exatamente quando aquela capitania se encontrava em plena dificuldade. Se o reforço paraibano não tivesse chegado a tempo a conquista da capitania potiguar não teria sido efetivada. Em 6 de janeiro de 1598, depois de expulsos os franceses e repelidos os nativos potiguara, erguia-se no Rio Grande o Forte dos Reis Magos e assim pôde Jerônimo de Albuquerque fundar uma povoação à margem direita do rio Potengi, que mais tarde viria a ser a cidade de Natal.

Na Paraíba, a guerra com os potiguaras parecia que não teria trégua. Em fins do ano de 1598, mais uma vez nas fraldas da Copaoba, o incansável Feliciano Coelho de Carvalho continuava guerreando contra os nativos. E numa dessas incursões, no dia 29 de dezembro, no infernal calor, com o corpo suado e cansado das penúrias tropicais, o capitão-mor sentou-se à sombra num tronco musgoso junto a um rio chamado Araçoajipe e decidiu acampar para a tropa se recompor. Neste instante de pouso, seus soldados, em revista ao sítio, encontraram uma furna, de salão amplo, cujas paredes estavam repletas de estranhos caracteres esculpidos na rocha viva. Os desenhos, feitos com perfeição, causaram espanto àquele experimentado guerreiro luso, pois sabia que os selvagens incultos não podiam ter feito aquilo e, para consultas aos mais letrados em assuntos de línguas mortas, copiou cada caractere num papel. Esta foi a primeira vez que se registrou a existência de inscrições rupestres no Brasil.

A estas alturas os potiguaras já estavam bem debilitados devido as inúmeras guerras movidas pelos colonizadores ao longo de 25 anos

ininterruptos, que causou significativas baixas no número de guerreiros nativos, e a epidemia de varíola de 1597, que devastou grande quantidade dos índios, cujo sistema imunológico era indefeso ao vírus desta terrível doença infecciosa europeia. Mas o que mais debilitou estes guerreiros indígenas foi, sem dúvidas, perder o auxílio dos “mair” (franceses), que significava perder armas, navios e pólvora.

O momento difícil que os potiguaras estavam vivendo encorajou os padres jesuítas, que estavam recém estabelecidos no Rio Grande, a tentar estabelecer contato com estes gentios para oferecer doutrinação cristã e articular uma possível negociação de paz destes com os colonizadores. Com este propósito, dois missionários da Companhia de Jesus - padres Francisco Pinto e Pero Rodrigues - mandaram emissário à principal aldeia potiguara para avisar de suas intenções e logo que receberam a licença se aventuraram na região bravia da Copaoba em missão de paz. Pois, como diziam: - Quem tem Deus no coração nada teme.

Na Copaoba, o mais temido e aguerrido chefe indígena era Zorobabé. No entanto, este arisco guerreiro preferiu ficar fora das negociações com os portugueses, permitindo que o seu irmão Pau-Seco conduzisse os entendimentos. Certamente, Zorobabé e seus guerreiros devem ter acompanhado de longe, sem serem percebidos, os padres no caminho até a aldeia e se mantiveram a postos atentos para qualquer eventualidade ardil.

Os missionários chegaram à aldeia de Pau-Seco num dia ensolarado e atravessaram o terreiro distribuindo afagos carinhosos na cabeça dos curumins (crianças) que se aproximavam atraídos pela curiosidade para ver aqueles homens santos de sotaina negra. Com um tom de desconfiança, um nativo adulto se dirige ao padre Francisco Pinto, que limpava o suor da testa, orientando-o para adentrar numa grande paliçada de formato abaulado onde estava sendo aguardado pelo cacique. Na penumbra do interior da oca o jesuíta se viu num amplo salão, com chão de terra batida, medindo aproximadamente 10m de largura por 50m de comprimento, cujo teto de palha era sustentado por estacas que

também apoiavam as redes armadas para o diálogo. O cacique, sem reverenciar o padre com um beijo na mão ou mesmo levantar-se de sua rede, recebeu o sacerdote apenas com uma saudação do tipo: *Xerorycatunderuári* (Estou contente com a tua vinda) e o padre Francisco Pinto, depois de se acomodar na rede de cortesia, em língua tupi fluente, explicou de forma persuasiva as vantagens da paz naquele tom de bondade característico dos padres, assegurando ao cacique que, caso aceitasse o acordo de paz, os seus seriam protegidos pelos religiosos para não serem escravizados. Dito isto, o chefe Pau-Seco, com o rosto profundamente marcado pelo tempo, em vista das condições do momento considerou menos danoso para o seu povo aceitar a oferta daquele enviado do deus dos brancos.

Para selar o acordo, deve ter sido oferecida ao padre uma cuia de cauim, uma bebida nativa feita exclusivamente por mulheres num processo que consistia em cozer o milho ou a mandioca e depois mastigar a massa demoradamente, sem engolir, e depois cuspir de volta à água do cozimento para que a saliva desencadeasse o processo de fermentação. O jesuíta tomou de uma vez a cabaça de cauim, um pouco enojado pelo modo com que era preparado. A recusa seria considerada uma ofensa. É de se supor também que depois de tratar com o cacique, os missionários ainda se demoraram pela aldeia se preparando para o fatigoso retorno ao forte dos Reis Magos, e aproveitaram para observar o dia-a-dia dos nativos, sob a hospitalidade potiguara.

Nesta situação, não seria estranho haver entre os potiguara um gentio tabajara. Seria um traidor? Não. Sem dúvidas um prisioneiro de guerra que estava esperando o dia de ser sacrificado, esquartejado e ingerido, conforme os costumes indígenas. O curioso é que este guerreiro não só aceitava seu destino como também tinha orgulho de ser morto e comido pelo inimigo, sem buscar fuga ou reagir. Por isso, aguardava em liberdade na aldeia o glorioso dia em que seria levado para o centro do terreiro, atado com cordas longas à cintura, que três ou quatro mancebos as segurariam bem estiradas, para que o prisioneiro provasse sua valentia e soberbia desafiando os presentes até que, num dado momento, o

guerreiro que o capturou se apresente ao ritual com um tacape à mão e lhe desferisse o fulminante golpe para lhe findar a vida. Depois se iniciaria o terrível ritual antropofágico de vingança, que os jesuítas, se vissem, por certo ficariam pavorosos, porque não dispunha de percepção antropológica para entender, nem muito menos aceitar, tal “barbaridade” cultural.

Vencida com êxito a primeira tarefa diplomática com Pau-Seco, os padres missionários deixaram a aldeia no início do entardecer, retornando ao Rio Grande. Chegaram na manhã seguinte e, depois de explicar os pormenores da missão pacificadora com o chefe potiguara, solicitaram ao capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho, em tom conciliador, que se dispusesse a uma conferência com o chefe Pau-Seco para oficializar o acordo. Certamente, o capitão-mor teve de engolir a seco o fato dos jesuítas, ordem religiosa que ele mesmo expulsara da Paraíba, tivessem conseguido por meios diplomáticos firmar a paz com aqueles aguerridos gentios que lhe deram tanto trabalho.



Acordo de paz entre Feliciano Coelho de Carvalho e Pau Seco

Não se registrou o lugar onde se deu o histórico encontro entre Feliciano Coelho e Pau-Seco, mas deve ter sido supervisionado pelo

missionário negociador. O líder guerreiro potiguara, paramentado com um frondoso cocar de penas vermelhas, um adereço de pedra verde no beijo, pendentes de contas brancas e o corpo pintado com pintas e riscos ondulados, saudou Feliciano num português quase incompreensível, olhando dentro dos olhos do governador da Paraíba, que, enfrentando seu olhar, reafirmou a oferta dos jesuítas e, num de seus raros momentos de cortesia, o sisudo però até ensaiou um sorriso ao ajustar com o chefe potiguara uma cerimônia oficial na Paraíba para a firmação solene do pacto ali estabelecido.

Formalizado o acordo, Pau-Seco e os padres retornaram à Copaoba na brisa do final da tarde e foram de aldeia em aldeia convencer os conselheiros de cada fração sobre o acordo de paz e a celebração que estava se preparando na Paraíba. Assim, quando a guerra contra o gentio vinha de longe e parecia não ter mais fim, na terça-feira do dia 15 de junho de 1599, dia de São Boaventura, foi celebrado na Paraíba um evento oficial para o acordo de paz, com a presença de autoridades nativas e ibéricas, entre caciques, fidalgos e dignitários d'El-Rei. Na solene ocasião os potiguaras se fizeram representados pelo cacique Pau-Seco, que veio acompanhado de cerca de 50 guerreiros. Em nome dos tabajaras compareceu o cacique Pirajyba (Braço de Peixe) e seus filhos, itaobi (pedra verde) e jibaúna (Braço Preto). Feliciano Coelho de Carvalho, juntamente com a população branca e mestiça da Paraíba, comandou a solenidade ao lado das pessoas mais importantes das capitâneas de Itamaracá, Pernambuco e Rio Grande, que haviam sido especialmente convidadas para esta celebração pacifista.

Sob os ventos frios daquele solene inverno, enquanto se dava a celebração na cidade alta de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, o rio Sanhauá, que já testemunhara tanto sangue e terror, vagava sereno e totalmente indiferente àquele importante episódio que se operava à sua encosta.



Capítulo 4

A SOCIEDADE AÇUCAREIRA NA PARAÍBA

O final do século XVI e as primeiras décadas do posterior constituíram um período marcado pela ampla valorização do açúcar brasileiro no mercado internacional, cuja maior parte era refinada na Holanda. Situação que veio a estimular ainda mais aqueles que estavam diretamente envolvidos no negócio; mercadores, financiadores, plantadores de cana e produtores de açúcar.

Na capitania de Pernambuco, predominavam os imigrantes das cidades e vilas do norte de Portugal, entre cristãos-velhos e cristãos-novos da classe média e da pequena nobreza portuguesa, mas que enriqueceram na colônia com os enormes privilégios fiscais que lhes foram concedidos pela Coroa.

De Pernambuco, principalmente, migrou para a nova Capitania um contingente de conquistadores ligado aos negócios do açúcar e do cativo de índios, plebeus desta elite social, para colaborar nas campanhas militares contra os nativos, e, principalmente, em busca de enriquecer. Estes se tornaram os grandes senhores na Paraíba, classe que ficou conhecida como “a nobreza da terra”.

Esta classe era composta especialmente por cristãos-novos, ou seja, descendentes de judeus convertidos ao cristianismo, com relevante destaque para os irmãos João, Henrique e Diogo Nunes Correia, que construíram dois engenhos em terras paraibanas, e Fernão Soares que também foi senhor de engenho na Paraíba.

Outro importante senhor de engenho na Paraíba foi Ambrósio Fernandes Brandão, cristão-novo vinculado ao grupo de comerciantes e financistas

de Pernambuco, nascido em Portugal por volta de 1555, que chegou ao Brasil aproximadamente em 1583. A princípio ele exercia o cargo de escrivão de dízimo de açúcar na Nova Lusitânia, mas acompanhou o famoso Martim Leitão desde sua primeira campanha na Paraíba e, depois de conquistada, de simples escrivão chegou a possuir três engenhos na nova capitania, tornando-se tão importante e influente ao ponto de, mesmo tendo sido por mais de uma vez acusado e julgado de judaísmo pela Inquisição, nunca foi condenado. Ambrósio era um homem a frente de seu tempo, de erudição requintada, e em 1618 viria a escrever os “Diálogos das grandezas do Brasil”, que hoje é uma obra fundamental para se estudar a sociedade no Nordeste, especialmente sobre seus aspectos econômicos. Ambrósio morreu septuagenário, pois já não era vivo em 1634, quando se deu a invasão holandesa na Capitania.



Ambrósio Fernandes Brandão

Todavia, o mais poderoso e rico dentre os senhores de terras e engenhos da Paraíba naquela época era Duarte Gomes da Silveira, que se engajou nas tropas de conquista da Paraíba e teve expressiva participação em vários combates travados contra os potiguaras e os franceses (1583, 1585 e 1586), tanto na várzea do Paraíba quanto na Baía da Traição e no sertão de Copaoba. Após a conquista foi um dos primeiros a receber sesmaria na Capitania e conforme as fronteiras da Paraíba se alargavam, Duarte era agraciado com mercês de novas concessões de terras para instalação de engenho e currais, se tornando no seu tempo o maior latifundiário da

Capitania, dono de imensa fortuna e um legítimo representante da camada senhorial da Paraíba.



Duarte Gomes da Silveira

De combatente a rico e respeitado proprietário de terras, Duarte também foi vereador da Câmara de Filipéia e um benfeitor em contributo ao desenvolvimento da nascente cidade de Sua Majestade, pois anunciava prêmios com dinheiro seu aos colonos que construíssem suas casas e sobrados na cidade, ele mesmo começou a sua casa na Rua Nova. Foi ele também quem mandou construir às suas custas a Igreja da Misericórdia e sua Casa de Caridade anexa. Duarte morreu em 1644, em avançada idade, e seus restos mortais, bem como de sua esposa, segundo consta, ainda hoje jazem numa cripta no interior da Igreja que fez construir na Filipéia.

Portanto, os conquistadores vindos de Pernambuco promovendo o despovoamento indígena e abrindo território nos vales dos rios para os canaviais, engenhos de açúcar, currais e roçados de subsistência, se tornaram os primeiros povoadores e proprietários de terras na nova Capitania, que, nesse aspecto, se configurava como a terra das oportunidades para quem se dispunha a enfrentar novos desafios.

O negócio do açúcar era uma forma de enriquecimento e ascensão social na colônia. Sem dúvidas, pelo menos nas primeiras décadas da

ocupação, a mão-de-obra indígena constituiu a principal força de trabalho destes povoadores.

As florestas tropicais da várzea do Paraíba foram sendo desmatadas e substituídas por intermináveis partidos de cana. A sociedade da região açucareira da Filipéia à época era composta, basicamente, por três grupos: O dos senhores de engenhos, que eram proprietários de engenhos, terras e escravos; Os plantadores independentes de cana, que eram proprietários apenas de terras, mas não possuíam recursos para montar engenho e moer a sua cana e, para tal, pagavam para usar os dos senhores de engenho ou vendiam sua produção aos primeiros; e os lavradores foreiros, que recorriam a alguma forma de arrendamento de terras dos engenhos para plantar a cana, submetendo-se a um contrato que lhes impunha um pesado ônus, pois em cada safra lhes cabia uma pequena parcela do açúcar produzido. Esses terceiros eram fundamentais à produção do açúcar, pois o senhor de engenho deixava em suas mãos toda a responsabilidade pelo cultivo da cana, assumindo somente a parte do beneficiamento do açúcar, muito mais lucrativa.



Engenho de açúcar

A sociedade açucareira era patriarcal. A maior parte dos poderes se concentrava nas mãos do senhor de engenho. Com autoridade absoluta, submetia todos ao seu poder: mulher, filhos, agregados e qualquer um que habitasse seus domínios. Seu poder extrapolava os limites de suas terras, expandindo-se pelas Câmaras Municipais e vida colonial.

Os primeiros engenhos montados na Paraíba eram os rudimentares trapiches, feitos de madeira e movidos à tração de boi e cavalo, que produziam cerca de mil arrobas anuais de açúcar (15 toneladas/ano). Só algum tempo depois surgiram as moendas movidas por força hidráulica que, mais produtivas, chegavam a produzir até sete mil arrobas anuais. O processo de beneficiamento da cana era simples; a cana era espremida e o caldo cozido em caldeiras de cocção para tirar as impurezas e, depois de tratado com decoada de cal ou cinza, era levado para os tachos. Apurado, o melaço era colocado para purgar em formas de madeira calafetadas de barro forradas com folhas secas até cristalizar em forma de pão de açúcar. Este modo rudimentar só foi aprimorado para a moenda de três cilindros no início do século XVII.

Raramente os senhores de engenho moravam em suas propriedades, pois era regra geral haverem mestres sob contrato para a supervisão do fabrico do açúcar e coordenação dos serviços. Assim, os proprietários viviam em suas casas na cidade em luxo e se trajavam bem com brocados de seda, jóias e tecidos de damasco trazidos do reino. Promoviam festas e possuíam cavalos de cela, louçaria de porcelana, serviços de prata, escravaria doméstica e móveis. Raro era o engenho que não tinha sua capela e alguns até um capelão a serviço do engenho.

4.1- O sistema administrativo da Capitania

A Paraíba, como Capitania da Coroa estava sujeita a jurisdição direta da Fazenda Real, por isso todas as sesmarias e contratos de arrendamentos eram supervisionados por funcionários da justiça e da alfândega. Pois, parte do lucro dos produtores era destinado aos dízimos reais. O pessoal administrativo da Capitania, fiscais, soldados, capitães-mores e os serviços religiosos, tinham ordenados fixos por provisões régias. Para a fiscalização do açúcar e do pau-brasil produzidos na Capitania existiam os passos, armazéns construídos no litoral e nas margens dos rios onde os produtos eram pesados, marcados e estocados antes de serem embarcados para Olinda e dali para a Europa. Na cidade, o centro comercial era na Rua do Passo, onde ficavam os armazéns de

pau-brasil e açúcar, em média saíam 20 naus carregadas de açúcar por ano e somando o total das despesas com a Capitania, a renda excedia o dobro.

O tributo aos produtores era fixado por contrato de três anos e cabia ao provedor prestar contas anuais ao Provedor-mor e, a cada cinco anos o almoxarife deveria dirigir-se à sede do Governo-Geral, na Bahia, para fazer o mesmo. Mas, também era prática comum a evasão do pagamento de dízimo por parte dos produtores e a venda e transporte do açúcar sem passar pela alfândega, devido da ineficiência dos meios de cobrança. Até o poderoso Duarte Gomes da Silveira foi acusado e julgado sob suspeita de obter vantagens burlando a arrecadação da Coroa.

Sem dúvidas, o aparato burocrático e político da época já era conivente dessas práticas e, por isso, tais delitos não eram punidos. Até porque a elite senhoril da Paraíba era vinculada por alianças mercantis e familiares com a casa de Olinda e a criação de cargos públicos, assim como a indicação de seus ocupantes, eram ditadas pelos senhores de engenho, que também eram bem relacionados com os governadores-gerais.

Mesmo sendo a Paraíba uma capitania de Sua Majestade, direta ou indiretamente todo o seu açúcar ia para a Capitania de Pernambuco que, embora fosse uma capitania de donatário, concentrava os capitais da região. A Paraíba estava submetida a um sistema patrimonialista herdado de Pernambuco e moldado através de uma burocracia que assegurava o controle das formas de obtenção de recursos, intervindo diretamente no comércio e nas exportações, que eram as principais fontes geradoras de renda, garantindo a sustentação das camadas superiores vinculadas à nobreza.

As doações de terras eram léguas em quadro que variavam, mas o padrão era entre cerca de 4.300 e 17.400 hectares. Na cidade prevalecia a braça de terra, que variavam entre sete e mil braças e eram destinadas à construção de casas e outras benfeitorias. A justificativa do requerente de terras era ter serviços prestados ao rei na conquista de territórios hostis, lutado em batalhas a favor da coroa. Até os nativos tabajara, da aldeia Jacoca, como prêmio por terem colaborado com a conquista, foram agraciados em 1614 com uma sesmaria que cobria todo o território ao sul

do rio Gramame (rio do Peixe-sapo) até os limites com a capitania de Itamaracá.

Os proprietários de terras eram isentos de foro, mas sujeitos ao pagamento de dízimo à Fazenda Real sobre os lucros obtidos. Contudo, os custos de um engenho eram elevados: Envolveia compra de maquinário e era preciso mão-de-obra especializada como os calafates, tanoeiros, carpinteiros e mestres-de-açúcar, que ganhavam bons salários, para o bom funcionamento do engenho. Por isso apenas aqueles requerentes que tivessem condições de fazer a terra produzir, com cabedais e escravos próprios, recebiam concessões de sesmarias. Embora também fosse necessário ao requerente uma extensa folha de serviços prestados à Coroa nas guerras contra o nativo e corsários e, claro, boas relações com o corpo administrativo.

4.2 - As missões religiosas na Paraíba

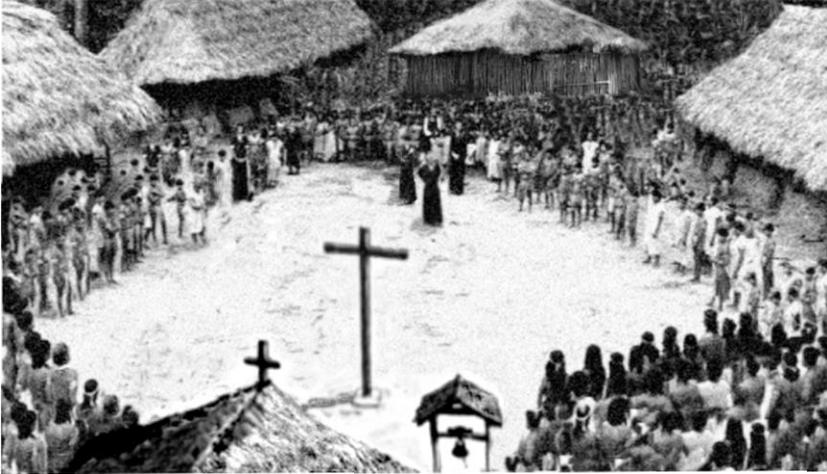
No início da colonização da Paraíba a igreja era apenas missionária e seu principal esforço concentrava-se na conversão dos índios ao catolicismo (principalmente as crianças que eram mais permeáveis à doutrinação). O objetivo era reordenar a cultura indígena segundo os preceitos da religião cristã. Mas as missões não deviam concentrar suas ações apenas na salvação e expansão espiritual, também deviam responder aos interesses da expansão marítima e comercial ibéricos.

As aldeias indígenas eram criadas e instaladas nas imediações dos estabelecimentos portugueses pelos padres e frades missionários, que passavam a manter o controle absoluto da vida dos aldeados. Para discipliná-los e garantir a ocupação e a defesa da terra, assim como disponibilizar de sua força de trabalho como mão-de-obra barata.

A presença da cruz trazia para o gentio a sedentarização, garantindo-lhe um território pré-fixado e as bases necessárias à sobrevivência, como o trabalho livre e assalariado. Mas também a reza, batismo, catecismo, confissão e a autoflagelação. Todos os dias havia

lições, recitações de ladainha, cântico Salve Rainha e uma procissão semanal.

A missão da Ilha do Braço de Peixe



Os jesuítas foram os primeiros a chegar à Capitania e detinham o poder espiritual e temporal sobre os nativos tabajara aldeados na periferia da cidade. Em seguida chegaram os franciscanos, que se instalaram na Paraíba durante o governo de Frutuoso Barbosa missionando os tabajaras instalados nas fronteiras. Estes se estabeleceram num terreno que lhe fora doado pelo capitão-mor e logo começaram a construção da sua majestosa igreja e convento de Santo Antônio, conhecido erroneamente como conjunto de São Francisco por ter pertencido aos franciscanos. A obra foi interrompida na fase da ocupação holandesa, só sendo concluída em 1779, como veremos bem mais adiante, no momento oportuno.

Enquanto a Paraíba foi cenário permanente de guerra contra os ferozes potiguara, só as ordens dos jesuítas e franciscanos foram ousadas para se instalar na terra. Em 1599, depois de estabelecida a paz com os nativos hostis e antes de expirar o governo de Feliciano Coelho de Carvalho, os frades da ordem beneditina chegaram à Paraíba, tendo por superior o abade Frei Anastácio. Os bentos receberam terreno na cidade para a erguer convento, terras e uma pensão anual.



Mapa holandês da cidade em 1634

Em seguida, chegaram à Paraíba os carmelitas, para fundar convento, mas, ao que parece, não se ocuparam de missões.

A igreja como instituição assinalou seu poder de forma marcante na configuração urbana da Filipéia, formando um traçado em cruz, com cada ordem religiosa (carmelita, jesuíta, beneditina e franciscana) situada em cada um dos extremos da cidade, conforme indica um mapa de 1634 da cidade (imagem).

Havia na Paraíba, por essa época, inúmeras missões religiosas, tanto dos tabajaras como dos potiguara. A catequização se dava no idioma do gentio. Pois, na Paraíba, diferente das outras capitanias, o índio não foi escravizado, mas trabalhava muito nos serviços do açúcar em troca de utilidades, como machados, enxadas, foices, tecidos e roupas, como pagamento. Contudo, a consequência das missões para os índios foi devastadora, pois os aldeados acabaram perdendo seus saberes tradicionais, ficando inteiramente à mercê do conquistador. Um forte exemplo disso foi a catástrofe cultural dos tabajaras, que num processo lento e gradual de miscigenação, sofreram a completa desestruturação do modo de vida indígena, perdendo sua identidade e tradicional alegria e bem viver. Foi o preço que pagaram pela submissão aos portugueses e

traição à etnia. Pois os potiguaras, que só se entregaram quando não havia mais outra forma, mantiveram sua identidade até os dias de hoje e, como recompensa, são os únicos índios do Brasil que conseguiram garantir reserva em uma parte do litoral.

4.2 - O escravo negro na Paraíba

Como já expliquei linhas atrás, devido à dificuldade de tomar posse da terra do Brasil, Portugal instalou na colônia um sistema de colonização agrícola, tendo a cana-de-açúcar como produto a ser produzido. A princípio o índio foi utilizado como escravo, pois embora o regimento do Rei protegesse os nativos do cativo, havia também recursos no mesmo regimento, como a “guerra justa”, que possibilitava escravizá-los. Contudo, embora o aprisionamento e comercialização de índios tenham constituído prática comum e muito rendosa no Brasil, a escravidão do nativo não se mostrava viável pelo fato dos índios não se adaptarem às lavouras. O modo de vida indígena não combinava com as propostas colonizadoras. Assim, as fugas, o alcoolismo e suicídios eram constantes, pois os nativos, de natureza livre, não estavam acostumados ao trabalho compulsório e consideravam a atividade agrícola inferior, porque entre os nativos quem cuidava das roças eram as mulheres. Outro fator que também inviabilizava a escravidão do gentio era a oposição constante e ferrenha dos missionários jesuítas, que lutavam tenazmente contra.

Fora as dificuldades de escravizar o nativo, a utilização do negro como mão-de-obra escrava básica na economia colonial deveu-se principalmente ao tráfico negreiro, atividade altamente rentável que representava uma das principais fontes de acumulação de capitais para a metrópole, além do sistema de escravidão ser cultural entre boa parte das tribos africanas que já traficavam negros muito antes da chegada dos lusos na costa de seu continente, sob o sol escaldante do Saara os povos árabes levavam milhões de africanos para servirem como escravos em seus países, sempre com a benção de reis e chefes locais. Portanto, assim como o indígena americano aceitava ser abatido e devorado quando capturado em

guerra, o nativo africano também se sujeitava a servidão quando prisioneiro. Era uma questão cultural.

Para os portugueses, desde meados do século XV o comércio de escravos era regular em Portugal, sendo que durante o reinado de D. João II o tráfico negreiro foi institucionalizado como ação direta do Estado português, que cobrava taxas e limitava a participação de particulares. Exatamente o contrário ocorria com a escravidão indígena, já que os lucros com o comércio dos nativos não chegavam até a metrópole.

Desde as primeiras entradas no território inóspito da Paraíba para as lutas com os nativos, os negros já se faziam presentes nas tropas como carregadores.

Depois de conquistada a terra rebelde, para a implantação a cultura canavieira, o braço forte e disciplinado do negro foi de relevante importância.

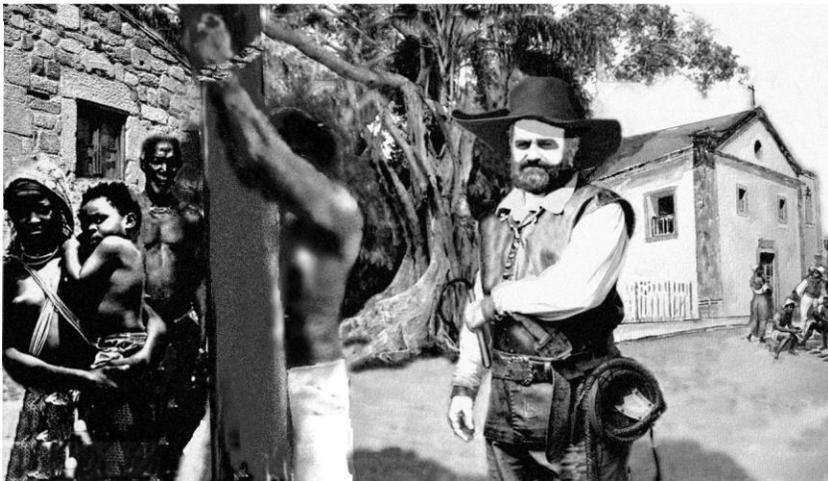
Os primeiros escravos da Paraíba vieram de Pernambuco junto com os primeiros colonos, ficando a grande maioria reservada aos engenhos e somente poucos ficaram com ofícios e serviços domésticos na Filipéia e nas residências rurais. Todos os senhores de engenho da Paraíba possuíam negros cativos.

Os negros da Paraíba eram oriundos especialmente de Angola a Cabo Verde, os primeiros eram chamados de negros da Guiné e eram utilizados principalmente para os serviços domésticos, enquanto os últimos, por serem mais robustos e mais adaptados aos serviços da lavoura, serviam ao plantio e custavam mais caro. Os preços dos escravos variavam de acordo com o sexo, porte físico, idade, tribo de origem e “estado de conservação”.

Os negros trabalhavam dia e noite cumprindo uma jornada de trabalho desumana sob a fiscalização de um feitor de chicote em punho. Viviam em senzalas, onde ficavam presos quando não estavam trabalhando, em péssimas condições de higiene, e sua alimentação consistia em carne seca e farinha. Rigorosos eram os castigos pelas faltas cometidas, desde o açoite com relho de couro cru, mutilações, e até o tronco, onde eram presos pelos tornozelos dias a fio. As mulheres também

sofriam muito com a escravidão, embora os senhores de engenho utilizassem esta mão-de-obra principalmente para trabalhos domésticos. Cozinheiras, arrumadeiras e até mesmo amas de leite. Muitas eram também utilizadas para práticas sexuais clandestinas dos senhores de engenho.

Os hediondos castigos corporais provocavam nos escravos desde profundas cicatrizes até a morte.



Castigo público na cidade de Filipéia



ZOROBABÉ, UM CITADINO SELVAGEM

Nos primeiros meses do ano de 1600, antes de chegar as chuvas do inverno, terminara o governo de Feliciano Coelho de Carvalho, o mais longo e agitado de todos. Este governante, que mais lutou contra os nativos e mais serviço prestou à Capitania, saiu da Filipéia manco para o resto da vida, deixando o cargo para Francisco de Sousa Pereira, que fora o quinto a assumir o governo da Capitania que somava apenas 15 anos de existência.

Na grande aldeia da Copaoba, serra que se azulava no horizonte, em uma árvore solitária o Galo-de-Campina ensaiava seu trinado para anunciar a aproximação do amanhecer. A sombra da noite ainda não se esvaia por completo quando o feiticeiro Tijucupapo, que varara a noite a consultar as estrelas, atravessou a aldeia balançando seu maracá a despertar o povo. Era hora de partir e todos começaram a colher suas redes, enrolar as esteiras de carnaúba, juntar utensílios, alguidares, crianças em tipóias, para tomar o destino ao litoral. O velho feiticeiro não era aldeão, era ermitão da floresta e vivia em exílio, por isso ficou somente a olhar, com seus olhos cavos e cachimbo a boca, homens e mulheres sem conta, retirantes, que seguiam o líder Zorobabé para estabelecer aldeia no vale do Inhobi, há duas léguas da Filipéia. A paz estava estabelecida há um bom tempo, mas só com a saída de Feliciano os potiguaras desceram a Copaoba. Começava, assim, um período de aparente paz entre os brancos e os potiguaras.

Durante os primeiros anos as aldeias do Inhobi ficaram sem serviços de catequese e somente a partir de 1603 que os franciscanos

enviaram o jovem missionário frei Vicente do Salvador para tomar cargo das aldeias. Certamente, este frei, de apenas 36 anos, deveria ser de grande competência para ser designado a lidar com a natureza arisca e rebelde dos potiguaras. O próprio frei, que viria anos depois escrever a primeira História do Brasil, nos dá testemunho das dificuldades de convívio com estes nativos. Segundo seus registros, os potiguaras se recusavam a participar das celebrações e das aulas de catecismo, se escondendo nas matas para evadir. Fato ou ficção, a verdade é que o líder Zorobabé, apesar de ter concordado com o acordo de paz com os portugueses e se submetido ao aldeamento em missão, jamais se deixou converter ao cristianismo.



Frei Vicente do Salvador na aldeia do Inhobi

Gradativamente, muitos moradores de Pernambuco foram se passando para a Paraíba, montando engenhos na várzea e casas na cidade. Certamente estes colonos seguiram o velho caminho que outrora servira aos conquistadores e muitas vezes devem ter passado no lugar onde João Tavares fora sepultado. Por esse tempo, a improvisada cruz já devia ter se deteriorado, a espada enferrujada e a floresta tropical recoberto por completo a sepultura. Assim, ninguém mais devia saber o lugar, nas 25 léguas que separavam a vila de Pernambuco e a cidade de Filipéia da Paraíba, onde estava sepulto aquele que fora o primeiro governador da Capitania da Paraíba.

Com o acordo de paz, os potiguaras se tornavam vassalos de Sua Majestade e, aguerridos como eram, foram submetidos a participar das conquistas dos brancos.

Em princípios de 1603, Zorobabé e seus guerreiros participaram da expedição para a conquista do Ceará, empreendida pelo fidalgo Pero Coelho de Sousa (cunhado de Frutuoso Barbosa) e em março do mesmo ano a capitania da Bahia de São Salvador estava sendo atacada pelos nativos Aimoré, e partiu da Paraíba a chamado do Governo-Geral Diogo Botelho, uma força militar com contingente de nativos potiguara sob comando de Zorobabé. Depois de acalmado os ânimos na capitania da Bahia o governador-geral deu ordem a Zorobabé para que destruísse um mocambo que estava instalado nos palmares do rio Itapucuru, em Sergipe D'El Rey, e prendesse os negros fugidos que nele encontrasse. Tratava-se da primeira semente do que depois viria a ser o famoso quilombo de Palmares. De fato, Zorobabé destruiu o mocambo, mas, desobedecendo às ordens, matou a maior parte dos negros e vendeu outros como escravos durante o caminho de volta para comprar roupas, armas e bandeiras que lhe atribuissem a honra de chefe militar. Com este feito, Zorobabé voltou glorioso e, vaidoso, entrou na Paraíba todo paramentado sobre seu cavalo.



Zorobabé entrando triunfante na cidade de Filipéia

Nas várzeas do Paraíba os partidos de cana se multiplicavam sob as temperaturas altas dos trópicos e o regime de chuvas abundantes e regulares. Contudo, apesar do acordo de paz, a presença de tantos potiguara aldeados nas proximidades da Filipéia era uma constante preocupação para os colonos e as autoridades locais. Especialmente neste momento de júbilo e ostentação em que o chefe destes imprevisíveis selvagens se encontrava.

O líder potiguara era de gênio indomável e quando bebia ficava turbulento, suas atitudes grosseiras, blasfemas e ameaçadoras incomodavam missionários e colonos. Ele não se curvava ante a cruz nem tampouco às regras dos brancos. Mantivera-se um selvagem, como sempre fora.

No raiar do ano de 1604, doze anos depois de ter substituído interinamente Frutuoso Barbosa como capitão-mor da Capitania, André de Albuquerque é novamente empossado no cargo, viera substituir Francisco de Sousa Pereira e, ao que parece, tentar estabelecer segurança para a Capitania. Logo que chegou, com autorização do Rei Filipe III da Espanha, iniciou a construção na Ladeira de São Francisco (primeira artéria da povoação) da Casa da Pólvora e dos Armamentos. Esta medida de defesa talvez estivesse ligada às circunstâncias, pois o temperamento imprevisível de Zorobabé inspirava cuidados (até o nome Zorobabé é intraduzível). O prestígio que o guerreiro tinha, inclusive entre os brancos, e a autoridade incontestável que exercia sobre seu povo, poderia desencadear uma revolta e reacender o temível instinto rebelde potiguara. Passados três anos, o prédio da Casa da Pólvora ficara pronto, mas a convivência com os potiguaras estava ainda mais difícil, com Zorobabé incitando resistência aos desmandos dos colonos e esta situação obrigou o capitão-mor André de Albuquerque adotar medidas para quebrar a relativa autonomia de que gozavam estes imprevisíveis nativos, mandou prender Zorobabé sob pretexto de fomentar rebelião entre os índios e proibiu as aldeias de manter qualquer tipo de liderança e unidade. O desfecho da história deste intrépido líder potiguara foi amargo, pois,

transferido para Lisboa o cacique que tanto lutara por liberdade, ironicamente morreu fechado em cárcere.

Como a história sempre privilegia os vencedores, Zorobabé nunca recebeu uma só homenagem, seu nome não figura em qualquer logradouro público da Paraíba, ao contrário de seu desafeto, o cacique tabajara Piragyba, que recebeu homenagens inúmeras de herói por ter se acovardado como entidade étnica e se passado ao lado dos invasores. Mas como hoje os remanescentes potiguaras dominam o cenário político-administrativo no município de Baía da Traição, eu sugeriria que ali se fizessem nomeações de praças, ruas ou monumentos em razão da memória do injustiçado Zorobabé, que foi um verdadeiro herói e mártir da resistência potiguara.

Prosseguindo a nossa narrativa histórica. Ao contrário do que pretendia o governador da Paraíba, a prisão do chefe Zorobabé só fez agravar a situação entre os potiguaras e os colonos. A convivência se tornava cada vez mais insustentável, crescia a atmosfera de revolta e gradativamente decrescia o número de potiguara aldeados em missões, devido as fugas constantes destes índios que não se permitiam trabalhar obrigados nas lavouras. A maioria dos que abandonavam as missões voltava aos seus refúgios na Copaoba e à praia do Acaiütibiró, na Baía da Traição, onde reergueram uma grande aldeia e retomaram sua vida selvagem e livre.

Por esse tempo a Capitania já tinha 20 engenhos em atividade e o número de moradores era de 700 brancos e 08 aldeias tabajara, com uma média de 14 mil aldeados. Os gastos distribuídos entre governador, milícia, guarnição dos fortes, funcionários do fisco, clero e aluguel da alfândega era de dois contos de réis. Um negócio lucrativo, pois só os engenhos rendiam quatro contos para a Coroa, que ainda tinha o arrecadamento do pau-brasil e outras especiarias. Desse modo, a proliferação dos canaviais e fábricas na Capitania sucedia-se regularmente pelas várzeas dos principais rios, a princípio nas ribeiras dos afluentes do rio Paraíba, e colonos vieram ocupar as terras mais distantes do povoado, nas várzeas dos rios Mamanguape e Camaratuba.

Depois que os potiguaras abandonaram as aldeias do Inhobi, por anos a serenidade voltou a reinar, tanto para eles quanto para os colonos da Filipéia, até que em 20 de julho de 1625, durante o governo do capitão-mor Afonso de França, ancorou nas águas mornas da Baía da Traição uma esquadra holandesa que passava na altura da Paraíba com destino as Antilhas. Era uma armada de guerra que retornava de uma tentativa frustrada de conquistar a capitania da Bahia de São Salvador, e aportou na baía dos potiguara para abastecer o navio de água doce e mantimentos, bem como tratar dos soldados feridos a bordo. Com a chegada da esquadra holandesa, os portugueses que estavam nesta enseada correram para a cidade a alardear sobre um possível ataque holandês.

Hospitaleiros e indiferentes às discórdias europeias, os potiguaras da aldeia as margens da lagoa de Acaütibiró acolheram os visitantes que vinham em seus batéis e esquifes em direção à praia, prestando ajuda aos recém-chegados na construção de um alojamento para os doentes e outros serviços. A esquadra holandesa, comandada pelo almirante Boudewijn Hendricksz permaneceu na Baía da Traição por 40 dias e durante esta estadia mandou algumas incursões de reconhecimento pela região.

Porém, tropas da Paraíba, de Pernambuco e do Rio Grande, comandadas pelo ex-governador da Paraíba Francisco Coelho de Carvalho, que era filho de Feliciano Coelho de Carvalho e como o seu genitor também tinha fama de violento, vieram combater os holandeses acampadas na Baía da Traição. Repelidos pelos ataques luso-espanhóis os holandeses zarparam para as Antilhas, levando a bordo pelo menos seis potiguara, dentre os quais Pedro Potĩ (camarão) e Antônio Paraupaba (lagoa do rio), que, posteriormente, na Holanda receberam educação, aprendendo a língua, a religião reformada e, como veremos adiante, voltariam em levante contra os portugueses acompanhando os holandeses que invadiriam a Paraíba.

Expulsos os holandeses, os ibéricos deram represália aos potiguara de Acaütibiró, por colaborar com os flamengos, e como era comum de sua conduta, promoveram um terrível morticínio naquela aldeia cercada de cajueiros. Entre tantos mortos, os sobreviventes que não conseguiram

fuga foram aprisionados e os que escaparam ao massacre refugiaram-se nos sertões da Copaoba, de onde passaram a promover assaltos e horror à gente branca. Ocorreu, enfim, o que já vinha se prenunciando: o reinício das lutas entre os ibéricos e os temíveis potiguara.

Com os instintos da guerra reinflamados, num destes assaltos aos colonos os potiguaras, agora sob o comando de Tycuarapu (búzio grande), cativaram seis moças donzelas e alguns meninos. Revoltados, os portugueses mandaram soldados e um contingente tabajara para fazer guerra ao inimigo. Os potiguaras, ao saberem do exército que marchava em direção as suas aldeias na Copaoba fugiram para os sertões semiáridos onde viviam os Janduí, da nação Tarairiu, índios selvagens e intratáveis, de etnia Gê, que viviam isolados nos ermos e até então sem tomar partido nas guerras e alianças que se faziam com os colonizadores. A fuga para os sertões pretendia pedir exílio e ajuda dos Janduí e, para isso, Tycuarapu levava de presente os meninos e as donzelas brancas tomadas de sequestro.

Todavia, antes de Tycuarapu e seus rebeldes chegarem ao reduto tapuia, a companhia que saiu em sua perseguição atacou uma aldeia potiguara, de gente inocente, onde todos foram friamente imolados, a maioria mulheres, velhos e crianças. A notícia do genocídio da Copaoba chegou antecipadamente aos ouvidos do líder Janduí e quando Tycuarapu chegou com seus presentes humanos, o líder tapuia recusou a prenda, orientando Tycuarapu para que devolvessem os reféns e retomasse a paz com os brancos.

Na verdade, o chefe dos comedores de traíra (tarairiu) não estava disposto a entrar nessa guerra que só dizia respeito aos comedores de camarões (potiguara) e a longa caminhada da campanha de Tycuarapu pelos inóspitos semiáridos não surtiu o desfecho esperado. Mas foi gratificante para os guerreiros jovens da campanha que nunca tinham visto um tapuia tarairiu na vida, só ouviam falar, pois ficaram impressionados com aqueles homens corpulentos, de quase dois metros de altura. Verdadeiros gigantes se comparados aos potiguara, cuja estatura girava em torno de 1,6m.

Frustrado com a negativa de Janduí e sem outra alternativa, Tycuaracu acatou a orientação, voltou para o litoral e se rendeu, trazendo de volta os raptados.



Tycuaracu levando reféns de presente a Janduí

Mas as coisas não eram tão simples assim, depois da rendição o líder rebelde foi morto sob pretexto de que tramava algo. Seus guerreiros foram arrastados para Pernambuco como escravos e, mais uma vez, os potiguaras se aquietaram, à espera de nova ocasião para a revolta.

A investida ao sertão na caça aos rebeldes despertou nos colonizadores o interesse de povoar o interior da Capitania, exatamente o que Janduí temia quando recusou aderir a causa potiguaras. A notícia de terras a perder de vista por sobre a Copaoba gerou cobiça nos senhores das Capitânicas da Paraíba e Pernambuco e fez até com que o Governo-Geral do Brasil nomeasse antecipadamente Duarte Gomes da Silveira como capitão-mor da Copaoba, incumbindo-o de chefiar uma expedição para a conquista daquela imensa região, prometendo ao poderoso senhor de engenho o título de Marquês da Copaoba, caso efetivasse a conquista. Contudo, já estávamos no ano de 1627, neste tempo os holandeses

ameaçavam invadir Pernambuco e o momento era inoportuno para uma empresa deste porte.

Neste ano também se encerrava o agitado governo de Afonso França e iniciava o de Antônio de Albuquerque, que seria mais conturbado ainda.



A INVASÃO HOLANDESA NA PARAÍBA

No século XVI Portugal era considerado uma grande potência, mas, apesar dos grandes lucros do comércio marítimo, nunca se empenhou em desenvolver suas manufaturas e, por isso, comprava de outros países quase todos os produtos consumidos no Reino. Até mesmo os equipamentos para seus navios. Assim, ano após ano, os lucros comerciais de Portugal acabavam servindo como pagamento das importações e para saldar dívidas feitas junto a banqueiros estrangeiros. Além disso, gastos excessivos com a nobreza, que vivia às custas do Tesouro Real com excessos fúteis como festas, bailes e grandes banquetes, também empobreciam o reino luso, enquanto a França, Inglaterra e a Holanda, que não possuíam impérios coloniais tão vastos, tornavam-se cada vez mais ricas com a aquisição de moedas de ouro e prata dos reinos compradores de suas mercadorias manufaturadas, especialmente os reinos de Portugal e Espanha.

Por essa época, a Holanda, juntamente com a atual Bélgica, formava os chamados Países Baixos, que pertenciam ao império espanhol, e não constituía ainda um país independente. Mesmo assim, as províncias holandesas eram muito desenvolvidas, possuindo uma poderosa frota de navios mercantes, grande manufatura de tecidos e outros produtos. Além disso, os banqueiros holandeses, a maioria composta de ricos cristãos-novos expulsos da península ibérica, haviam acumulado grandes fortunas, se tornando os principais credores da colonização nos trópicos. Pois colonizar não era apenas levantar feitorias, era necessário muito cabedal para montar engenhos, comprar máquinas, adquirir escravos, barcos para o transporte e outros apetrechos úteis à empresa açucareira.

Assim, desde o início da colonização do Brasil, Portugal mantinha um acordo com os mercantilistas neerlandeses para o desenvolvimento do processo colonial, onde a Holanda fornecia as instalações para o embarque das mercadorias, a organização da comercialização do açúcar e concediam créditos para o estabelecimento e operação dos engenhos.

A empresa açucareira brasileira foi se tornando um negócio lucrativo e acumulador de capital, favorecendo principalmente a Holanda. Pois, no negócio do açúcar, especiaria caríssima e bastante procurada no além-mar, os navios holandeses atracavam livremente nos portos do Brasil, com autorização do rei de Portugal, onde compravam nossas mercadorias para revender na Europa. O açúcar produzido na Paraíba em meados do século XVI chegava de forma significativa no mercado europeu, especialmente em Lisboa, mas já no final do século a maior parte da produção destinava-se aos portos do norte europeu, predominantemente em Amsterdã.

No entanto, as províncias dos Países Baixos, que eram dominadas por protestantes e lideradas pela Holanda, apesar de serem considerados na época como uma grande potência marítima e comercial, estavam sujeitas ao pagamento de altos tributos ao império castelhano. Assim, naturalmente, estas províncias se uniram para lutar pela emancipação e na última década do século XVI constituíram a República das Províncias Unidas, se declarando independentes da coroa filipina. Obviamente, isso desagradou a Espanha.

Mas acontece que, como já se foi dito, com a morte do último representante da Dinastia de Avis, em 1580, o reino de Portugal caíra no domínio da Espanha e, assim, o Reino Unido filipino decidiu punir as províncias rebeladas decretando um bloqueio econômico, proibindo que embarcações provenientes dos Países Baixos navegassem para as colônias do Reino Unido. Os batavos, assim, perdiam sua maior fonte de renda. O açúcar brasileiro.

Em revide, as Províncias Unidas fundaram a Companhia de Comércio das Índias, equipada com navios mercantes e de guerra, e passaram a atacar e conquistar territórios ibéricos na África e na Ásia. E

só mais tarde, em 1621, fundaram a Companhia das Índias Ocidentais (West-Indische Compagnie,) a famosa WIC, para ações mercantis e bélicas dirigidas às colônias da América, fundando a Nova Amsterdã na América do Norte, que depois viria a ser a cidade de Nova Iorque, e ocupando as Antilhas na América Central.

A primeira tentativa de ocupação do Brasil pela WIC se deu em 1625, quando tentaram invadir o centro administrativo da Colônia, a cidade de Salvador, aportando no litoral baiano com 26 navios, 500 canhões e mais de 3.000 homens. Mas a armada foi derrotada por uma esquadra luso-espanhola comanda por D. Fradique de Toledo Osório. Foi nesta ocasião que a armada holandesa, que retornava derrotada da Bahia com destino às Antilhas, passou na Paraíba e ancorou nos domínios potiguara da Baía da Traição, resultando naquela insurreição dos potiguara de que já tratei linhas atrás, lembram?

Seis anos depois os holandeses fizeram uma nova tentativa de conquista da colônia do Brasil, dessa vez investindo contra a capitania de Pernambuco, maior centro produtor de cana do Brasil. Com 56 navios fortemente armados, 7.300 soldados e muita vontade, sob o comando de Diederik van Waerdenburgh e Hendrick Lonck, a WIC invadiu Nova Lusitânia. O governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, ofereceu resistência junto com seus soldados que não esperavam a investida, mas os holandeses conseguiram entre os habitantes da Capitania alguns aliados que ajudaram na conquista. Dentre os quais Domingos Fernandes Calabar, um colono mameluco de coração duro que levou os invasores a alguns pontos estratégicos de Pernambuco para efetuar a conquista.

Durante a guerra de conquista de Pernambuco, os engenhos foram tomados e os escravos africanos viram a oportunidade para a fuga (durante aquela desordem), muitos tomando destino a um território que na faixa paralela à costa ia desde o Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, até o Rio São Francisco, em Alagoas, e que por força da abundância de palmeiras na região e a grande concentração de mocambos, ficou conhecido como Quilombo de Palmares.

Tomada a Capitania de Pernambuco, em fevereiro de 1630, os holandeses se instalaram em Olinda, logo depois se transferiram para Recife, pois suas características geográficas condiziam melhor com as estratégias bélicas e comerciais neerlandesas. Naquele clima tenso, muitos colonos fugiram para a Bahia, mas Matias Albuquerque retirou-se para o engenho Bom Jesus, distante 6km de Recife, à margem do Rio Capibaribe, a fim de se aquartelar e organizar resistência ao domínio holandês.

Conquistada a Nova Lusitânia, os holandeses sabiam que para efetivar seu domínio na região açucareira do Nordeste do Brasil era preciso tomar também as capitanias vizinhas. Em especial a da Paraíba para a qual dispunham de um dossiê dando conta da situação dos fortes existentes, os núcleos povoados, as condições indígenas, o número de defensores e engenhos e ainda as cifras relativas à produção açucareira. Os seja, sabiam melhor das condições da capitania que os próprios moradores da Paraíba. Por essa época, a Filipéia contava com mais de mil habitantes na área urbana e seu governante, Antônio de Albuquerque, preocupado com os holandeses que já haviam tomado Pernambuco, se defendeu como pôde para impedir a invasão, com o forte do cabedelo na embocadura do rio Paraíba, comandado por João de Matos Cardoso; o baluarte de Santo Antônio na margem oposta do rio, no comando de Luís de Magalhães; além dos fortins da ilha de Restinga, confiado a Pedro Ferreira de Barros; e o do varadouro do Porto do Capim, entregue a Manoel Pires Correia, para resguardar a cidade. A defesa também contava com um sistema de trincheiras e um exército enviado por Matias de Albuquerque da resistência do Bom Jesus.

A primeira investida dos holandeses para a conquista da Paraíba se deu por mar no dia 05 de dezembro de 1631. Uma esquadra de 16 navios fortemente armados, comandados pelo coronel Callenfels, por seis dias atacaram o forte do cabedelo. Queriam tomar a todo custo. Os ibéricos resistiram com seus canhões até que os holandeses, com muitas baixas, debandaram de volta a Recife. Apesar da vitória, a Paraíba perdeu Jerônimo de Albuquerque, irmão do governador, e também o frei Manoel da Piedade (filho de João Tavares que fora o primeiro capitão-mor da

Paraíba). Outra lamentável perda do exército de defesa da Filipéia foi João Gomes da Silveira, filho do poderoso Duarte Gomes da Silveira, que morreu acidentalmente quando defendia junto ao pai o baluarte da margem oposta do forte do cabedelo. Deve ter sido um grande golpe para Duarte ver seu único filho tombar ensanguentado diante de si.

Em Pernambuco, o foco de resistência instalado no Arraial do Bom Jesus ainda conseguiu algumas vitórias contra os invasores até abril de 1632, porém, o X9 do Domingos Calabar, em colaboração com os invasores, denunciou a localização do núcleo de resistência, que foi impiedosamente atacado e arrasado. Já na Paraíba, com o recuo dos holandeses, em agosto de 1633 o capitão-mor, com ajuda financeira do colono Domingos de Almeida, mandou reconstruir um novo forte sobre as ruínas da bateria da margem oposta do forte da ponta do cabedelo, o qual era denominado Forte de Santo Antônio.

O Nordeste estava em clima de guerra e em dezembro de 1633 a capitania do Rio Grande caiu em poder dos batavos, que dois meses depois voltaram a atacar a Paraíba, dessa vez com uma esquadra de 20 navios preparados para tomar a Filipéia. Estrategicamente, parte da esquadra fundou ancora na barra do Paraíba e outra parte desembarcou na praia de Lucena pretendendo atacar pela retaguarda o forte de Santo Antônio e destruir um dos principais postos militares de defesa da Paraíba, mas foram surpreendidos por uma trincheira que o capitão-mor mandara fazer prevendo tal tentativa e, no cabo de três dias de luta, o inimigo invasor, vencido, novamente se retirou.

Em contraofensiva, uma tropa de 450 homens da Paraíba, comandada por Duarte Gomes da Silveira, já com 81 anos, mas carregando o desejo de vingança pela morte de seu filho, rumou para o Rio Grande a fim de dar combate aos indígenas Janduí (aqueles tapuias gigantes do interior, lembram?) que, depois de saberem que os ibéricos almejavam povoar os sertões semiáridos, se aliaram aos neerlandeses e lutavam a seu favor, sob garantia de que estes não invadiriam suas terras caso conquistassem a Capitania.

A conquista da Paraíba vinha se mostrando um desafio para os holandeses, que já amargavam duas tentativas frustradas e muitas perdas em campo de luta.

Mas, restaurados dos últimos contra-ataques, os holandeses voltaram a atacar a Paraíba em novembro daquele ano de 1634. Dessa vez com uma poderosa esquadra composta agora por 32 navios, sob o comando do coronel Crestofle d'Artischau Arciszewski, e uma tropa de índios potiguara organizada por Pedro Poti e Gaspar Paraupaba ((aqueles que foram para a Holanda em 1625 quando fugiram do massacre de Baía da Traição, lembram?) Eles buscavam vingança pela destruição das suas aldeias, a escravidão, fuga e morte de sua gente, reorganizando os potiguaras refugiados na Copaoba para a guerra ao lado dos holandeses, formando junto aos tarairiu um representativo contingente nativo que engrossava as fileiras neerlandesas.

Parte da tropa invasora desembarcou na enseada do rio Jaguaribe (na atual praia do Bessa) e depois de muitos tiros disparados em terra, conseguiu se aquartelar bem próximo da fortaleza da ponta do cabedelo, enquanto outra tropa desembarcava na praia de Lucena com o objetivo de sitiá-lo forte de Santo Antônio. Foram então, dias de intenso combate, os nativos rebeldes e holandeses não cessavam de atacar os fortes com flechas e tiros de canhão. Desse modo, cada vez mais os invasores tomavam terreno e fechavam o cerco, de forma a impedir a chegada de auxílio da cidade aos luso-castelhanos, que se encontravam sem outra opção que não fosse se defender como podiam.

Estes dois fortes que estavam sob fogo cerrado eram de vital importância para a defesa da Filipéia, pois, situados a cada margem da desembocadura do Rio Paraíba, impediam que os navios holandeses penetrassem no Rio. Se eles caíssem, a Capitania inevitavelmente seria tomada.

Sob intenso bombardeio, a cada dia aumentava as baixas de soldados nos fortes sitiados, as mutilações devido aos disparos eram frequentes, e até o capitão João de Matos foi alvejado e morreu num destes combates.

É curioso como a história se repete. Este episódio lembra muito um outro bem anterior, quando os ibéricos ficaram sitiados no antigo forte de São Filipe e São Tiago.

Assim, já sem artilharia, sem abastecimento e comandante, diante da inevitável derrota, entre os dias 19 e 23 de dezembro, as forças de resistência decidiram ajustar com o inimigo a rendição. A capitulação honrosa permitia aos capitães dos fortes deixarem as guarnições livres, levando suas armas, bagagens e 50 soldados escolhidos. Os demais seriam levados prisioneiros para a Holanda.

Com a notícia da rendição, os moradores da Filipéia ficaram espavoridos e abandonaram suas casas, de modo que quando os derrotados passaram pela cidade desabitada, como último recurso de guerra, aproveitaram para desarmar o fortim do varadouro e incendiar os armazéns de açúcar e os navios que estavam no Porto do Capim, arrasando o que sobrou da cidade. Em seguida o ex-capitão-mor e seus combatentes, humilhados com a derrota, se retiraram para o Inhobi para se estabelecerem no engenho Nossa Senhora da Ajuda, de Duarte Gomes da Silveira, e dali seguiram para o engenho Espírito Santo, de Manoel Pires Correia para organizar resistência. Duarte Gomes da Silveira, já idoso, desesperançado e ainda sentido pela perda do filho, preferiu não seguir adiante com a tropa, ficando no seu engenho do Inhobi para aguardar o desfecho dos acontecimentos.

Tomado os fortes da Paraíba, a tropa do coronel Arciszewski subiu o rio e invadiu a cidade em 24 de dezembro. Estabeleceu suas defesas militares na fortaleza do cabedelo, que também passou a servir de posto de vigilância, arsenal de guerra e sede improvisada da administração holandesa na Capitania. A cidade de Filipéia foi renomeada passando a chamar-se Friederikstadt (nome que foi aportuguesado para Frederica), em homenagem ao príncipe de Orange Frederico Henrique, e mais tarde, naquela mesma noite da invasão, o dia de Natal foi comemorado na Paraíba pela primeira vez em uma língua não latina e com rituais protestantes. A capitania estava arruinada, com engenhos e canaviais abandonados, além dos armazéns e navios incendiados. Um caos natalino.

Nesse entretempo, o coronel holandês foi informado de que o ex-capitão-mor da Paraíba havia seguido com sua tropa para o engenho Nossa Senhora da Ajuda, no Inhobi, e, suspeitando que o lugar passara a servir de baluarte para a insurreição, decidiu arregimentar uma tropa sob o comando do general Sigemundt von para destruir o suposto foco de resistência e estabelecer em definitivo a conquista.

Chegando ao destino, a tropa só encontrou o desolado senhor deste engenho, Duarte Gomes da Silveira. Sentado no alpendre de sua casa, ele lia em voz alta para si um soneto de Camões: “Campos bem-aventurados, tomai-vos agora tristes, que os dias em que me vistes, alegre, já são passados...”. Interrompendo sua leitura, Duarte recebeu com cordialidade a milícia do coronel batavo, com a dignidade de um fidalgo. Nada mais lhe restava senão sua dignidade, e diante daquele poderoso e influente senhor-de- engenho, que, embora arrasado conservava intacta sua altivez, o coronel propôs um entendimento razoável de submissão que lhe permitiria permanecer na terra com suas posses sem represálias ou perseguições, incluindo o direito à vida, à família, a propriedade, a liberdade religiosa e a cobrança dos mesmos impostos que pagava à coroa luso-espanhola, sem a obrigação de tomar armas ao lado das tropas holandesas (a propósito, este pacto foi estendido a quase todos os domínios holandeses no Brasil). Duarte Gomes da Silveira, já naquela altura da vida, mesmo amargurado com os flamengos, resolveu usar do bom senso e aceitar a proposta de permanecer na terra que há tanto tempo ajudara a conquistar e prover seu crescimento. De fato, deixar para trás meio século de trabalho, lutas e sacrifícios seria insensatez. Até porque, o acordo não lhe feria a ética, uma vez que não o obrigava a prestar vassalagem à casa principesca holandesa.

Tendo em vista a respeitabilidade deste senhor de engenho na Capitania, a maioria da população local que havia se refugiado nos primeiros momentos da invasão seguiu o seu procedimento e voltou para seus lares e fazendas sob o poder administrativo neerlandês. Depois, muitos moradores das capitanias de Itamaracá e do Rio Grande também procederam à sujeição ao invasor. Sem dúvidas, a decisão de Duarte

Gomes da Silveira, e a conseqüente adesão dos demais, foi fundamental para os holandeses no restabelecimento da nova ordem político-administrativa e para os propósitos lucrativos da WIC.

Duarte Gomes, no entanto, em nome da ética, achou que era obrigação comunicar sua intenção ao então ex-governador da Capitania, Antônio de Albuquerque, e se dirigiu ao engenho Espírito Santo para comunicar o acordo que pretendia aceitar. Contudo, chegando lá o governador compreendeu a aceitação do pacto como um ato de traição e mandou prender o ilustre senhor de engenho que tanto serviço prestara à causa da capitania servido na campanha da conquista desde a segunda expedição de Frutuoso Barbosa, em 1582, nas guerras contra os potiguaras e, mais recentemente, na defesa da cidade contra os holandeses, tendo, inclusive, perdido seu filho nesta última batalha.

Antônio de Albuquerque, suspeitando de que Duarte estaria colaborando com o invasor e teria denunciado sua posição, decidiu que a tropa deixaria o engenho Espírito Santo para se aquartelar ainda mais distante, no engenho Tapuá de Antônio Correia Valadares, que estava a 25km dali e que à época era o mais afastado da cidade (54km). Tomada a decisão, partiu no dia 28 de dezembro com seu contingente de soldados, milicianos, moradores e os índios a cargo do padre jesuíta Manoel de Moraes, levando também o ilustre prisioneiro Duarte Gomes da Silveira. Chegaram ao destino na manhã do dia seguinte.

Entretanto, no engenho Tapuá a situação não estava favorável, pois o senhor daquele engenho já havia abandonado a Capitania e lá só se encontrava alguns poucos moradores, além dos genros do proprietário das terras, João do Souto Maior e Bento do Rego Bezerra, que recentemente havia sido libertado das forças invasoras mediante pagamento de resgate. Ao saberem da intenção do ex-governador de montar fortificação ali, os moradores do Tapuá não mostraram disposição em ajudar naquela tentativa vã, que só poderia acarretar em conseqüências trágicas para o lugar. Mesmo assim, o ex-governador decidiu que se aquartelaria ali e tomou por medida que no dia seguinte enviaria o velho herói da conquista da Paraíba, Duarte Gomes da Silveira, à Pernambuco para ser preso.

Porém, naquela noite, preocupado com o rumo em que as coisas estavam tomando, e temeroso pelas vidas do engenho, Bento do Rego despachou um mensageiro a cavalo na madrugada para denunciar aos flamengos as intenções de levante do ex-capitão-mor e também servir de guia até o engenho. Em posse da informação, os holandeses decidiram despachar uma tropa para o engenho Tapuá com o objetivo de prender Antônio de Albuquerque, designando o coronel Schkoppe para a missão. Na manhã do dia seguinte (30 de dezembro) partia do engenho Tapuá um destacamento de doze soldados e um capitão levando o ilustre prisioneiro para Pernambuco, porém, não muito distante do ponto de partida, a guarnição de escolta foi surpreendida pela tropa neerlandesa destacada para prender o ex-governador da Paraíba. Em desvantagem numérica, o destacamento de escolta debandou permitindo o resgate do prisioneiro que, liberto, seguiu junto com a tropa do coronel Schkoppe que no encalço de prender Antônio de Albuquerque, mas ao chegarem ao Tapuá este já havia fugido às pressas para se refugiar em Pernambuco junto a seu primo Matias de Albuquerque. De onde, depois, seguiria para o Reino.

Temerosos, alguns aliados de Antônio de Albuquerque preferiram esperar os neerlandeses no engenho Tapuá e se sujeitar a submissão, destaque para o padre Manoel Moraes, cuja infidelidade foi tamanha que até abdicou a batina para não ser preso. Na vida real é sempre assim: na hora do “pega pra capar” impera sempre o velho lema do “salve-se quem puder!”.

6.1 - O tempo dos flamengos

Em 26 de janeiro de 1635, com a Capitania conquistada, as forças holandesas regressaram para Pernambuco e a Capitania da Paraíba ficou sob à direção de Servaes Carpentier, com jurisdição até o Rio Grande do Norte e Itamaracá. Para prevenir possíveis rebeliões, o diretor expulsou da Paraíba os frades franciscanos, suspeitos de colaborar com as forças rebeldes e por estarem se opondo aos protestantes, e mandou fortificar o convento de Santo Antônio e as igrejas de São Francisco e São Bento para servir à causa da conquista. Os engenhos cujos donos recusaram aceitar o

domínio, retirando-se para Pernambuco com Antônio de Albuquerque, também foram confiscados e vendidos pela WIC.

No início de 1636 a direção da Capitania passou para as mãos do diretor Ippo Eysens. Neste ano as forças de resistência começaram a praticar surtidas por toda parte atacando os moradores da capitania, incendiando engenhos e canaviais. Em julho desse ano, nesse clima de tensão, eram muitas as violações do acordo pré-fixado com os portugueses e, tamanha era a intolerância deste diretor, que o octogenário Duarte Gomes da Silveira, representante do povo da Paraíba, foi preso por protestar contra a violação da liberdade de consciência, que lhe fora prometida no acordo inicial, ficando onze meses amargando cárcere na fortaleza do cabedelo.

Desde que perdera a Capitania de Pernambuco, o capitão-mor Matias de Albuquerque havia se aquartelado no arraial de Bom Jesus e passou a recrutar milícias para formar uma resistência ao domínio holandês. Líderes revolucionários como Martim Soares Moreno (que fora o fundador do Ceará e depois se tornaria galã protagonista da obra “Tracema” de José de Alencar) e outros idealistas que não entraram para a literatura romancista, mas foram verdadeiros grandes heróis nacionalistas, como o jovem paraibano André Vidal de Negreiros, o índio potiguara Antônio Filipe Camarão, (ou Potiguaçu que era seu nome indígena), o negro liberto Henrique Dias (líder de um efetivo de escravos dos engenhos abandonados nos tempos da invasão holandesa), e também Francisco Rebelo, o famoso Rebelinho. Sem apoio da Coroa, os revolucionários custeavam a resistência e agiam em grupos pequenos, sob tática de assaltos ofensivos, violentos e de surpresa, ao modo guerrilheiro.

A Paraíba vivia sob o signo do terror, de um lado os insurgentes e de outro as arbitrariedades e violências de Eysens, que tentava manter as rédeas da Capitania.

Por conta das forças de resistência os holandeses permaneceram acuados no litoral, com raras expedições ao oeste para evitar um eventual ataque. Porém, no dia 14 de outubro de 1636, apesar do momento desfavorável, o Diretor Eysens cometeu a imprudência de visitar o

engenho Espírito Santo, que fora confiscado pela WIC e lhe pertencia, e nesta visita se demorou a pretexto de assistir uma farinhada. O holandês se divertia naquele clima que movimentava o engenho, carros de boi chegando da roça carregados de mandioca, na casa de farinha, sentadas ao chão as mulheres, índias e negras, raspavam as raízes em cantorias e brincadeiras. Depois de raspados os tubérculos eram colocados de molho num tonel de água para fermentar, depois iam para a prensa e em seguida a massa era desfeita e peneirada, para então ser torrada em um imenso forno, os tubérculos são tóxicos e letais e este processo combinado de ralar, espremer e aquecer era uma técnica milenar indígena para lhes retirar a toxicidade e utilizá-los como alimento.

Naquela atmosfera polvilhada de cinza branca, um ritmo bárbaro, misto de todas as culturas, fazia o holandês bater o pé involuntariamente na cadência dos cantos e até reproduzir murmúrios do estribilho da canção naquela língua bárbara.

Era um dia normal para aquela gente afeita à lida, que nem se importaram com a autoridade ali presente. Eysens, encantado com a magia descontraída da farinhada, nem se apercebeu da hora que avançava, até porque estava a beliscar um beiju, recém-saído do forno, que lhe fora oferecido, e não conseguia desviar os olhos de uma moça negra, com cabelos em um desalinho selvagem, que raspava mandiocas ao chão, toda viçosa e sem qualquer pudor. A sua pele lustrosa, a mostra pelo vestido de estopa esfrangalhado que lhe caía pelos ombros, era-lhe tão exótica e irresistível quanto o rude e insosso beiju que saboreava. Mas, puritano como são os calvinistas, o holandês deu-se conta da tentação que a raspadeira lhe causara e corou-se em represália a si mesmo. Eysens pedia a Deus que lhe abrandasse os instintos pecaminosos quando reboou uma vozeria que sobressaltou o holandês. A descontração que tomava a casa de farinha se converteu em alvoroço, gritos, olhares arregalados, gente correndo, grunhindo e lançando ao chão o que tinham as mãos. O engenho fora tomado de assalto pelas forças revolucionárias de Rebelinho, e no terreiro tinha para mais de vinte guerrilheiros armados com arcabuzes, espadas e facas a atacar. Uns corriam em desespero buscando

romper o cerco, mas logo refluíam espavoridos pelo avanço rebelde, e outros caíam mortos e ensanguentados ao chão. O cenário era desesperador, mas o diretor holandês estava atônito e só deu conta da gravidade em curso quando viu as chamas do fogo que fora ateado na casa de farinha e um rebelde vindo em sua direção como uma fera. Pensou em fugir, mas faltavam-lhe pernas. Ficou aturdido, sem ação, até ser atingido por um golpe fatal de espada e cair esbaforido.

Ao chão, sua respiração ofegante levantava uma nuvem branca de pó de farinha e depois de instantes confusos e reflexões avulsas a vida apagou-se para ele.

Com a trágica morte de Ippo Eysens, a Capitania passou ao comando de Elias Herckman, um neerlandês culto, de espírito artístico e aventureiro, que estava a administrar a Capitania de Itamaracá e fora deslocado para assumir a Paraíba órfã de diretor. Mas seu governo também foi marcado por assaltos das forças rebeldes que aterrorizava os moradores da Capitania com editais de convocações ameaçadoras para a aderência ao movimento. Devido estes ataques e ameaças, uma tropa comandada pelo próprio diretor Elias Herckmans saiu em perseguição a Rebelinho, que estava acampado no Engenho Santo André, no Tibiri. Houve confronto entre a tropa de Herckmans e milícia rebelde, mas como o exército batavo era numericamente muito superior, a resistência preferiu se evadir pelo mato.

Todavia as investidas da resistência permaneceram e crescia a desconfiança dos holandeses de haver colaboradores rebeldes infiltrados entre os moradores da Frederica, e qualquer suspeita era motivo de pena capital. A cidade era quase um campo de guerra, cercada de trincheiras e baterias.

6.2- O período de Maurício de Nassau

Os rebeldes luso-brasileiros continuaram promovendo incêndios, pilhagens e ataques aos engenhos para impedir que a WIC tirasse proveito econômico do triunfo militar. Mas a situação de insegurança durou só até janeiro do ano seguinte (1637), quando chegou o príncipe Maurício de

Nassau para governar o Brasil holandês, que, em estratégia de contraguerrilha, ordenou ataques de grandes proporções ao foco da resistência, no Porto Calvo, fazendo os rebeldes debandar para a Bahia e, assim, estabeleceu um ambiente de relativa tranquilidade e confiança nos domínios holandeses do Brasil. Foi concedida a liberdade de consciência que permitiu aos católicos e também aos judeus praticar suas cerimônias de culto. A fama benevolente de Nassau foi tamanha que até os tapuias do Ceará se dispuseram a ajudar os holandeses.

O período nassoviano foi considerado a Idade de Ouro do Brasil holandês. Em sua comitiva havia pintores e cientistas, pagos do seu bolso, com o objetivo de documentar a vida na colônia, a composição étnica da população, a flora, a fauna e as paisagens. Faziam parte dela, entre outros, o médico Willem Piso, o paisagista Frans Post, o desenhista Albert Eckhout, e mais tarde viria o naturalista Georg Markgraf. Outros nomes se destacaram a serviço do governo de Nassau, podemos citar Elias Herckmans, que governou a Capitania da Paraíba e escreveu a “Descrição Geral da Capitania da Paraíba”, o cartógrafo Johannes Vingboons que elaborou o “Atlas Geral do Brasil Holandês”, e o humanista Gaspar Barléu (Kaspar van Baerle), que escreveu a obra: “História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil”, onde se encontra descrito muito do que foi inventariado pela comitiva holandesa no Brasil colonial.



Maurício de Nassau e a vila do Recife ao fundo

A sede do governo holandês no Brasil era Recife, que passou a ser chamado de Mauricéia ou Mauritsstad (cidade de Maurício), um povoado de mareantes e pescadores que foi modernizado e embelezado com ruas pavimentadas, mercado, palácios, zoológico, jardins botânicos, observatório, museu, hospitais, biblioteca, pontes e obras sanitárias. Tornando-se na época a cidade mais avançada e cosmopolita de toda a América do Sul.

Na Paraíba, contudo, não houve uma modificação da cidade em termos urbanísticos nem na tipologia das edificações, como ocorreu no Recife. As únicas obras na Capitania foram um armazém com trapiche sobre o Sanhauá, um molhe no porto e a restauração do forte arrasado do Cabedelo, que era acanhado e de pouca resistência. No mesmo lugar e por fora dele, levantou-se outro em polígono quadrangular regular e baluartes pentagonais nos vértices, de circunferência bastante espaçosa (ou seja, sua feição arquitetônica atual é engenharia holandesa). Em 1637, quando Nassau esteve pessoalmente na Paraíba, este forte foi renomeado para Forte Margarida, em homenagem à sua irmã.

No interregno nassoviano reinou certa confiança nas colônias holandesas do Nordeste, e aqueles que permaneceram em suas terras, com incentivo financeiro dos credores holandeses, começaram a reconstruir e fazer moer seus engenhos arruinados. Em 1639 Duarte Gomes da Silveira edificou o engenho Santo André (possivelmente o único a ser construído na Paraíba durante o período holandês), e nesse mesmo ano, preocupado

com o destino de seus incontáveis bens, conquistados com tanto labor e dissabores, o velho guerreiro da conquista, aos 85 anos de idade, instituiu o morgado Salvador do Mundo em favor de sua filha Joana Gomes da Silveira Bezerra.



Desenho holandês de 1630 retratando a fortaleza do cabedelo

Embora o governo de Nassau tivesse trazendo um período de confiança, a situação não estava das melhores: a cultura canavieira estava decadente devido o preço baixo do açúcar no mercado internacional e os juros elevados dos empréstimos cada vez mais endividava os senhores da Paraíba. Para tentar solucionar esta situação Nassau reduziu os impostos, prorrogou as dívidas, concedeu adiantamentos e fomentou as culturas do algodão, do fumo, arroz, gengibre, o desenvolvimento da pecuária e a importação do pau-brasil. Nassau também introduziu aperfeiçoamentos técnicos na agroindústria, como moendas metálicas no lugar das antigas, feitas de madeira, tudo para que a colônia batava pudesse prosperar.

6.3 - A desunião ibérica

Enquanto o nordeste do Brasil se encontrava em fase de afeição ao julgo holandês, em Portugal ocorria exatamente o contrário. Reinava um crescente descontentamento com relação à má administração do governo filipino. A cobrança de altos impostos, a retração da economia e a convocação de fidalgos lusos para as guerras hispânicas eram fatores insuportáveis para os portugueses.

Assim, grupos conspiradores se organizavam com planos restauradores para o Reino e, caso Portugal se rebelasse contra a soberania espanhola, Dom João, oitavo Duque de Bragança, que era trineto de D. Manoel, seria o herdeiro direito da coroa lusa. Por isso, os conspiradores procuraram atrair o jovem duque de 36 anos para a causa.

D. João, de Bragança



Neste ambiente propício a revolta, no dia 01 de dezembro eclodiu em Lisboa a restauração portuguesa, para terminar com a monarquia dual, um grupo de fidalgos e alguns populares já embalados por revoltas anteriores tomaram de assalto o palácio castelhano e se proclamou a libertação de Portugal. Ao tomar conhecimento das ocorrências o Duque de Bragança, que não participara do golpe, veio de Vila Viçosa para Lisboa, onde foi aclamado rei e fundador da Dinastia de Bragança, sob o título de D. João IV. Desse modo, depois de sessenta anos de regime de monarquia dualista (1580-1640), em que as coroas de Portugal e Espanha couberam

a Filipe II, Filipe III e Filipe IV, Portugal restaura a independência e, com isso, lógico, deflagra uma guerra contra a Espanha.

O reinado de D. João IV se iniciou reorganizando as defesas de Portugal para resistir ao inevitável ataque espanhol. No plano externo, procurou obter o reconhecimento da separação da coroa espanhola e fazer acordos com diversas nações. No início do ano seguinte (1641), D. João IV enviou um embaixador para negociar com os batavos. Estando em curso a Guerra dos Trinta Anos, e sendo a Holanda inimiga histórica da Espanha, contra a qual Portugal então lutava, os conselheiros lusitanos propuseram uma trégua de dez anos com os holandeses, solicitando também a devolução dos territórios tomados que pertenciam a Portugal antes da União Ibérica.

O acordo foi feito, mas, embora o Brasil estivesse começando a dar prejuízo, os holandeses não estavam dispostos a ceder e, enquanto o contrato não se fazia de maneira oficial, entre os meses de agosto e novembro de 1641 as armas de Maurício de Nassau conquistaram domínios portugueses na África e no Brasil tomaram o Sergipe e o Maranhão para a WIC.

Os portugueses protestaram contra a violação do tratado, mas relevaram porque, naquele momento, estavam mais preocupados com a facção pró-hispânica da nobreza lusitana (muito numerosa) que conspirava para derrubar a Casa de Bragança, e em negociar o apoio do Papa Urbano VIII, que não reconhecia D. João IV como rei português. Já no Brasil, a Companhia das Índias vinha notando que o negócio do açúcar não estava rendendo e que era necessário buscar outras fontes de lucros rendáveis. Por isso, em 1641, Nassau enviou uma expedição ao interior da Paraíba, chefiada pelo ex-diretor da Capitania Elias Herckmans, em busca de descobrir possíveis minas de metais preciosos. A comitiva de Herckmans partiu da cidade de Frederica com 53 soldados e 60 índios em demanda ao sertão desconhecido da Copaoba e vasculharam a frente oriental do Planalto da Borborema, talvez através do brejo de Bananeiras, onde descobriram a imensidão do planalto selvagem, coberto de vales e matas cerradas. Exploraram a Copaoba até alcançar o semiárido

curimatense, ponto de onde voltaram vencidos pela falta de água, sem ter encontrado nenhum indício de ouro ou prata.

6.4 - A resistência anti-holandesa

Nos primeiros tempos de Nassau, um português chamado João Fernandes Vieira, que começara em Pernambuco como feitor do engenho do holandês Jacob Stachouwer, de quem se tornaria sócio e procurador, tornou-se amigo de Nassau e, por conseguinte, adquiriu terras e engenhos dentre os confiscados, além de outros privilégios, tornando-se um dos mais ricos senhores de Pernambuco. Sua riqueza alcançou nada menos do que cinco engenhos, canaviais, imensa escravaria, bois e cavalos. Tudo a custas de largo crédito que lhe concedia a WIC.



João Fernandes Vieira

Porém, entre 1641 e 1644 as exportações de açúcar caíram vertiginosamente e a situação no Brasil holandês estava ainda mais desgastada com a diminuição dos lucros da WIC. De um lado aumentava as dívidas dos produtores de açúcar. Dívidas que, por sinal, não eram pagas ou eram mal pagas. João Fernandes Vieira, por exemplo, devia quase meio milhão de florins à WIC e a particulares holandeses.

A rebelião luso-brasileira em Pernambuco começou a ser urdida em 1644, em plena crise, por restauradores liderados pelo próprio João Fernandes Vieira.

Definitivamente este ano se mostrou trágico para a empresa batava em terras brasileiras. Primeiro morria na Mauricéia, em 08 de janeiro, Elias Herckmans, depois viria a morrer o velho Duarte Gomes da Silveira, que era o elo entre os senhores de engenho e a WIC e, por fim, Nassau acabou sendo afastado do governo por questões de desacordo da WIC com relação à sua política. Hoje nós chamaríamos isso de impeachment, e outros de golpe.

De fato, a saída de Nassau representou um golpe muito forte para os proprietários de terras, pois os novos administradores da Companhia passaram a exigir a impossível liquidação das dívidas aos senhores de engenho inadimplentes. Política que conduziu à Insurreição Pernambucana, uma vez que os grandes proprietários de terras tinham tomado muito dinheiro aos holandeses e não podiam ou não o queriam pagar. A luta pela restauração eclodiu em 13 de junho de 1645, dia de Santo Antônio, sob o comando de João Fernandes Vieira, que decretou nulas as dívidas que senhores de engenhos tinham com os holandeses. Obviamente, com uma proposta dessas, houve grande adesão da nobreza da terra e de senhores de engenho. Como se vê, a história oficial precisa ser revista, pois muitos heróis da dita “resistência nacionalista”, que a historiografia positivista tanto exaltou, defendiam mesmo eram seus interesses de não pagar tributos atrasados.

Nosso ex-padre, Manoel de Moraes (aquele que abdicou a batina para não ser morto pelos holandeses, lembram?), por essa época, vejam só, era um pastor calvinista e explorava o pau-brasil sem pagar um tostão aos holandeses, e foi um dos que aderiu a revolta saindo à frente das tropas como capelão “católico” de guerra. Para o padre, a insurreição pernambucana haveria de ser uma “guerra da liberdade divina”. Muita cara-de-pau! Este ex-padre mudava de lado conforme seus interesses. Obviamente, os verdadeiros insurgentes, aqueles que vinham resistindo heroicamente há muitos anos, com André Vidal de Negreiros, Rebelinho, Filipe Camarão e Henrique Dias, viram a luz no fim do túnel nesta chamada de João Fernandes Vieira e se apresentaram também para servir à guerra da restauração.

Na Paraíba, desde a saída de Nassau a repressão holandesa caracterizou-se pela brutalidade, confisco de engenhos e de propriedades. Em julho de 1645, Paulus Linge é empossado como diretor da Capitania e, devido ao tenso clima de insurreição, reforçou a guarnição do forte do cabedelo e prendeu muitos moradores da cidade sob suspeita de conjura, mandando enforcar os supostos conspiradores e ainda ordenou que arrastassem pela cidade o corpo de um condenado que morrera na prisão, toda cidade assistiu o macabro processo que findou com o enforcamento do cadáver ultrajado. Que cena bizarra!

Por toda parte havia movimentos de repressão e conjuras. Em Portugal, mesmo com o estado beligerante dos luso-brasileiros na colônia, continuava as negociações diplomáticas com a Holanda onde, por incrível que pareça, o reino português prometia mandar tropas para conter os rebeldes pernambucanos. Afinal, a rebelião no Brasil era iniciativa dos colonos e não do Reino.

No Brasil, ainda em 1645, um contingente de tapuias do grupo de Janduí, comandados pelo judeu Jacob Rabbi, de forma traiçoeira espreitou o engenho de Cunhaú, que pertencia ao português Lostau Navarro, sogro do tenente-coronel holandês Joris Garstman, e durante a missa aproveitou para atacar, matando impiedosamente todos os presentes na cerimônia, inclusive o coitado do padre. Esta carnificina levou indignação aos moradores da Paraíba, e no Tibiri, duas léguas da cidade, um grupo insurgente já se articulava para o levante geral contra os hereges calvinistas, em nome da “liberdade divina”.

Diante destes preparativos de luta, o diretor holandês da Paraíba, Paulus Linge, abandonou a cidade e se aquartelou com sua gente no forte do cabedelo, ocasião em que as forças restauradoras ocuparam a Frederica e puseram cerco ao forte. A cidade, tecnicamente, estava livre do julgo holandês, sob a direção da liderança rebelde do Tibiri, e os invasores batavos ficaram aquartelados e sitiados no forte do cabedelo, onde passaram o diabo por longos nove anos, até o fim da guerra.

Mas a pressão continuava, pois, os índios Janduí, selvagens tapuias de quase dois metros de altura e ferozes como bichos (aqueles mesmos

que foram procurados pelo potiguara Tycuaracu há uns 20 anos, estão lembrados?), que antes eram neutros nestas guerras agora eram aliados dos flamengos e um contingente destes bárbaros liderado pelo holandês Willem Lambertsz atacou o engenho de André Dias Figueiredo, na Paraíba, matando cerca de 80 pessoas entre crianças, velhos e mulheres. Mais adiante dali, Jacob Rabbi e seus tapuias atacava Uruçu, no Rio Grande, ocupando este local como posto avançado dos holandeses.

Em revide às atrocidades em curso, no início de 1646 partiu da Paraíba uma tropa luso-brasileira, juntamente com os potiguaras da aldeia Tabuçurã, para retomar o burgo de Cunhaú, matando todos os tapuias e batavos que estavam lá desde o morticínio promovido por Rabbi.

Jacob Rabbi era alemão, um comissionado da WIC designado para viver entre os tarairiu e manter esses tapuias em amizade e boas disposições para com o governo holandês. Residente no Rio Grande, ele casou com uma tapuia se tornando comandante de índios e, segundo seus contemporâneos, era um sujeito cruel e asqueroso, dado a serviços sujos, extorsões e pilhagens. Mas com um currículo desses não haveria de viver muito e em abril de 1646 ele foi traiçoeiramente assassinado a mando do tenente-coronel holandês Joris Garstman, comandante do forte dos Reis Magos, a pretexto de vingar a morte de seu sogro no Cunhaú. Este assassinato despertou a cólera dos tapuias, que tinham muito apreço por Rabbi e, revoltados, retiraram o apoio aos holandeses se evadindo de volta para o sertão semiárido onde viviam. O Conselho da WIC fez o que pôde para acalmar os tapuias, mandando até aprisionar Garstman, mas de nada adiantou. O tempo estava se fechando para os domínios holandeses no Nordeste do Brasil.

Sabendo que os ferozes tapuias não mais estavam lutando ao lado dos holandeses, os insurgentes, por sua vez, tentaram persuadi-los para o seu lado. Porém, não tiveram sucesso. Os holandeses também enviaram em abril de 1647 o intérprete Roulox Baro (aventureiro audaz criado desde criança entre os tapuias) ao sertão para tentar seduzir com presentes os índios de Janduí em favor dos holandeses, contudo os tapuias estavam irredutíveis.

Nessa época, em Portugal, o principal conselheiro do rei D. João IV era o padre jesuíta Antônio Vieira, aquele famoso e notável pregador que fora missionário em terras brasileiras por muitos anos combatendo de forma fervorosa os direitos dos povos indígenas contra a exploração. Em 1641 ele regressou a Lisboa como integrante da missão que ia ao Reino prestar obediência ao novo monarca dos Bragança e, se sobressaindo pela vivacidade de espírito e poder de oratória, o jesuíta conquistou a amizade e a confiança do rei sendo por ele nomeado embaixador. Pe. Vieira era um humanitário muito à frente de seu tempo, pois em pleno século XVII, lutava contra a discriminação aos judeus e pela abolição da escravatura e da Inquisição. Assim, como não podia ser diferente, aconselhou o rei a conceder aos holandeses as terras por eles conquistadas na Colônia, desde que se comprometessem a não invadir o restante do Brasil e nem as colônias lusas do Oriente. O jesuíta sabia que o poderio bélico da WIC era muito superior ao português, que estava com as finanças abaladas, e se indispor com a Holanda apoiando a continuidade da guerra só poderia acarretar mortes desnecessárias.

Todavia, aqui no Brasil não se cogitava acordos com os invasores e, mesmo o rei desautorizando a insurreição, os revolucionários liderados por João Fernandes Vieira não abandonaram o compromisso de lutar contra o domínio holandês, principalmente porque, apesar de estarem em condições numéricas bem inferiores aos batavos, a resistência luso-brasileira vinha acumulando seguidas vitórias nos campos de batalhas. Entre 1648 e 1649 se travaram em Pernambuco as célebres Batalhas dos Guararapes, onde os bravos insurretos saíram vencedores.

Estas vitórias foram determinantes para cair de vez o império holandês no Nordeste do Brasil. Desse modo, em princípios de 1654 os holandeses se deram por vencidos e assinaram a capitulação no Recife. Na Paraíba, a resistência holandesa que estava aquartelada e sitiada no forte do cabedelo desde 1645 foi informada sobre a rendição da Holanda e, sem mais motivos para resistir, deixaram o forte e se uniram aos últimos navios holandeses que zarpavam derrotados do Brasil para a Europa.



Henrique Dias, Filipe Camarão, André Vidal de Negreiros e Rebelinho

A custa de muita luta e sangue o nordeste do Brasil voltava a pertencer a Portugal. Mas como foi uma campanha de insurgentes luso-brasileiros, sem qualquer apoio do Reino, bem que poderia ter sido um movimento também de caráter separatista. Mas não era o Século das Luzes ainda e ninguém cogitou tal possibilidade. Mas se Bráulio Tavares e Ivanildo Vila Nova estivessem lá à época, com certeza seria a ocasião perfeita para a enunciação do mote: “Imagine o Brasil ser dividido e o Nordeste ficar independente?”

6.5- O Santo Ofício volta a aterrorizar

A saga dos judeus na Paraíba se iniciou desde os tempos da conquista. Como vimos anteriormente, o Tribunal do Santo Ofício visitou a Paraíba pela primeira vez em janeiro de 1595, época em que a maioria dos colonos da Capitania, especialmente os senhores de engenhos, eram cristãos-novos, mas nessa Visitação a Filipéia tinha em média 150 moradores e os julgamentos com suas respectivas sentenças atingiram apenas os “crimes” de menor gravidade, que se enquadravam na chamada “abjuração de leve”. Porém, depois da expulsão dos holandeses, com a retomada de Portugal, a Inquisição voltou a agir no nordeste do Brasil,

dessa vez com um papel muito mais trágico e cruel porque, com a liberdade de culto proporcionada por Maurício de Nassau durante o período holandês muitos judeus vieram se estabelecer no nordeste brasileiro e, sabendo disso, o Santo Ofício voltava com força total para combater o judaísmo na colônia lusa.

Na Paraíba mais de 160 cristãos-novos foram acusados de judaísmo, uma cristã-nova de 37 anos chamada Guiomar Nunes, moradora no engenho Santo André, foi queimada na fogueira do Auto da Fé de 17 de junho de 1731, como judaizante convicta, e muitos outros moradores da Capitania foram presos e torturados, a maioria faleceu no cárcere em Lisboa, enquanto outros foram condenados ao uso perpétuo de hábito (sambenito) e o confisco dos bens, de modo que muitos membros de várias das famílias de cristãos-novos da Paraíba ficaram desestruturados, bem como estigmatizadas por conta do ostracismo público.

O estado das coisas nesta fase de pós-restauração forçava os judeus, cristãos-novos ou qualquer pessoa que pudesse vir a ter problemas com a Inquisição a fugir para o sertão da colônia, onde dificilmente poderiam ser encontrados pelo Santo Ofício. Estas levadas de retirantes de sangue israelita fugidos para se exilar nos confins das capitanias caracterizaram o processo de colonização marrana dos sertões e este processo migratório só reduziu depois de 1675, quando o incansável jesuíta Pe. Antônio Vieira, com sua visão humanitária e lábia infalível, conseguiu convencer o Papa Bento XIV a proibir, sob pena de excomunhão, que se escravizassem os indígenas no Brasil e também decretar a suspensão da Inquisição em Portugal e suas colônias. Mas no decorrer dos vinte anos entre a expulsão dos holandeses e esta vitória de Pe. Vieira junto ao Santo Pontífice, os sertões da Capitania foram sendo tomados por gente circuncidada, vindos especialmente de Salvador da Bahia de Todos os Santos.



OS DESBRAVADORES DOS SERTÕES

Após a expulsão dos invasores holandeses, a cidade de Frederica foi rebatizada, passando a se chamar a partir de então cidade da Parahyba, pois também não mais fazia sentido o antigo nome de Filipéia uma vez que o reino de Portugal, desde a ascensão dos Bragança ao trono, não estava mais sob o julgo filipino. Mas não foi só o nome da cidade que mudou, uma nova etapa da História Colonial da Paraíba também despontava no horizonte.

A primeira geração de desbravadores da Paraíba representava o pretérito. Personalidades como Frutuoso Babosa, Pirajyba, João Tavares, Duarte Gomes da Silveira, Ambrósio Fernandes Brandão, Feliciano Coelho de Carvalho, Zorobabé e tantos outros, não estavam mais entre nós. Novos nomes, também de relevância histórica que despontaram no período holandês, especialmente nas guerras da reconquista, também já não somavam no mundo dos vivos; O capitão Rebelinho, morreu em combate na Ilha de Itaparica em 1647 e o indígena Antônio Filipe Camarão morreu em consequência de um ferimento de guerra em 1648. Na verdade, uns poucos insurretos colheram os frutos de seus méritos heroicos pela reconquista do Nordeste, como Henrique Dias, que recebeu em Portugal o foro de fidalgo e patente de mestre de campo (coisa até então impensável para um negro) e André Vidal de Negreiros, que recebeu foro de Conselheiro de Sua Alteza e fidalgo de sua casa, além de cargos administrativos em Pernambuco, no Maranhão e grandes lotes de terras na Colônia.

Na Paraíba, com a expulsão dos flamengos apenas algumas lideranças que serviram a resistência pernambucana, como José Fernandes

Vieira, Antônio Dias Cardoso, Mathias de Albuquerque Maranhão e João do Rego Barros, ainda figuravam com destaque no difícil processo de reparações dos danos da guerra. Uma vez que foram os quatro primeiros capitães-mores da Paraíba.

Nesta nova fase colonial da História da Paraíba que surge na segunda metade do século XVII, como quase nada de relevante acontecia mais no litoral, os senhores de engenho das terras úmidas litorâneas passam a coadjuvantes para dar lugar a novos protagonistas: os sertanistas curraleiros do interior semiárido, pois os interesses da Capitania se estendiam agora para os confins do Oeste, em território árido, novo cenário para esta nova fase que se inicia da História Colonial da Paraíba:

Pois bem, não seria demais lembrar que durante o século XVI a ocupação do território paraibano, assim como em todo o Brasil, concentrou-se predominantemente no litoral e as entradas para a Paraíba se faziam pelo antigo caminho que ligava Pernambuco à cidade do rio Sanhauá. Dali, algumas outras vias que foram abertas pelas expedições militares conduziam à Baía da Traição e à Copaoba. Como vimos, só nas primeiras décadas do século XVII que os colonos começaram a avançar ao oeste da cidade, à época Filipéia, para se estabelecer no vale baixo do Paraíba. Ainda no decorrer deste período colonos ocuparam na zona da Mata os vales do Mamanguape, Camaratuba, Miriri, Mamuaba e Gramame, e até a metade do século XVII o limite oeste da Capitania da Paraíba estava nos currais de Jerônimo Cavalcante, a aproximadamente 90km rio acima da cidade. Dali para o sertão, como relatou o ex-governador holandês Elias Herckmans, a terra era ainda desconhecida. Em Pernambuco, há referências de que pelo menos desde 1639 houve alguns avanços para o interior de Cabrobó, onde se fez contato com os índios Cariri, porém a invasão holandesa estagnou o avanço sertanista.

Depois da expulsão dos holandeses, na Paraíba, o herói da restauração André Vidal de Negreiros, quando governador de Pernambuco, requereu em 1657 ao governador-geral do Brasil uma data de terra com 60km de comprimento subindo o curso do rio Paraíba a partir deste último curral, à época abandonado e pertencente a Lourenço

Cavalcante, filho do Jerônimo. Portanto, embora não haja indicativos desta Data de André Vidal ter sido ocupada pelo requerente, a Capitania passou a possuir propriedades fundiárias até aproximadamente a longitude de 35o e 45' W.

Situação semelhante se verificava em todo o Brasil, mas, enquanto se multiplicava a cultura da cana nas regiões litorâneas, as atividades acessórias fundamentais à subsistência da colônia, como as plantações de gêneros alimentícios e a criação de gado, era obrigada a ceder território e se estender para o interior. Na Capitania da Bahia, já em 1563, o ex-governador do Brasil, Tomé de Souza, recebeu da Coroa uma sesmaria de seis léguas ao longo da costa, a qual transferiu para um seu antigo companheiro de viagem, o jovem e perspicaz Garcia d'Ávila. O novo proprietário passou a se dedicar a criação de gado e a expansão de seus domínios, marcando o início do que viria a ser o maior latifúndio em terras brasileiras: A famosa Casa da Torre.

No fim do século XVI, Garcia d'Ávila já era proprietário de grandes extensões de terras, pois não teve dificuldades para adentrar o sertão devido suas relações de parentesco com o náufrago português Diogo Álvares Correia, o famoso Caramuru que passou a vida entre os Tupinambá, facilitando o contato com as tribos Cariri do São Francisco. No curso dos séculos XVII e XVIII os herdeiros d'Ávila continuaram a expandir o domínio do castelo da Torre, de estilo feudal, adentrando o Brasil Central e terras do Maranhão, Piauí, Paraíba e Rio Grande. A família de Antônio Guedes de Brito também concorreu com a Casa da Torre espalhando currais de gado sertão adentro.

A criação extensiva de gado era um negócio que requeria pouca inversão de capital e não demandava tantos braços e esforço como a cultura de produção do açúcar. As terras eram doadas pelo Rei através do sistema de sesmaria, bastando ao requerente apenas ter cabedal para ocupar as terras e um currículo de serviços prestados à Coroa. Assim, a multiplicação de anexações de terras ao patrimônio da Casa da Torre e dos Guedes de Brito se dava ao mesmo tempo em que suas boiadas rumavam com os vaqueiros à procura de pastos, que se transformavam em currais e

eram requeridos junto a Coroa. Em grande parte, as terras eram arrendadas a terceiros e o controle do latifúndio se fazia através de procuradores.

Se toda esta história fosse um filme, certamente seria legendado, porque a língua que se falava em toda a colônia era essencialmente o tupi. Àqueles que não sabiam falar o tupi tinha que aprender, por força da necessidade, desde os senhores de engenho e latifundiários pecuaristas até os mais simples colonos. No entanto, com as primeiras descidas aos sertões, terras dos tapuias, outras línguas passaram a ser aprendidas pelos brancos. Pois ao passo que os curreiros avançavam ao longo do São Francisco, os religiosos iam fundando missões de catequese para os índios e esses arraiais se transformavam em pontos de apoio, onde boiadeiros em marcha com suas boiadas encontravam descanso e o gado podia se recolher à noite com segurança.

A penetração dos sertões desconhecidos da Paraíba começou na segunda metade do século XVII, no lento e constante caminhar das boiadas tangidas do São Francisco baiano rumo ao norte por seus afluentes. O principal deles era o Pajeú, que atingia a Paraíba na vertente sul da serra de Teixeira e dali, passando para o outro lado, estavam as cabeceiras do Rio Espinharas, que afluía para o rio das Piranhas e dava acesso aos sertões rio-grandense. Estes sertões eram zonas tórridas, de curtas estações de chuvas e longos períodos de estiagens, cujas chuvas eram trazidas por correntes atmosféricas vindas do Oeste. Era um ambiente quente, como em febre. Os rios, na maior parte do ano, eram rios de areia cercados pela vastidão desértica do ambiente, de gravetos e cactos esguios agonizantes da seca. Mas quando as chuvas chegavam a terra calcinada e estéril reverdecia com tamanho viço que dava a ilusão de mata serrada. Plenamente apropriada para o criatório.

Em 1661 já havia colonos estabelecidos ao longo do rio Piranhas-Açu, no Rio Grande, e a família Oliveira Ledo já havia também desbravado e ocupado a região, porque em 1664 foi concedido ao clã duas grandes datas de terras na região seridoense do Rio Grande. Vale salientar que quando as Sesmarias eram concedidas os requerentes, estes já estavam de

posse das terras há pelo menos dois anos, pois era necessário um reconhecimento da área para determinar os limites a serem solicitados. Era preciso entregar o requerimento à administração da colônia na Bahia e também se fazia necessário esperar o processo burocrático de análise do Conselho Ultramarino e a confirmação régia de doação.

7.1 - Os Oliveira Ledo

Embora já houvesse colonos baianos instalados nos ermos do Piranhas-Açu e o sertão paraibano fosse rota de passagem para Rio Grande, a ocupação dos sertões da Paraíba só teve início em 1663, quando o sertanista Antônio de Oliveira Ledo (que por acaso foi meu heptavô), partiu da Bahia acompanhado de parentes e amigos através do Rio São Francisco seguindo o caminho já traçado pelos boiadeiros sertanistas. Mas logo que subiu o curso do Pajeú, chegando à confluência com o riacho do Cedro, no lugar chamado Grossos, é de se supor que acampou ali para o gado pastar e, conversando com os índios Sucuru, nativos que dominavam aquela região, foi informado da existência de terras devolutas e promissoras a leste dali e, desse modo, Oliveira Ledo desprezou o rumo norte usado comumente pelos sertanistas que rumavam para o Rio Grande e tomou a direção leste por este riacho até atingir as cabeceiras do riacho Mogiquy, na serra dos Cariris Velhos.

Descendo por este riacho, no compasso do mugido das rezes, passou por algumas pequenas aldeias sucuru e mais ou menos 36 léguas abaixo o riacho dos sucurus confluiu com outro curso fluvial bem mais representativo (mais tarde saberia que se tratava do rio Paraíba). Na verdade, só sabia que se tratava de rios pela areia alva e fina e as encostas do vale, pois estes cursos só tinham aluviões no inverno. Seguindo este novo rio, em meio ao sertão, o grupo chegou a uma várzea com excelentes pastos para os animais, de frente a um imenso e pitoresco boqueirão que se abria numa serra para dar passagem ao curso do rio. Assim como os demais sertanistas, os Oliveira Ledo também traziam junto a si um grupo de índios mateiros da nação Cariri, provenientes das aldeias do São Francisco. Estes, ao verem o imponente portal natural em V, abrindo

passagem para o desconhecido, exclamaram em sua língua apontando o boqueirão: - co nió idió! Elocução da língua dzubucúá que quer dizer: “abertura de fazer-se entrar”, ou seja: portal.

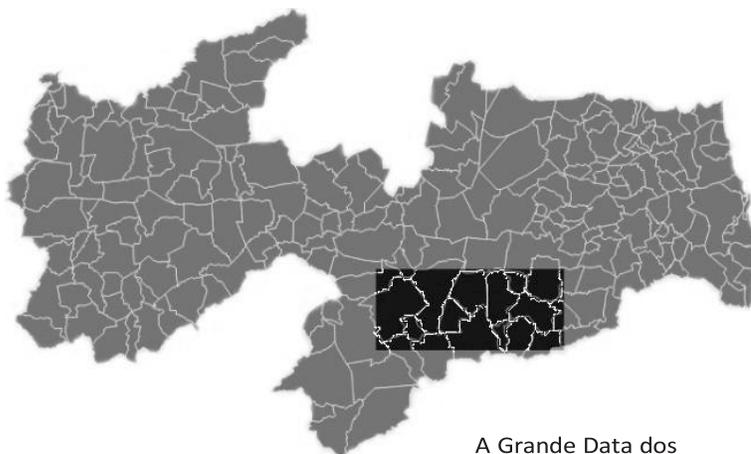


Antônio de Oliveira Ledo desbravando o Cariri

Entusiasmado com o lugar, percebendo o potencial da região para o criatório extensivo, Antônio de Oliveira Ledo resolveu fundar ali um curral no sopé do boqueirão, dizendo aos colegas com seu sotaque português: “*Chov’pouco p’rasbandas d’cá, m’stêm puptencial!*”.

Considerando que Coniodió era um nome de boa sonoridade e apropriado para aquela paragem, estava fundado o primeiro curral nos sertões da Capitania (lugar que depois viria a ser a atual cidade de Boqueirão), mas era necessário o reconhecimento do território, e, nesse intento, os sertanistas partiram com alguns índios descendo o grande rio rumo a uma altaneira montanha que demarcava o horizonte. Depois de passarem pela “siririté” (serra em língua cariri), mais adiante chegaram a alguma roça com moradores e lá foram informados que aquelas paragens além da serra pertenciam a André Vidal de Negreiros, aquele que lutou nas guerras holandeses, lembram?

De posse desta informação geográfica, Antônio de Oliveira Ledo então se deu conta de que estava no vale do rio da Paraíba. Assim, dois anos depois, mediante solicitação ao governador-geral do Brasil, era concedida ao longo do rio trinta léguas de terras por doze de largo à família de Antônio de Oliveira Ledo, que requerera junto com seu irmão Custódio de Oliveira Ledo, o sobrinho Constantino de Oliveira Ledo, os filhos Francisco e Bárbara de Oliveira, os cunhados Sebastião Barbosa de Almeida e Maria Barbosa de Almeida, e mais Luís Albernaz, todos moradores da Bahia conforme atesta o documento de sesmaria. A data de terras principiava no limite oeste da Data de André Vidal de Negreiros, na serra que agora passava a pertencer ao curral de Coniodió e por isso os nativos batizaram de Cururité-a (nossa serra).



Embora a posse legal da terra só tenha sido dada em 1665, a família já havia estabelecido curral de gado e instalado ali um grupo de índios cariri trazidos da Bahia para tocar sua empresa pastoril. O latifúndio dos Oliveira Ledo, com sede no boqueirão de Coniodió, media 180km de extensão por 72km de largura. Portanto, se fossemos comparar com as atuais subdivisões fisiográficas, abrangia quase toda a porção oriental do atual o Cariri.

Ao saber da doação deste latifúndio o capitão-mor da Paraíba João do Rego Barros quis criar obstáculos à posse pelo fato de ter sido solicitada

ao governo da Bahia, coisa de orgulho ferido, mas os requerentes se queixaram junto ao governador-geral e este reiterou a concessão.

Por esta mesma época, a oeste dali o coronel Francisco Dias D'Ávila, senhor da Casa da Torre, na Bahia, em expedições vindas do Piauí através da chapada do Araripe, também estava a penetrar terras da Paraíba trazendo as primeiras sementes de gado para os sertões do vale do Rio do Peixe, fincando seus mourões, em terras marcadas por pegadas de répteis cretáceos, para a guarda e ferra de seus rebanhos.

7.2 – O expansionismo dos Oliveira Ledo

O arraial do boqueirão foi o ponto de partida para o desbravamento dos sertões secos das capitanias da Paraíba e do Rio Grande pelos membros do clã Oliveira Ledo. De espírito aventureiro, destemido e ambicioso por terras, depois de estabelecer curral, Antônio de Oliveira Ledo, no intuito de localizar uma travessia que lhe permitisse transpassar para a zona sertaneja que levava às conhecidas terras do Rio Grande, subiu o Paraíba até um afluente que desembocava numa várzea onde vegetava muitas cabaceiras, subindo este afluente, que passou a ser chamado de Rio da Travessia (hoje Taperoá), chegou a um afluente de margem esquerda deste, que o nativo chamou de Muicutú (onde vegeta a mandioca).

Tomando Muicutú acima o grupo passou num poço que serviu de bebida para os cavalos e deste poço dos cavalos os desbravadores puderam apreciar um vale em desfiladeiro, embutido entre duas linhas de serras, que dava acesso à vasta planície sertaneja. O solo das encostas das serras era formado de uma argila muito branca (caulim) e supomos que por isso o entalhe ficou denominado de Vale da Farinha. Ao fim destas linhas paralelas de serras se formava um boqueirão que emoldurava a paisagem adiante: o Sertão de Espinharas. Estava, enfim, descoberta a passagem do arraial do Coniodió para a zona sertaneja, por isso o boqueirão a vista tomou o nome de Passagem.

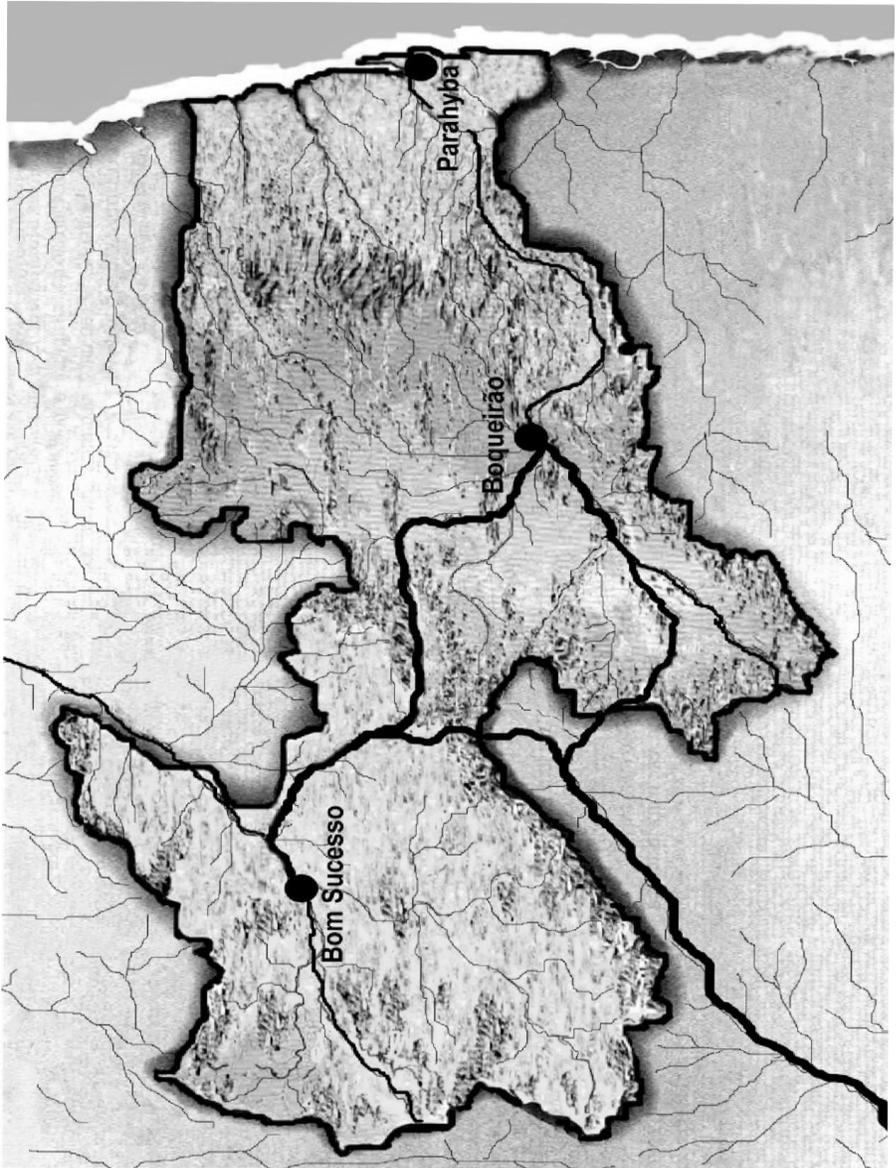
Um tanto ansiosos, os audazes sertanistas desceram a vertente íngreme da chapada em que estavam, seguindo o curso do rio da Farinha

numa caminhada de nove léguas por entre o corredor de serras até chegar a bocaina que abria acesso para a Lagoa dos Patos, onde o rio da Farinha confluía com um rio já bem conhecido dos sertanistas baianos: o Espinharas, que o gentio chamava Ybynhara, e que quer dizer “onde nasce o sertão”. Chegando a esta terra perdida na solidão, os sertanistas puderam ver uma magnífica planície pontilhada por picotes sobressaltados na paisagem e olhando para trás vislumbraram o cordão altaneiro de serras, que os mateiros cariri chamavam de Bouró-bu-yemu, que era uma definição de planalto na língua deles, mas foi aportuguesado para Borborema.

Reconhecida as terras das fraldas orientais da Borborema, estas foram solicitadas e em 1670 e o governador-geral do Brasil concedia ao clã dos Oliveira Ledo uma sesmaria nesta imensa planície árida.

Ainda ansiosos por conquistas, dali os Oliveira Ledo seguiram o Espinharas com destino ao Rio Grande e chegaram a um rio cujas águas corriam para o norte. Valendo-se de um exercício de imaginação histórica supomos que ao cruzarem o rio, uma das vacas atraíu o cardume de um voraz peixe teleósteo que em minutos devorou vivo o pobre animal. O peixe raivoso e faminto, que os nativos chamavam pirãia, infestava muitos rios e lagoas na região e tinha feição ameaçadora, dentes cortantes cuneiformes e uma vigorosa queixada avançada, e por isso aquele rio que cruzava o sertão da Paraíba em destino ao Rio Grande passou a ser chamar “Rio das Piranhas”.

Em 1673 os sertanistas receberam uma grande data de terra na região deste rio das Piranhas. A planície recém incorporada ao latifúndio dos Oliveira Ledo era domínio dos índios Yã-ycó e por este nome, aportuguesado para Piancó, ficou conhecida toda a extensa região da planície sertaneja de leste a oeste, desde os contrafortes da Borborema até o sertão do Jaguaribe, no Ceará, e de norte a sul desde o sertão de Caicó até as cabeceiras do Pajeú.



Mapa das rotas de boiadeiros na Paraíba

Depois de tantas conquistas nos sertões, Antônio de Oliveira Ledo, anos depois estava de volta em seu arraial no boqueirão de Coniodió e constatou que aquela vasta região já estava quase que totalmente ocupada com currais e pastagens por seus familiares e em redor algumas aldeias de índios derivadas de Coniodió. O patriarca do clã Oliveira Ledo, talvez preocupado em assegurar seus índios fixados no arraial de Boqueirão, viajou naquele ano para o Recife com objetivo de trazer um missionário para a catequese dos nativos. Na oportunidade, o capuchinho francês Teodoro de Lucé, recém-chegado da Europa, se dispôs à catequese e partiu a pé de Pernambuco rumo ao Arraial, chegando ao destino em julho daquele ano, quando iniciou a obra de catequização dos nativos cariri do boqueirão.

Cerca de quinze meses depois em missão, o frei se dirigiu à Pernambuco para se abastecer do necessário, levando consigo alguns índios e entre estes o filho do principal daquela aldeia, um jovem de dezesseis anos. Em Pernambuco, o jovem nativo quando passeava deslumbrado para conhecer o lugar foi abordado por um negro que tentou lhe roubar o chapéu, contudo, o valente índio reagiu ao assalto sendo morto a facadas pelo tapanhú (homem negro, em cariri). Depois do ocorrido crime o padre retornou à Missão com a notícia, o que causou revolta na aldeia e o missionário foi coagido a retornar a Pernambuco para reclamar vingança. De volta a Pernambuco, como o caso demandava tempo, frei Lucé enviou ao arraial um jovem missionário francês de nome Martinho de Nantes, acompanhado de quatro índios, para tomar conta da missão do boqueirão em sua ausência.

A viagem de Pernambuco à Boqueirão demandava, em média, de treze ou quatorze dias. Numa penosa caminhada em meio ao mato fechado, espesso de espinhos, águas salobras e tantas montanhas que o jovem franciscano chegou à aldeia num estado de fadiga que quase nem podia manter-se de pé. O padre Lucé só retornou dois meses depois, mas o jovem missionário ainda permaneceu mais seis meses naquela missão cariri, tempo suficiente para registrar em um livro sua experiência evangelizadora nos Cariris da Paraíba.

Os índios cariris do boqueirão vieram do vale do São Francisco baiano, tinham pele acobreada e baixa estatura. Sua língua era o dzubucúá, viviam junto aos rios onde praticam agricultura sob técnica de couvade, com plantações de milho, feijão, abóbora (jerimum) e mandioca, para as quais faziam festas de colheita e usavam nódulos em cordões para contar os anos. No campo religioso, enterravam seus mortos sobre esteiras no interior de furnas e tinham o ritual do fumo, que era um deus para eles, pois quando fumavam ficavam inebriados. Logicamente, estes costumes bárbaros foram condenados pelos missionários e, na prática da catequização, foram sendo substituídos gradativamente por práticas cristãs.

Tudo corria bem no serviço de catequese, pelo menos com relação aos catecúmenos, mas o missionário Teodoro de Lucé acabou se indispondo com o patriarca dos Oliveira Ledo por este ter soltado seu gado nas plantações dos nativos. A querela chegou até ao governador-geral e frei Lucé, desiludido, acabou partindo para missionar índios no vale do São Francisco, deixando a missão entregue à própria sorte e nela, ao sopé do boqueirão, edificada uma igreja dedicada à Nossa Senhora do Desterro em memória a extinta missão, que foi talvez o primeiro templo cristão erguido nos semiáridos da Paraíba.

Desde a chegada dos Oliveira Ledo, outros curraleiros não pertencentes ao grupo faziam apossamento de terras devolutas ou incultas nos sertões sem passar pelo crivo da burocracia colonial, e outros muitos, por vias legais, passaram a solicitar terras nos sertões da Paraíba, sempre através do governo-geral na Bahia. Diante de tal desrespeito, o então capitão-mor da Paraíba Alexandre de Souza Azevedo, empossado em 1678, para assegurar o poder sobre suas jurisdições, decidiu tomar conhecimento dos sertões longínquos da capitania e para a empresa convocou Antônio de Oliveira Ledo, sertanista versado nestes sertões, para liderar uma bandeira de reconhecimento. A expedição partiu do litoral e avançou 150 léguas para o interior, sendo a primeira bandeira empreendida aos sertões paraibanos partindo no sentido Leste-Oeste. Pelo serviço prestado com gastos pessoais e gente de sua casa, Antônio de

Oliveira Ledo recebeu no início de 1682 do governador-geral Roque da Costa Barreto o posto de Capitão de Infantaria da Ordenança do Sertão da Capitania da Paraíba.

Depois desta entrada, o governo da Paraíba passou a administrar a maioria das solicitações de terras da Capitania e em 1680 se deu a primeira possível data de terras concedida nos sertões da Paraíba por via do governo da Capitania, quando, novamente o patriarca dos Oliveira Ledo, juntamente com outros do clã, requereu terras no sertão de Piancó. Daí por diante, em vista do exemplo, a grande maioria dos solicitantes de terras os fazia por meio do serviço administrativo da única cidade e centro político-administrativo da Capitania, a cidade de Parahyba (atual João Pessoa).

Por esta época chegava à Paraíba um sobrinho bastardo do patriarca Oliveira Ledo, seu nome era Pascácio de Oliveira Ledo e vinha da Bahia em fuga depois de ter roubado uma moça para casar. Este se estabeleceu currais no lugar das cabaceiras, às margens do rio da Travessia, depois vendeu estas terras para Domingos de Farias e Castro e fundou novos currais ao longo da base meridional da serra que o nativo chamava Bodopitá (lugar das canas- bravas) e que, para fazer-lhe benefício, mandou atear fogo na mata provocando um incêndio jamais visto por aquelas paragens. Os nativos das aldeias de Coniodió, depois de assistirem a mata arder em chamas ao longo da serra de Bodopitá, passaram a chamar aquelas terras de bouró- congó, que em sua língua quer dizer “lugar das queimadas”. O topônimo depois foi corrompido para Bodocongó e se passou também para denominar o riacho que dividia as terras onde principiava o sítio das queimadas.

Estávamos já em fins do decênio de 1680, Portugal estava sob o reinado de D. Pedro II, filho de D. João IV. No nordeste do Brasil os antigos protagonistas das guerras da restauração já eram defuntos: o negro Henrique Dias morrera em 1662, com 62 anos; neste tempo também o velho índio Jundaí também já morrera; Maurício de Nassau faleceu na Alemanha em fins de 1679; André Vidal de Negreiros encontrou a morte em 1680, dedicando sua vida à guerra, não casou nem deixou descendentes

e quase todo seu patrimônio ficara para o morgado de Nossa Senhora do Desterro de Itambé; José Fernandes Vieira faleceu em Olinda no ano seguinte (1681); e meu antepassado, Antônio de Oliveira Ledo, o patriarca de uma dinastia que seria a maior responsável pelo desbravamento dos sertões da Paraíba, expirou em silêncio sem que nem mesmo o Google pudesse registrar as circunstâncias, o lugar ou ano exato. No entanto, sabemos que em 1688 o posto de “capitão-mor das Fronteiras das Piranhas, Cariris e Piancós dos Sertões” foi criado em favor de seu sobrinho Constantino de Oliveira Ledo, filho de seu irmão Custódio de Oliveira Ledo. E uma nova fase da conquista do sertão se pronunciava naqueles horizontes quentes e secos para seus descendentes: uma fase de lutas para defender e assegurar os imensos domínios herdados.

7.3 - Os levantes dos Tarairiu

As regiões dos sertões da Paraíba, Rio Grande e Ceará que estavam sendo desbravadas pelos brancos naqueles meados e fins do século XVII, eram ocupadas por variadas tribos indígenas, muitas das quais até então nunca tinham tido contato com o colonizador e, embora a Coroa tivesse estabelecido que as sesmarias deveriam respeitar as aldeias dos índios que porventura nelas estivessem inclusas, estas normas não eram observadas na prática.

Os grupos nativos dos sertões não eram os Cariri, pois estes eram advindos do São Francisco e vieram para a Paraíba junto com os curraleiros. Eram os índios de etnia tarairiu, pertencentes à mesma família linguística, física e cultural dos Janduí, que ajudaram os holandeses na conquista do nordeste do Brasil. Os mesmos que Joannes de Laet chamou de Tarairyou (1637), Elias Herckmans, de Tarayuck (1639) e Johan Nieuhof, de Tararijou (1682). Contudo, o vocábulo tarairiu, que ficou como denominativo destes nativos, é alcunha dada pelos tupi e quer dizer “comedores de traíra”. Pois os Tarairiu se diziam chamar “Otshicayaynoe”.

A língua deles era diferente dos outros indígenas e eram tão altos e tão largos de corpo que quase pareciam gigantes. Eram nativos primitivos,

caçadores-coletores que andavam seminus na caatinga. Não se equiparavam à ideia hollywoodiana de índio, mas já faziam uso de cavalos e utilizavam armas de fogo desde as guerras holandesas.

Embora tivessem sua língua própria, os tarairiu sabiam falar e compreender a Língua-Geral, idioma que fora formulado pelos jesuítas a partir do Tupi e do Guarani e era falada em todo o Brasil por brancos, negros e índios. Além dos Janduí, fazia parte desta nação os Paiacu, Panati, Ariús, Sucuru, Icó e algumas subtribos derivadas como os Canindé, Jenipapo, Pega e Curema. Mas estas denominações eram dadas pelos colonizadores que identificavam as tribos pelo nome de seu maioral. Assim, quando um maioral era substituído a tribo passava a ser reconhecida pelo nome de seu sucessor. Porém, alguns nomes de maiorais antigos se consagravam em definitivo por força do hábito ou a tribo ficava com denominação dupla.

Também é importante ressaltar que alguns nomes ao serem aportuguesados sofreram corrupções lexicais e abreviaturas. Estas conceituações diversas e a mobilidade dos tarairiu dentro de seu perímetro espacial dificultam a assimilação dos grupos e a distribuição geográfica destes nativos, mas o historiador Vanderley de Brito, na análise de centenas de documentos de época, formulou um mapa que pode nos oferecer uma visão bem próxima de como se distribuíam os nativos na Paraíba nestes fins do século XVII.

Tudo indica que, entre as diversas tribos tarairiu, a facção do finado Janduí, que dominava as ribeiras do Açu, Mossoró e Apodi, era a de maior distinção e prestígio entre as tribos dos sertões, embora fosse também a que mais gerava desconfiança e antipatia dos colonizadores por ter sido a tribo que colaborou com os batavos nas guerras contra os restauradores.

Como resultado desta aversão, mesmo estando protegidos por um acordo de capitulação firmado com os holandeses na campanha de Tabocas, que concedia perdão geral aos índios pelos crimes de guerra contra os luso-brasileiros, no governo de João Fernandes Vieira (1655-1657) os Janduí sofreram muitas represálias e maus tratos por parte deste

capitão-mor, que chegou a mandar prender a ferros dois dos filhos deste maioral e também prendera quatro outros nativos. Revoltados com as arbitrariedades do capitão-mor da Parahyba e também inconformados com os sertanistas que se apropriaram de suas terras, a tribo de Janduí se rebelou, passando a promover ofensivas, queimando fazendas, matando gado e colonos. Na desforra, os colonos perseguiram e imolavam qualquer nativo que aparecesse. Era um verdadeiro “faroeste caboclo”.

Neste estado de ânimos, um diálogo entre brancos e índios era impossível. Eles pertenciam a universos distintos. O indígena não conhecia o conceito de propriedade privada e, portanto, quando saía em caça nada o impedia de abater um boi, se este se apresentasse a frente da mira de suas flechas. Já o curraleiro, claro, via isso como roubo e afronta. No ano de 1662 o maioral dos Janduí era Canindé, filho do finado Janduí, e por essa época a situação estava tão insustentável que o então capitão-mor da Paraíba, Matias de Albuquerque Maranhão, escreveu à Corte dando conta da situação e solicitando autorização para agir. Na oportunidade, a rainha D. Luzia de Gusmão, regente em nome de seu filho D. Afonso VI, a vista da gravidade da situação, não só autorizou medidas enérgicas como também sugeriu que estes bárbaros deveriam ser logo extintos de vez.

Assim, todos os gentios tarairiu, agora sobre a alcunha de bárbaros, que quer dizer tapuia na língua tupi, passaram a ser perseguidos pelos colonos em toda parte dos sertões do Rio Grande, Ceará, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Naturalmente, os revides às hostilidades também se deram na mesma proporção, mas eram levantes isolados, não possuíram organização nem tampouco um comando único, pois os tapuias nunca se movimentaram em confederação como disseram alguns estudiosos. Se tratava apenas de reações adversas às perseguições generalizantes dos colonos que estavam interessados em alimentar a revolta, pois com o conflito sob manutenção pouco a pouco os selvagens seriam submetidos e isso facilitaria a ocupação das terras dos sertões e renderia prisioneiros para serem comercializados como escravos.

de guerra, souberam aproveitar os anos de convivência com os batavos adotando o uso de cavalos e das armas de fogo nos assaltos.

Os colonos construíram casas-fortes em suas terras para resistir aos ataques e eram constantes os pedidos às capitânicas da Bahia e de Pernambuco o envio de tropas para ajudar nos conflitos envolvendo os índios tarairiu que resistiam contra a progressiva onda de expansão dos colonos e do gado. Diante da tal situação crônica, em 1687 o governador-geral do Brasil, Matias da Cunha, junto ao Conselho de Estado, considerando a guerra necessária e justa, sancionou a interferência das autoridades constituídas para garantir a segurança da população. Assim, se inicia oficialmente o que a História registrou como “A Guerra dos Bárbaros”.

Deflagrada a guerra contra o selvagem amotinado nos sertões, o capitão-mor de Pernambuco João da Cunha Souto Maior enviou o capitão Manoel Soares de Abreu com sua tropa para combater no Rio Grande, onde estava aceso o conflito, e o coronel Antônio de Albuquerque da Câmara, para apoiar na luta, montando aquartelamento na Casa-Forte do Cuó, em terras da “Cahã do rio Siridó”, atual município de Caicó.

Coincidentemente, por esta época o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho estava na região baiana do São Francisco no ofício de capturar índios e, sabendo de sua presença na região o governador de Pernambuco o convidou para combater os negros aquilombados nos Palmares, convite que foi aceito de pronto. Mas enquanto este terrível bandeirante organizava sua tropa para seguir para Palmares, o governador-geral do Brasil lhe deu ordem para que deixasse esta campanha para outro momento e seguisse urgente para o Rio Grande com seu regimento em apoio aos combates contra índios revoltos.

Investido da patente de mestre de campo, no início de 1688 o bandeirante paulista subiu o Pajeú com seus asseclas, penetraram a Paraíba pelo leito seco do rio das Espinharas, onde vegetava melancia brava, e léguas depois já se via ao longe urubus sobrevoando o sertão adiante a denunciar cadáveres. Apressaram a marcha e quando chegaram ao sertão das Piranhas já se depararam com uma batalha em curso. A tropa do

recém-empossado capitão-mor dos sertões, Constantino de Oliveira Ledo se achava afugentado numa barricada, em fogo cruzado com centenas de nativos raivosos.

Um ambiente entrecortado de zunidos de flechas, estampidos de bala, uivos de dor, rezas, bocas blasfemas e odores de enxofre e morte. Em meio àquela ressonância de horror, Constantino mancava, arrastando uma perna ferida, tentando manter sua espavorida tropa na trincheira. Muitos já haviam tombado na desesperada tentativa de correr agachados para romper o certo, haviam perdido a confiança em Deus. Imediatamente o terço do bandeirante, encourados especialista nas práticas de enfrentamento ao índio, deu combate eficaz aos nativos e libertou o sítio. Se não fosse sua providencial chegada, o regimento do Piranhas teria sido dizimado por aqueles gigantes selvagens.

A chegada desse experimentado bandeirante paulista foi de vital importância para a guerra em favor dos luso-brasileiros, ele passou três anos em combate na região entre Paraíba, Ceará, Rio Grande e seu quartel-general era uma pequena fortificação na confluência do rio das Espinharas com o das Piranhas. Posição que favorecia sua mobilidade para os principais campos de guerra. Dizem que este bandeirante era um mameluco tão rude quanto os índios, a ponto de nem mesmo saber falar o português, se comunicava na língua-geral do Brasil. Na Paraíba Domingos Jorge Velho conheceu um parceiro perfeito, o irmão de Constantino, Teodósio de Oliveira Ledo, e estes homens violentos juntos mataram e degolaram índios às centenas, queimando aldeias e fazendo milhares de prisioneiros.

Ainda no ano de 1688 chegou ao Rio Grande o reforço do capitão Jorge Luís Soares para dar combate aos índios rebelados e durante dois anos estas forças militares deram combate sanguinolento aos índios.

Em 1690 muitas tribos já estavam dizimadas e as que ainda não estavam, resistiam com suas últimas e minguadas forças. Então o governador-geral do Brasil resolveu dissolver os terços de Jorge Luís Soares, Manoel Soares de Abreu e Domingos Jorge Velho e formar um comando único de guerra. Domingos Jorge, desobrigado da guerra, pôde

enfim ir para os Palmares combater os quilombolas e o bandeirante paulista Matias Cardoso de Almeida, com patente de mestre de campo e governador da guerra, foi encarregado do comando único da luta contra os bárbaros, instalando-se no Ceará, à margem do Jaguaribe, e em novembro de 1691 transferiu seu quartel para o Rio Grande.

Teodósio de Oliveira Ledo e Domingos Jorge Velho



Em 1692, na Paraíba, praticamente só os Ariú, Panati e Curema ainda apresentavam alguma resistência. Pois até o índio Canindé, filho do maioral dos Janduí, em abril daquele ano enviara à Bahia, sede do Brasil Colônia, representantes de 22 aldeias dos sertões das capitâneas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, para fazer as pazes em seu nome com o então governador-geral do Brasil Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho. As pazes foram feitas e o governador-geral enviou pela comitiva uma carta ao capitão-mor dos sertões da Paraíba, Constantino de Oliveira Ledo, dando ciência do acordo firmado com os índios. Depois deste entendimento se estabeleceu uma relativa paz na Capitania.

7.4- A fundação da missão de Campina Grande

A guerra com o gentio parecia estar terminada. No entanto em princípios de 1694 faleceu Constantino de Oliveira Ledo, talvez devido ao

agravamento de um ferimento de guerra, e a patente de “capitão-mor das Fronteiras das Piranhas, Cariris e Piancós dos Sertões”, se passou para seu irmão, Teodósio de Oliveira Ledo, um homem sinistro que fora um dos mais cruéis esfoladores de índios na Guerra dos Bárbaros e agora, empossado de um cargo administrativo, marcaria a ferro e fogo a conquista dos sertões.

Com a calmaria dos sertões, no ano seguinte, em cumprimento de uma ordem régia do ano anterior, o então capitão-mor da Paraíba Manoel Nunes Leitão mandou criar uma povoação no velho arraial de Piranhas (que depois se chamaria povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso de Piancó e, finalmente, vila e cidade de Pombal), cuja jurisdição abrangia na Paraíba todo o sertão das Piranhas e Cariris Velhos, se estendendo até a vila do Icó e o sertão do Jaguaribe, no Ceará, e do sertão do Pajeú, em Pernambuco, até o vale do Jucurutu, no Rio Grande do Norte. Toda essa região ficava subordinada ao capitão-mor de Fronteiras, Teodósio de Oliveira Ledo.

Mesmo estando os índios da região bem mais aquietados, Teodósio de Oliveira Ledo, sedento por sangue nativo, resolveu em conjunto com seu alferes e os paulistas reascender a guerra, promovendo sanguinolentos assaltos contra os icó, curema e ariú. Aquilo não era mais uma guerra, era morticínio. Entre fins de 1695 e início de 1696, foram dizimados os tarairiu de quase toda a região do Piranhas. Em sucessivas cartas ao governador-geral do Brasil, João de Lencastro (o mesmo que havia dado a patente a Teodósio em 1694), o tirano Teodósio dava a entender que os nativos continuavam ameaçando os colonos.

O governador-geral tinha confiança e amizade por Teodósio e lhe dava parabéns pelo bom sucesso com os bárbaros, mas, obviamente, os nativos já não mais dispunham de forças para combater nessas alturas, na verdade os colonos é quem estavam molestando os índios para incitar à guerra.

Em fins de 1697 o sertão ainda estava em estado de guerra e o capitão Teodósio se dirigiu à cidade da Parahyba, para buscar reforços e munições, alimento para as ruindades que se faziam no Sertão, e na

oportunidade levou junto um grupo nativo de prisioneiros da tribo ariú, que fizeram acordo de capitulação com o Capitão, para apresentá-los ao governador.

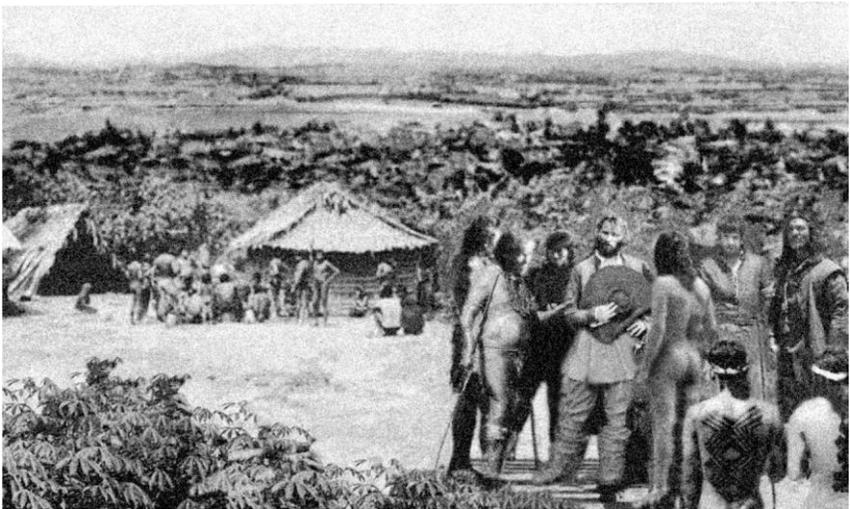
Do sertão das Piranhas até a sede da capitania era uma tortuosa viagem de cerca de 100 léguas. Tiveram que seguir o leito do Espinharas até o sertão de Sabugi, de onde se via a imensa e íngreme barreira das escarpas do planalto da Borborema, que tiveram de subir. No alto do planalto os viajantes andaram por quilômetros, deixando uma cauda de poeira na trilha áspera que seguiam, onde somente calangos corredios pela folhagem seca davam algum sinal de vida.

A chamada estrada do Sertão era apenas uma trilha entre xique-xiques e macambiras, de mais eram gravetos de marmeleiros, jurema e unha-de-gato em estado de hibernação. De vez em quando se via grandes pedras penitentes ao sol, sobre serrotes, amontoadas umas sobre as outras em equilíbrio notável. Algumas rachadas pelo calor e outras apresentando garatujas e mãos de sangue impressas, rememorando um passado remoto e desconhecido.

Muitas horas depois esta trilha áspera chegava à sombra de um juazeiro no lugar Serrotão, de onde já era possível vislumbrar uma imensa campina que se estendia ente os vales dos riachos Bodocongó e Piabas se dilatando por horizontes a perder de vista. Um lugar sereno de clima ameno e agradável ventilação, bem diferente do árido e aguerrido sertão que deixaram para trás.

Por algum tempo os sertanistas esfriaram o corpo nesta sombra providencial e depois seguiram em silêncio rumo aquele habitat descampado, onde seriemas campeavam em grupos por entre as gramíneas de tom ligeiramente amarelado. Aves pernaltas, de aparência exótica, cuja plumagem parda se confundia na paisagem agreste. Na dianteira, sobre o cavalo, Teodósio mirava seu olhar numa dessas seriemas que, sobre o tronco de uma árvore morta, emitia um canto longo e estridente como que noticiando a sua chegada à aldeia Bultrin, que daquela paragem já podia ser vista ao longe. Era fim de tarde e o céu em arrebol parecia cair em chamas.

Os cavalos já arfavam o cansaço da longa viagem de mais de 400 léguas, mas felizmente a aldeia adiante era de índios amigos, pois se tratavam de nativos de uma tribo da nação Cariri que lutaram ao lado dos luso-brasileiros na guerra da restauração e como prêmio de guerra receberam terras naqueles agrestes. Antes viviam sob catequese missionária, mas a missão fora extinta desde 1670 e aqueles que não quiseram ser removidos para a Missão do Pilar continuaram com suas roças e, na dinâmica das coivaras, foram formando aldeias desde os agrestes da Lagoa de Roça até a dita aldeia da campina grande, que naquele momento recebia o afamado desbravador dos Oliveira Ledo e seus asseclas.



Teodósio e seus acompanhantes chegando à aldeia da campina grande

A aldeia estava sob o comando de um nativo de nome Cavalcanti, que recebera com honras o capitão-mor e sua campanha. Os viajantes, antes do sol se esvaír, foram se refrescar numa lagoa contígua que se formava num remanso do riacho das Piabas e em seguida todos se reuniram no terreiro central da aldeia para a festa, com cantos, danças, beberagens, diálogos e comilanças, que se fez por noite à dentro em honra aos visitantes.

Nos primeiros raios de sol da manhã seguinte, Teodósio já levantara da rede, que lhe fora armada num copiar, e preparava seus apetrechos para seguir viagem. Instantes depois o principal da aldeia se aproximava, parou em frente a Teodósio, pôs-se de cócoras, tirou seu cachimbo por um instante da boca para cuspir e, recolocando-o de imediato, comunicou que mandara colocar alguns surrões de farinha nas montarias, a título de reservas alimentícias para a viagem de Teodósio à sede da capitania.

Aproveitando o ensejo, o nativo pediu ao Capitão que lhe trouxesse da capital um padre para a doutrinação de seu povo, que há muito não recebia os sacramentos da Santa Madre Igreja. Teodósio, em vistas do pedido, e percebendo a dificuldade de conduzir tanta gente por tão longos caminhos, decidiu em acordo com líder da aldeia que deixaria os ariú que trouxera do sertão assentados na aldeia de Cavalcanti. Certamente o líder da aldeia da campina grande não gostou de ter de conviver com aqueles rudes tapuias, mas não podia recusar um pedido daquele temível e poderoso sertanista. Desse modo, depois de tomar seu desjejum na aldeia, com iguarias derivadas da mandioca e do milho, a campanha de Teodósio seguiu sua viagem, que demandava ainda uma caminhada de duzentas léguas.

A Parahyba era uma cidadezinha tranquila, de aparência bucólica, perfeitamente integrada ao esplendor da natureza que a cercava. Naquela manhã de 1º de dezembro de 1697, o então capitão-mor Manuel Soares de Albergaria estava em seu gabinete caminhando altivo com as mãos às costas de um lado para o outro até o meio do aposento, como se estivesse a caminhar nos paços reais de Lisboa. De sobressalto veio até a escrivaninha de jacarandá, guarnecida de beirais em relevo e cadeiras da mesma madeira forradas de moscóvia com tachas de prata. Afastou uma cadeira, sentou e abriu uma caixinha de cedro que estava junto ao tinteiro sobre a escrivaninha, de onde tirou um maço de cartas atado por uma fita azul que, pacientemente, pôs-se a lê-las: Capitão mor da Parahyba. Eu El Rey vos envio muito saudar...

Empossado no cargo a menos de dois meses, o fidalgo lusitano buscava ainda tomar as rédeas da capitania que lhe coubera administrar e lia as cartas régias dirigidas à administração anterior, mas que só haviam chegado há poucas semanas. As missivas recomendavam a edificação na cidade de uma cadeia, uma casa da Câmara e que se concluísse os reparos na fortaleza do Cabedelo, que havia sido arruinada durante as guerras holandesas e as obras de restauração já se arrastavam há treze anos. O capitão-mor sabia que aquelas ordens régias destoavam da realidade porque as finanças da Fazenda Real da Capitania estavam em ruínas e nem mesmo os prejuízos das guerras holandesas tinham sido reparados ainda.

Ao fundo da sala havia duas janelas gradeadas, a cidadela era pacata, mas naquela manhã inquietudes entrecortados de vozes altas, murmúrios e relinchos de animais penetravam o gabinete do governador interrompendo sua leitura. O capitão-mor veio até a janela para ver a razão de tanto alvoroço, afastou uma fresta na cortina e viu um grupo montado que acabara de chegar. A cidade estava em assombro com aqueles homens, de expressões sinistras, com trabucos a tiracolo, uma clavina atravessada na garupa dos cavalos e adagas a cinta.

Homens rudes, mal-educados, sujos e suados, mais pareciam feras do que homens. Aquele que parecia liderar o grupo, a julgar pela rigidez de sua têmpera, foi quem primeiro apeou e logo se dirigiu para o prédio do capitão-mor, adentrando sem cerimônia o gabinete. Nem podia ser de outra forma, pois era Teodósio de Oliveira Ledo, capitão-mor das Piranhas e Piancó, e, apesar das vestes rudes, era uma autoridade e esta energia afoita era um impulso dos muitos anos que vivia no sertão inculto a guerrear com os indomáveis bárbaros.

A princípio, Albergaria, ainda junto à janela, sentiu um calafrio na medula com o vulto intempestivo de olhar frio à sua porta, mas logo Teodósio se apresentou e o fidalgo, ainda com o dedo a repuxar e alargar o colarinho, mudou seu semblante, pois conhecia e admirava a fama deste implacável sertanista.

Restaurado do susto, Albergaria sentou à mesa convidando Teodósio a ocupar a cadeira que lhe ficava defronte e por horas os

capitães-mores conferenciaram. Albergaria lhe era todo ouvidos, atento as palavras do sertanista, pois o tema da conversa era invariavelmente o Sertão, que para o fidalgo eram lições de um mundo desconhecido. Teodósio não era dado a risos, mas a admiração de seu interlocutor, que não cansara os elogios pelo seu desempenho na luta contra os bárbaros do sertão, lhe aguçara a vaidade.

A estadia do grupo sertanista se estendeu por um mês na capital e quando partiu levou consigo 40 índios domesticados e 10 soldados daquela praça, além de pólvora, munição, farinha e carnes, tudo para prover o arraial de Piranhas. Albergaria ainda mandou que o convento de Santo Antônio liberasse um religioso franciscano para a viagem com o propósito de fundar Missão na aldeia cariri da campina grande, que Teodósio lhe solicitara.



Os capitães-mores Albergaria e Teodósio em conferência

O sertanista e seus comandados partiram da Capital nos primeiros dias de janeiro do ano de 1698. Passando na aldeia de Cavalcanti o frei mandou fincar cruzeiro para dar início à Missão de Campina Grande. Depois de receberem as bênçãos do religioso o grupo miliciano de Teodósio deixou as paragens tranquilas dos agrestes e seguiu para dar continuidade aos combates nos tempestivos sertões.

Chegando ao sertão das Espinharas, sobre o chão pedregoso, Teodósio sentiu-se em casa, pois logo encontrara os tapuias da nação Panati assanhados para a guerra e ali mesmo travou grande combate com estes nativos para saciar seus instintos sanguinários. Não havia tempo para a fadiga, os dias de guerra estavam de volta, e, sendo assim, o capitão organizou sua milícia particular e instalou quartel-general no lugar Pau Ferrado. Era um entusiasmo para Teodósio aquele bizarro universo mortuário, em terra misturada a estrume e sangue bárbaro.

No Sertão, o morticínio já era tão banal que ninguém se comovia, mas a crueldade excedia os limites humanitários a ponto de, a certa altura, as autoridades lisboetas dirigiram-se ao governador da Paraíba pedindo explicações sobre o que acontecia. Aldeias inteiras estavam sendo incendiadas e seus habitantes massacrados, sem constituir exceção mulheres e crianças, e quanto aos adultos que se recusavam à escravidão eram passados pelo fio da espada. Um holocausto. Devido à distância do centro administrativo da Capitania, o Sertão era uma terra sem lei.

Teodósio, além de ser um perito em massacrar índios, também era um hábil político no sentido de enaltecer seus méritos para conquistar junto à Coroa simpatia e grandes lotes de terras por mercê. E por isso redigia muitas cartas para o governador-geral do Brasil dando notícias de suas batalhas, atos de heroísmo e gastos no combate aos “ferozes selvagens”, muitas vezes tomando para si os méritos dos mestres de campo em ação. Numa de suas cartas ardis, datada 06 de agosto de 1698, Teodósio conta que marchara para combater os indígenas inimigos, vencendo-os ao cabo de 18 dias, e, acalmada as coisas, mandara executar alguns dos 72 prisioneiros indígenas, por considerá-los inválidos.

No entanto, Teodósio não foi feliz nesta missiva, dera um tiro no pé como diria o vulgo, porque o Conselho Ultramarino de Lisboa, ao tomar conhecimento desta sua brutal atitude, o censurou por haver mandado executar indígenas já apresados. Desse modo, o então governador-geral do Brasil, João de Lencastro, passou a desconfiar de que os relatos de Teodósio sobre os ânimos de guerra inflamados pelos indígenas tinham o intuito de enganar e resolveu pôr um ponto final nestes embates,

nomeando o coronel Manoel de Araújo Carvalho para ir aos sertões negociar a paz com os índios que remanesciam rebelados.

O coronel começou pelos rebelados de Pernambuco e um ano depois se passou para a Paraíba, onde encontrou Teodósio de Oliveira Ledo em ferrenho combate contra os Panati. Hábil diplomata, o oficial se dispôs a conversação e conseguiu um tratado de paz com estes nativos que vinham aterrorizando os colonos das Espinharas. Estava óbvio para o governo-geral que só faltava boa vontade para a pacificação, pois depois de pacificados os Panati o coronel Manoel de Araújo partiu para o arraial do Piranhas, onde os índios curema ainda estavam em estado de guerra contra os colonizadores, e se dirigiu pessoalmente ao reduto do inimigo para negociar a paz. Teodósio de Oliveira Ledo, como era a autoridade local, acompanhou o coronel em sua negociação, muito contrariado, é verdade, porque a vitória da paz representava a maior derrota que já sofrera.

Manoel de Araújo Carvalho firmando a paz com os Curema



Como penhor desta amizade, o coronel deu ao nativo o seu bastão e deste recebeu uma grinalda de vistosas plumas e depois houve uma grande festa promovida pelos selvagens em homenagem a paz. Depois disso a fama do valor e da bondade do coronel Manoel de Araújo Carvalho

se espalhou no ar feito sinal de fumaça e o exemplo foi seguido por outras aldeias, que vieram também fazer as pazes.

Desse modo, foram pacificados os últimos resistentes e a Guerra dos Bárbaros estava praticamente encerrada na Paraíba. Também já estava em fase final no Rio Grande e só na capitania do Ceará os índios continuavam sublevados, mas isso é assunto para a história de lá.

Ao preço de milhares de vidas dos naturais o velho oeste paraibano agora estava em plenas condições de ser povoado de forma efetiva, e para evitar que mais barbaridades se fizessem nestes sertões, em 1711 foi criado o julgado do Piancó, sendo nomeado o próprio coronel Manuel de Araújo Carvalho como juiz ordinário. Assim, os habitantes do sertão, tanto índios como colonos, que viviam sem assistência judiciária e expostos aos desmandes do capitão-mor, teriam agora um mínimo de justiça.



O POVOAMENTO DO SERTÃO

Com a conquista do sertão abriu-se as cancelas para o seu povoamento de colonos. A maioria das terras ficaram divididas entre os maiores latifundiários, formadores da aristocracia rural sertaneja, especialmente àqueles que lutaram nas guerras contra os nativos: O coronel Manuel de Araújo Carvalho, que pacificou o Sertão, ficou com os sítios Olho d'Água e Brejo (atual Brejo das Freiras), no vale do Rio do Peixe; o capitão José Gomes de Sá assumiu inúmeras fazendas arrendadas à casa da torre, entre elas a fazenda Acauã, Riachão e Serra de Santa Catarina; Paulo Monteiro tornou-se proprietário da fazenda Conceição e o sítio Jardim (atual cidade de Sousa); O capitão Paulo Mendes de Figueiredo era dono da fazenda Patos, no sítio Pedra Branca; A casa da torre, embora com sede na Bahia, também possuía muitas terras no sertão paraibano e tinha um procurador que cobrava e recebia a renda dos sítios.

A família Oliveira Ledo possuía grandes propriedades: Teodósio era dono de dois terços das terras do agreste, uma parte ocidental dos Cariris Velhos e também era rendeiro da Casa da Torre no sertão do Rio do Peixe; os filhos de Teodósio, Francisco se estabeleceu no vale do Rio do Peixe como rendeiro da Casa da Torre e Antônio ficou com o sítio do boqueirão da antiga serra do Cornodió, cujo nome nesta época já estava corrompido para Cornoió; os sobrinhos de Teodósio, comissário Teodoro Alves de Figueiredo ficou com o arraial de Formiga, na Serra do Comissário (a serra teve este nome em sua homenagem); Manuel da Cruz Oliveira fundou o sítio Brejo da Cruz e Francisco da Rocha Oliveira fundou Catolé do Rocha. A irmã de Teodósio, Ana, fundou fazendas em Patos e nos Cariris Velhos; e Jacinto Alves de Figueiredo, o cunhado de Teodósio, fundou o sítio Boa Vista.



A povoação de Bom Sucesso do Piancó

Gradativamente, os sertões da Paraíba foram se tornando “civilizados”. Povoadores foram se estabelecendo nos antigos caminhos dos vaqueiros com roçados e comércios para tangedores, e assim foram se formando povoados. Os lenhos sendo desmatados para se transformarem em lenha, caibros e ripas, do barro retirado da terra se faziam telhas e tijolos para a edificação de casas. Nas matas, tatus, pebas, rolinhas, ribaçãs, capivaras, emas e outros animais seriam largamente consumidos como caça pelas populações que se instalaram nas ribeiras; com a vinda da seca, cacimbas eram abertas, os rios eram represados em barragens de pedra-e-cal, na tentativa de armazenamento da água quando a invernada sobreviesse e, com a gradativa fixação de colonos em fazendas, que cada vez mais avançavam para o interior, os índios e índias que remanesciam foram sendo incorporados ao mundo colonial. Enfim, aos poucos se formava o jeito sertanejo de civilizar.

8.1- O fim de Teodósio de Oliveira Ledo

O poderoso e temido Teodósio de Oliveira Ledo, que chegara ainda jovem no arraial de boqueirão trazendo sua jovem esposa Izabel Paes, não foi um chefe de família muito presente. Passou sua vida aventureira desbravando sertões, errante pelas caatingas sem domicílio definitivo. Além de desbravador e administrador dos sertões, Teodósio foi fundador de inúmeras fazendas e arraiais, sementes de muitas cidades atuais. Aventureiro ambicioso, predador de índios e conquistador de terras, Teodósio se destacou pela violência e desumanidade empregada contra os “selvagens”.

Certamente não estava presente na sua fazenda Santa Roza quando sua esposa faleceu deixando-lhe três filhos; Adriana, Francisco e Antônio. Viúvo, não demorou a casar novamente. Contraiu núpcias com Cosma Tavares Leitão, e neste segundo casamento não foi diferente, era um homem do mundo e se manteve ausente em suas contínuas andanças pelos sertões que lhe cabia administrar. Não deve ter presenciado também em sua nova fazenda às margens do Riacho Algodões quando nasceram os filhos deste seu segundo matrimônio; Maria, Teodósio Filho e Nicolau. Guerrear e percorrer sertões eram os entusiasmos que regiam a vida deste sertanista. Mas o vigor e a disposição não são eternos, um dia esvaem, e depois de anos a fio em conquistas expansivas e massacrantes, o já velho Teodósio aquietou-se. Não tinha outro jeito, estava cansado e limitado pelo peso da idade e pela perda gradativa da visão.

Eram fins de 1731, ou princípios de 1732, vinte anos se passara desde a pacificação do Sertão, quando um estampido de trovão se fez ouvir na paisagem pastoril da fazenda do boqueirão, nos Cariris Velhos, que fora fundada há quase 70 anos por Antônio de Oliveira Ledo, mas pertencia a outro Antônio de Oliveira Ledo, sobrinho neto- neto do primeiro e filho de Teodósio. Depois do trovão uma pancada de vento chegou assanhando as árvores, revirando as folhas, e penetrou no vazio entre os umbrais do boqueirão fazendo ecoar um som fantasmagórico,

como fosse um aboio da Natureza. Não era só o prenúncio de chuva, parecia presságio de luto. Algo de muito relevante estava por acontecer naqueles solos ruivos dos sertões caririzeiros.

De dentro da casa da fazenda se via um homem que se locomovia apoiando o ombro nas paredes, de íris brancas como um zumbi, tateando suas mãos trêmulas no vácuo a procura da janela para testemunhar o aguaceiro que se aproximava. Era o velho Teodósio de Oliveira Ledo, a bem dizer os escombros, ou as ruínas, do foi esse homem. Vendo-o assim, frágil, trôpego e enrugado, como um pássaro implume, ninguém haveria de supor que fora ele o protagonista da conquista dos sertões paraibanos.

Postado à janela que dava para o leito arenoso do Rio Paraíba (rio mau), aquele homem mau, que agora representava apenas a carcaça de um passado heroico, saboreou o cheiro de curral que fora assanhado pelo vento de chuva e, se valendo do sentido que lhe restara, se pôs a ouvir os sons espectros do vento. Ali, enquanto sua mão cega errava na soleira da janela, com os olhos erguidos a fitar as trevas no infinito, o velho sertanista recordava suas virtudes heroicas, e quando lhe vinha à mente algum atrito moral pelas mortes que lhe pesavam sobre os ombros, ele apenas se ria, falando consigo mesmo: - Tinha graça!

Aquele prenúncio de trovoadas trazia à janela as últimas expressões de um tempo que se diluía. Naquele dia, antes mesmo da chuva, já velho e cego, o sertanista tombou moribundo em sua cama de couro espichado assistido pelo filho Antônio de Oliveira Ledo e um padre, com os Santos Óleos para lhe administrar a extrema unção. As últimas palavras que o velho sertanista ouviu antes da morte vir ao seu encontro foram: *Deinde ego te absolvo a peccatis tuis...*

Logo depois desta absolvição em latim veio a chuva, violenta e esperançosa, varrendo as mazelas da seca e trazendo a ressurreição. Não para Teodósio, apenas para a flora moribunda daqueles imensos sertões. Até hoje não se sabe onde jazem os restos mortais deste famoso sertanista nem a frase que fora cunhada em sua epígrafe. Segundo a tradição ele teria sido sepultado na capela da própria fazenda onde morrera. Como uma brincadeira do destino, depois de viver errante pelos sertões em conquistas

e lutas sanguinárias, o velho Teodósio viera se render à morte exatamente no velho arraial do Coniodió, onde seu tio dera início ao desbravamento dos sertões paraibanos.

Capítulo 9

O PERÍODO POMBALINO NA PARAÍBA

Os tempos estavam mudando, acabaram-se as conquistas, morrera o último dos sertanistas e, como ocorrera na região litorânea ao fim das guerras contra os holandeses, os sertões da Paraíba estavam aquietados, sem novidades dignas de notoriedade.

A partir de meados do século XVIII se esboçava um novo modo de ver o mundo, na Europa surgira um movimento ideológico denominado Iluminismo, cujos intelectuais, entre os quais Voltaire, Montesquieu e Rousseau, condenavam as estruturas absolutistas e colonialistas e defendiam a reorganização da sociedade com base numa lei básica, a Constituição, que garantiria a liberdade individual e econômica.



O rei D. José I e o Marquês de Pombal

Em Portugal, morria El Rei D. João V e seu filho assumiu o trono, sendo coroado 07 de setembro de 1750 aclamado como D. José I. Jovem de 35 anos e sem qualquer habilidade para administrar, o novo monarca de Portugal nomeou Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, como seu primeiro-ministro, entregando-lhe a administração do reino com a máxima confiança.

Pombal tinha sido embaixador em Londres durante o reinado de D. João V e, convivendo nesta sociedade culta e liberal, que era o oposto de Portugal na época, foi influenciado pelos ideais iluministas, instalando uma forma de governo até então inédita em Portugal, que combinava a monarquia absolutista com o racionalismo iluminista.

De espírito reformador, adotou medidas enérgicas buscando uma maior eficiência administrativa e desenvolvimento econômico no Reino que estava em ruínas (literalmente) devido o terrível terremoto que destruíra a cidade em 1755. Era necessário reforçar as práticas mercantilistas no Brasil para angariar fundos e reconstruir Lisboa. Essa tragédia, aliada ao declínio da produção de ouro no Brasil, fez com que o ministro também aumentasse os tributos e estabelecesse monopólios, criando algumas companhias de comércio.

O Período Pombalino se estende de 1760 a 1808 e leva esse nome devido às reformas realizadas na metrópole e nas colônias portuguesas pelo Marquês de Pombal. Uma de suas principais iniciativas no Brasil foi extinguir definitivamente as capitanias hereditárias, comprando e confiscando os territórios dos poucos donatários ainda existentes; transferir a capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, a fim de fiscalizar com rigor a exportação do ouro; limitar os poderes da Companhia de Jesus sobre os índios do Brasil e, finalmente, em 1759, para atender as queixas dos colonos que acusavam os jesuítas de monopolizar a mão-de-obra indígena, expulsou a Ordem de todas as colônias portuguesas, alegando que a Companhia de Jesus se envolvera num atentado contra o rei. A expulsão dos inicianos proporcionou, além do confisco de suas imensas propriedades, a extinção das escolas da Companhia de Jesus.

Na campanha do Marquês de Pombal contra a Companhia de Jesus, o jesuíta italiano Gabriel Malagrida, sacerdote que há muito se dedicava a obras de caridade e assistência social e que edificou escolas, orfanatos, asilos, igrejas e casas de caridade em diversas partes do Norte e Nordeste do Brasil, após a expulsão da Companhia de Jesus começou a pregar que o terremoto em Lisboa teria ocorrido por causa da política

antijesuítica pombalina. Em reação à calúnia, Pombal providenciou a prisão e condenação do padre pelo Santo Ofício. O que não foi difícil porque o Inquisidor de Portugal era seu irmão. Malagrida foi acusado de herege, morreu garrotado e seu corpo queimado em 1761 no Auto da Fé em Lisboa.

Em favor de integrar os judeus e índios na sociedade, Pombal determinou a supressão da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos. Instituiu o Português como língua oficial no Brasil proibindo o uso das línguas nativas, estimulou o casamento entre colonos e índios, aboliu a escravidão indígena e extinguiu o sistema de aldeamentos, substituindo as aldeias por povoações civis (lugares ou vilas) com remanejamentos de índios para as novas vilas.

Com pode-se notar, as medidas pombalinas transformaram por completo o universo do Brasil colonial. As primeiras vilas criadas na Paraíba foram: Alhandra (1758), sediada na antiga aldeia de Aratagui, que fora acrescentada com índios da aldeia Siri, de Goiana; a vila de São Miguel da Baía da Traição (1762) na antiga aldeia potiguara de Acaütibiró; a vila de Monte-mor (1762), na aldeia Preguiça, dos potiguara, e para onde também foram deslocados nativos Fagundes, Cavalcante, Sucuru (da aldeia Boa Vista) e Canindé: a Vila de N. S. do Pilar (1763), na antiga missão dos Cariris, para onde foram remanejados também os nativos curema; e a Vila do Conde (1768), na antiga aldeia Jacoca dos tabajara, para onde foram também levados índios Panati. No sertão, a povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, que já fora o antigo Arraial de Piranhas, foi criada a Vila Nova de Pombal em homenagem ao Ministro (1772), e foi criada a Vila do Príncipe nas terras do Seridó (1790), onde hoje é a cidade de Caicó, pois naquele tempo a região que compreendia os atuais municípios de Parelhas, Jardim, Caicó, Serra Negra, Acari e Currais Novos fazia parte da freguesia de N. S. do Bom Sucesso de Pombal e pertencia a Paraíba.

Desse modo, as populações indígenas foram integradas à vida colonial e se distanciavam de seus costumes nativos. Todo o território da Paraíba passou a constituir um só município, com sede na cidade da

Parahyba, com jurisdição administrativa a cargo do capitão-mor e a judiciária na pessoa do ouvidor-geral e dos corregedores de comarcas.

9.1 - A Paraíba é anexada à Pernambuco

Do litoral ao sertão existiam numerosos núcleos populacionais, alguns já servidos de freguesia, mas a Paraíba se encontrava em estado de calamidade econômica porque os atravessadores desviavam as mercadorias da Capitania para o porto de Recife e as boiadas eram comercializadas nas feiras de Igarçu e Goiana, em Pernambuco. Os produtos escoavam clandestinamente pelas Estradas das Boiadas ou através de embarcações como o bergantim, e o então governador da Paraíba, Luís Antônio de Lemos Brito, não via solução para este impasse. Para piorar ainda mais a situação, em 1756 o governo pombalino decidiu criar a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba como medida de contenção de gastos e concentração de recursos. A companhia passou a monopolizar o comércio das capitanias e emprestava dinheiro a juros exorbitantes aos senhores de engenho. À empresa caberia comprar e vender os produtos pelo preço que bem entendesse, dispunha de uma frota de navios para o escoamento dos produtos e os mesmos navios traziam de Portugal vinho, azeite, manteiga, queijo, bacalhau, fazendas, miudezas e demais artigos para as capitanias sujeitas ao monopólio.

A Paraíba, já vinha há anos em estado de pobreza deplorável por causa de uma seca que perdurou entre 1710 e 1712 e outra em 1724 e uma praga de lagarta que devorou as plantações. O inverno rigoroso de 1729 quando o rio Paraíba botou uma cheia que inundou as várzeas destruindo lavouras, roças, arrasou engenhos, matou gado e arruinou caixas de açúcar nos passos, agravando ainda mais a situação da Paraíba, que depois dessa calamidade só tinha a renda deficitária do dízimo real como fonte para os encargos da administração. No entanto, a partir de 1753 o dízimo passou a ser arrecadada em Pernambuco e a Paraíba teve de amargar também a usuração seu dízimo real. Com essa precariedade de rendas o governo pombalino atendendo os interesses da burguesia comercial do Recife e no

ano de 1756 decretou a anexação da Paraíba à Pernambuco. Penúria que durou 43 anos.

Como capitania subordinada a Pernambuco, a verba que lhe vinha era insuficiente para as despesas administrativas, muito menos para as extraordinárias. Os prédios ruíam sem reparos e não havia dinheiro nem para os dispêndios de expediente, como tinta e papel. A Paraíba também carecia de escola, pois o único estabelecimento de ensino que existia era o Colégio dos jesuítas, fundado pelo missionário Gabriel Malagrida, mas desde a expulsão dos padres inacianos o prédio confiscado passara a servir de residência ao ouvidor geral.

Reclamações começaram a se registrar. A companhia falhava na remessa de artigos essenciais e com a escassez das mercadorias o preço destas aumentava. Além disso, a companhia cobrava juros elevados e os nossos moradores bem depressa foram se endividando. A produção açucareira entrou em colapso, arrastando consigo o comércio, os senhores de engenho experimentavam dificuldades porque os implementos de que necessitavam – tachos, moendas, alambiques e ferramentas – eram fornecidos a preços elevadíssimos. A companhia também falhava no fornecimento de escravos.

Por outro lado, o governo de Pernambuco, que centralizava as decisões na esfera administrativa, militar e financeira das duas capitanias, também estava passando por um período de crise, sendo impossível remediar a situação da economia paraibana.

Embora o período pombalino não tenha sido positivo para os colonos da América Portuguesa, nem muito menos para a Paraíba, o Marquês de Pombal foi um grande reformador no sentido de reerguer Portugal sob os princípios iluministas. Maçom, de pulso firme e austero, foi responsável pela abolição da escravidão em Portugal, reorganizou o sistema de educação e militar, melhorou as relações com a Espanha e criou o novo código penal. Mas em fins de fevereiro de 1777 falecia o Rei D. José I, que devido o governo pombalino fora apelidado de “O Reformador”, e sua morte também significou a desconstrução de quase todo o projeto que Pombal iniciara.

OS GOVERNADORES DA CAPITANIA DA PARAÍBA

Os capitães-mores do período entre 1558 e 1634

1 - João Tavares	1585-1588	7- Francisco C. de Carvalho	1610-1612
2- Frutuoso Barbosa	1588-1591	8- João Rabelo de Lima	1612- 1616
3- André de Albuquerque	1591-1592	9- Francisco Nunes M. de Sá	1616- 1620
4-Feliciano C. de Carvalho	1592-1600	10-João de Brito Correia	1620- 1622
5- Francisco de S. Pereira	1600-1604	11- Afonso de França	1622- 1627
6- André de Albuquerque	1604- 1610	13- Antônio de Albuquerque	1627- 1634

Os Diretores holandeses entre 1634 e1654

Governadores holandeses da Paraíba entre 1634 e 1645			
Servais Carpentier	1634- 1636	Gilbert With	1639-1645
Ippo Eyssens	1936- 1636	Paulus de Linge	1645-1654
Elias Herckmans	1636- 1639		

Os governadores pós-restauração

Triunvirato - 1645-1655	Antônio Torreão Castelo Branco- 1720-1722
João Fernandes Vieira - 1655-1657	João de Abreu Castelo Branco - 1722-1729
Antônio Dias Cardoso - 1657	Francisco Pedro de M. Gujão- 1729-1734
Matias de Albuquerque Maranhão - 1657-63	Pedro Monteiro de Macedo - 1734-1744
João do Rego Barros - 1663-1667	Junta dos Oficiais da Câmara - 1744-1744
Luis Nunes de Carvalho - 1667-1670	João Lobo de Lacerda- 1744-1745
Inácio Coelho da Silva - 1670-1674	Antônio Borges da Fonseca- 1745-1753
Manoel Pereira de Lacerda - 1674-1684	Luis Antônio de Lemos Brito - 1753-1757
Antônio da Silva Barros - 1684-1687	José Henrique de Carvalho- 1757-1761
Amaro Velho Cerqueira - 1682-1692	Francisco Xavier de M. Henrique- 1761-64
Manoel Nunes Leitão - 1692-1697	Jerônimo José de Melo Castro- 1764-1797
Manoel Soares Albergaria - 1697-1700	Triunvirato - 1797-1798
Francisco de Abreu Pereira - 1700-1703	Fernando Delgado F. de Castilho- 1798-1802
Fernando de Barros Vasconcelos - 1703-1708	Luis da Mota Feo- 1802-1805
João Maia da Gama - 1708-1717	Amaro J. Raposo de Albuquerque- 1805-1809
Antônio Velho Coelho - 1717-1719	Antônio Caetano Pereira- 1809-1815
Junta dos Oficiais da Câmara - 1719-1720	

Capítulo 10

OS TEMPOS DA RAINHA

Após a morte de D. José I, como este não teve filhos homens, sua filha mais velha, que atendia pelo breve nome de Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana de Bragança (ufa!), assumiu o trono aos 42 anos, aclamada como D. Maria I.

Seu primeiro ato como rainha foi à demissão do Marquês Pombal (a quem odiava), dando início a uma série de mudanças políticas e econômicas para alterar o s r u m o s t o m a d o s p e l a administração pombalina.

Em virtude desta nova administração real, ainda em 1777, foi extinta a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba e Fernando Delgado Freire de Castilho foi nomeado capitão-mor da Paraíba com a incumbência de examinar as possibilidades de renda, capacidade dos portos, produção e extensão das matas para promover a desanexação da Capitania. Com base no laudo do capitão-mor foi devolvida a autonomia da Paraíba.



Rainha D. Maria I

Por esta época a população da Paraíba era de 39.894 almas entre brancos, índios, mulatos e pretos, e o novo capitão-mor da Paraíba, para reerguer a Capitania arruinada, organizou as finanças, a milícia, o corpo administrativo e com auxílio do naturalista Manuel de Arruda Câmara, introduziu melhorias técnicas agrícolas da Paraíba e ainda o incumbiu de realizar estudos concernentes à fauna e a flora dessa Capitania. Pois a fomentação da cultura e da ciência era incentivada pela rainha de Portugal.

Por esse tempo a Paraíba se revestia de importantes obras, em 1779 estava sendo concluída na Capital a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e a fachada da igreja de Santo Antônio, dos franciscanos, que é hoje considerado um dos mais notáveis monumentos de arte barroca no Brasil.



A igreja, cruzeiro e convento dos franciscanos na Parahyba

Por essa época ainda já estava se tratando para a construção de um cais no porto do varadouro. Em 1782 se construía a fonte do Tambiá e três anos depois se construía a fonte do Gravatá e um açougue público na cidade.



O Porto do Capim no varadouro das naus

A capitania já tinha uma considerável população nesta época. Na sede eram 17.522 habitantes, no Mamanguape contava com uma população de 8.395 pessoas, a Vila do Pilar contabilizava 953 habitantes, em Baía da Traição a população era de 1.258 pessoas, os Cariris Velhos somavam 3.199 habitantes e Pombal, que era a vila mais populosa do interior, contava com 7.711 almas.

10.1- Fundação da Vila Nova da Rainha

A povoação de Campina Grande, localizada no Cariri de Fora, a mesma que serviu de repouso para Teodósio de Oliveira Ledo no longínquo ano de 1697, possuía 2.489 habitantes no ano de 1790, quando foi elevada à categoria de vila com o nome de Vila Nova da Rainha, em homenagem a monarca D. Maria I de Portugal. Situada no cruzamento de várias estradas reais, este pequeno arruado à margem do Riacho das Piabas, embora pouco populoso, era um dinâmico ponto de trocas e rota obrigatória para as tropas de boiadeiros, almocreves e tangerinos que desciam do Seridó, Curimataú e Sertão com destino a Goiana e Olinda. Campina Grande nasceu aldeia de índios Bultrins, que eram também chamados Cavalcante por conta de seu líder, e se tornou centro

missionário de catequese indígena em 1698, quando Teodósio de Oliveira Ledo trouxe um frade franciscano para fincar cruzeiro e iniciar a missão.

O frade certamente ficou satisfeito porque junto a aldeia havia uma grande lagoa alimentada pelo Riacho das Piabas (que depois viria a ser chamada de Açude Velho), que proporcionava ao lugar condições adequadas para o sedentarismo, pois era possível à agricultura e à pesca. Assim, como o lugar já era rota das boiadas, muitos brancos e mamelucos também foram se estabelecendo em torno da Missão, especialmente a família dos Oliveira Ledo que já possuíam terras naquelas paragens. Porém, a Missão de Campina Grande, depois de trinta anos em bom funcionamento (em 1758), foi extinta, por força do Diretório Pombalino que extinguiu todas as missões indígenas do Brasil, e os indígenas que viviam na terra foram transferidos em 1762 para a Vila de Monte-mor (atual cidade de Rio Tinto) que fora criada naquele ano.



A Vila Nova da Rainha

Sete anos depois (em 1769) a povoação foi elevada à condição de Freguesia, sob orago de N. S. da Conceição, sendo desmembrada da Freguesia de N. S. dos Milagres, que era sediada na vila de São João do Cariri de Fora. A capela que servia de Matriz à Freguesia de N. S. da Conceição de Campina Grande era uma ermida rústica e de minguadas

proporções, virada para noroeste, que fora erguida em 1759, junto com um cruzeiro de madeira sob base de cantaria, em torno da qual se centralizava a vida social e comercial da povoação.

10.2- As loucuras da Rainha

Mesmo com estas boas iniciativas da Fazenda Real na primeira fase do reinado de D. Maria I, a situação da Paraíba ainda era muito difícil devido o contínuo aumento dos preços dos alimentos, as secas constantes, a estagnação do comércio e a falta de assistência da metrópole. Os navios não frequentavam o porto por falta de carga, muitos engenhos estavam de “fogo morto” e a maior parte dos proprietários de terra e mesmo dos comerciantes locais compravam seus suprimentos no Recife, onde hipotecavam suas futuras produções. Portanto, os gêneros produzidos na Paraíba continuavam sendo escoados para Pernambuco sem que antes passassem na alfândega paraibana, porque nossos comerciantes e agricultores eram financiados e devedores dos negociantes pernambucanos, e se viam obrigados a comercializar com a praça do Recife, que também dependia das mercadorias produzidas na Paraíba.

O reinado de D. Maria I foi de grande atividade assistencial, cultural, comercial e diplomática, mas eram tempos difíceis, e a Rainha se viu forçada a promulgar um alvará em 1785 impondo pesadas restrições as atividades no Brasil. Então começaram a surgir rebeliões e movimentos de contestação ao domínio e aos abusos da metrópole sobre a colônia. Estes movimentos, embora setoriais, eram inspirados pelos ideais de libertação, da filosofia iluminista, que chegaram à América colonial trazendo anseios emancipacionistas que acabaram por culminar na independência dos Estados Unidos da América em 1776 e, no século seguinte, dos demais países ibero-americanos.

A primeira rebelião foi um movimento de integrantes da aristocracia mineira, cujo objetivo principal era conquistar a Independência do Brasil. Em 1789, após ser delatado por Joaquim Silvério dos Reis, o movimento foi descoberto e interrompido pelas tropas oficiais. Os inconfidentes foram presos em 1792. Alguns filhos da aristocracia ganharam penas

brandas como o açoite em praça pública ou o degredo, mas Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, por ser menos influente, foi condenado a forca como sendo líder do movimento e executado em 21 de abril de 1792. Partes do seu corpo foram expostas em postes na estrada que ligava o Rio de Janeiro a Minas Gerais, sua casa foi queimada, o chão salgado e seus bens confiscados.

Essas medidas eram para servir de exemplo e coibir novos movimentos. No entanto, seis anos depois, em agosto de 1798, eclodia outro movimento separatista, desta vez na Bahia, e assim como a Inconfidência Mineira, seus membros foram presos, executados por enforcamento e suas cabeças foram postas em praça públicas para que servissem de exemplo. Conspirar nestes tempos não era um bom negócio.

A rainha D. Maria I não fora a responsável por estas execuções, pois era uma mulher caridosa e muito religiosa, mas desde 1786, devido à morte de seu marido, começou a dar sinais de loucura, obcecada com as penas eternas que o pai estaria sofrendo no inferno por ter permitido a Pombal perseguir os jesuítas. Dois anos depois, em 1788, o seu filho mais velho e herdeiro do trono, D. José, também faleceu, levado a rainha a evoluir suas manifestações de loucura, especialmente porque a morte de seu filho fora porque ela, por devoção religiosa se recusou a vaciná-lo contra a varíola.

Seus lapsos de devaneios evoluíram ao ponto de seu filho João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antônio Domingos Rafael de Bragança, ou simplesmente príncipe D. João, passar a tomar conta dos assuntos de Estado, aos 30 anos (em 1792). Exatamente no ano em que se deu a execução de Tiradentes.

10.3- Últimos suspiros do período colonial

Na Paraíba os ideais de um projeto político pautado na luta pela igualdade, liberdade e fraternidade germinavam desde 1796, quando o naturalista paraibano Manoel de Arruda Câmara fundou a primeira loja maçônica do Brasil, o Arcópagos de Itambé, numa casa limítrofe entre as Capitânicas de Pernambuco e Paraíba. A Loja disseminou as ideologias da

Revolução Francesa e contra o absolutismo monárquico de Portugal. Faziam parte do areópago figuras importantes da sociedade pernambucana e paraibana da época. O mundo estava em ebulição e estes ideais iluministas depois seriam também disseminados pelo Seminário de Olinda e viriam eclodir movimentos também na Paraíba, mas isso é assunto para o período pós-colonial.

Na Europa, a Revolução Francesa derrubava gradativamente o absolutismo e mandava reis para a guilhotina, por isso vários países europeus absolutistas declaram guerra à França para tentar combater este perigoso exemplo. Em meio a estas guerras o líder militar francês Napoleão Bonaparte, em 1799, assumiu o governo francês e passou a dominar toda a Europa expandindo seu império.

Em Portugal, neste mesmo ano, devido à total insanidade mental de sua mãe, D. João tornara-se Príncipe Regente, mas ele não tinha tino político, seu irmão falecido era quem havia sido preparado para ser monarca, D. João era tímido e além de não ter sido moldado para reinar, sua ascensão ao trono se dera em momento delicado porque o tempo estava se fechando na Europa. Napoleão, em guerra contra os ingleses, havia decretado o fechamento dos portos para o comércio com a Inglaterra e D. João relutava em aderir devido a aliança que Portugal tinha com o governo inglês. Então Napoleão deu um ultimato de que invadiria Portugal e derrubaria o governo dos Bragança se este não se decidisse. Portugal era um reino decadente e não tinha como enfrentar os exércitos franceses e por isso o Rei achou por bem fugir, e trazer a família real e toda a corte para se exilar no Brasil.



O príncipe regente D. João e sua mãe, a rainha, em fuga para o Brasil

A esquadra portuguesa levou quase dois meses para atravessar o Atlântico. Antigas e mal equipadas as naus não lembravam nem de longe os tempos áureos de quando Portugal era a maior potência marítima do mundo. Cordas e velas apodrecidas, vazamentos nos cascos que faziam água copiosamente forçando os marinheiros a trabalhar dobrado para escoar a água. As naus estavam imprestáveis.

Como se tratava de uma fuga apressada, os navios viajavam lotados de gente, para se ter uma ideia, só a nau capitânia, que levava D. João e a rainha Maria I, iam 1.045 pessoas, o navio não tinha espaço, os suprimentos eram insuficientes e a peste bubônica se alastrava entre os passageiros devido à grande quantidade de ratos que embarcaram com os lordes para o Brasil. Na nau em que viajou a princesa Carlota Joaquina e seus filhos houve uma infestação de piolhos que obrigou até as mulheres a raspar os cabelos, ficaram todas carecas.

Quase dois meses depois, em meados de janeiro de 1808, a mesma Paraíba que 300 anos antes tinha visto a chegada da frota de reconhecimento de Américo Vespúcio arranhar o litoral, agora testemunhava um acontecimento que viria mudar os rumos da colônia portuguesa do além-mar, pois aportava na enseada de Lucena um navio reinol, muito avariado, que perdera o mastro principal e estava com sérios

vazamentos. Uma novidade que deixou todos na Parahyba curiosos. Quem seriam estes grã-finos?



O capitão na sacada da morada dos capitães-mores,
no Pátio do Erário nas fachadas.

No dia seguinte, quando os primeiros raios matinais tomavam a cidadezinha da Parahyba, o então capitão-mor João de Albuquerque Maranhão dormia inquieto. Sonhava caindo num abismo sem fundo. De sobressalto despertou assustado, mas logo respirou o alívio ao constatar que tivera um pesadelo e estava ileso. Para afugentar a adrenalina que ainda fazia seu corpo tremer, levantou e abriu a janela, de onde podia vislumbrar a cidade que administrava. Não era grande coisa, tinha cerca de 300 habitantes, cinco ermidas, uma matriz, três conventos, uma misericórdia com seu hospital e dois chafarizes. O capitão havia levantado antes do habitual, o sol ainda tímido começava a esboçar luz

Mas ele não pretendia voltar para a cama, temia que o pesadelo voltasse, então ficou na janela a acompanhar o despertar da cidade. O sol foi tomando as ruelas e a movimentação dos colonos foi animando o cenário. Mas aquela manhã estava diferente porque vagava pelas ruas tortuosas da Parahyba gente estranha, com roupas finas, e logo veio à lembrança do capitão os últimos fatos passados, concluindo que aqueles transeuntes eram tripulantes do navio avariado que aportara no dia anterior. Uma gente curiosa, que inspecionava a cidade a título de ócio

enquanto sua embarcação não estava em condições de seguir viagem para a capital da Colônia, no Rio de Janeiro.



Uma manhã diferente na cidade da Parahyba

Mas o capitão-mor sabia que não era só isso. Ele havia disponibilizado material e homens para a reforma do navio e também os mantimentos necessários, pois conversou com o capitão da nau e foi informado que a embarcação fora avariada pelas tempestades depois de quase dois meses em alto mar e mais de 6.000 quilômetros percorridos na travessia do Atlântico, era a embarcação D. João de Castro, que trazia cento e vinte passageiros, entre os quais figuravam o Duque de Cadaval e os condes de Belmonte e Redondo. Ou seja, era um dos navios que compunha a frota que viajava em fuga da corte portuguesa, mas esta que chegou à Paraíba se perdera do restante da armada e, com sérios problemas, teve de fazer esta parada de emergência.

A frota da qual desgarrara, segundo lhe revelara o capitão, era composta de trinta e seis navios que navegava sob proteção da marinha britânica e trazia nada mais nada menos do que o único soberano europeu a botar os pés em terras americanas, o Príncipe Regente D. João, além da rainha louca, toda a família real portuguesa e mais cerca de 15 mil pessoas

da corte, entre nobres e funcionários, que, por força da conjuntura em que os exércitos de Napoleão Bonaparte ameaçava invadir Portugal, abandonaram o país à própria sorte.

Aquela sua visão matinal, de gente da corte trafegando pela cidade, trazia ares novos e provocava no capitão-mor um poço sem fundo de novas reflexões, pois a transferência da corte sob a regência do príncipe D. João era um acontecimento que mudaria para sempre e de forma profunda a vida dos brasileiros. Representava para o Brasil o fim do sistema colonial e a libertação de três séculos de monopólio português. O Brasil se tornaria a sede político-administrativa do Império luso e ocasionalmente seria elevado à categoria de Reino Unido de Portugal.

Debruçado sobre o parapeito calcário de sua janela o capitão-mor inspecionou ao longe as sinuosas águas do rio Sanhauá, que refletiam tanta história, e com seu olhar perdido a conjecturar o futuro, pôs-se a imaginar que estas mudanças em marcha poriam um fim definitivo na História Colonial da Paraíba para dar início a um novo período ainda muito incerto. De fato, esta guinada repentina e brusca viria modificar de forma radical os deslanches históricos a partir de então. Mas isso já é outra história...

O leitor paraibano está sendo brindado com o livro História colonial da Parahyba, de Erik Brito. E chama a atenção o cuidado que o autor teve já na construção do título, ao escrever o topônimo “Parahyba” com a partícula “hy”. Com isso ele já remete o seu público para uma época bem específica da historiografia local. Certamente o leitor terá em mãos uma nova vertente dos fatos que construíram a sociedade colonial paraibana. É adquirir e ler.

Nonato Nunes
Jornalista e escritor

Um fato marcante na obra do jovem historiador é aquele que justificaria o batismo dado à Baía da Traição. Nele, Erik Brito historia um dos primeiríssimos contatos registrados entre nativos e estrangeiros na Paraíba, sem poupar detalhe. O relato cru, no entanto, impressiona o leitor, convidando-o a conhecer quanto mais tem a oferecer a história colonial paraibana.

Luiz Galdino
Escritor e pesquisador

Erik enriquece nossa bibliografia com o História Colonial da Parahyba, quando assume, enquanto estratégia didática, o lúdico, e recorre às artes para perfumar suas páginas com as possibilidades encantadoras que só mesmo estas têm. Nunca é demais revisitar nossa história, de tão requintadas nuances e de tão integradas tramas, neste tecido de acontecimentos, o olhar do historiador que vê pelas lentes coloridas e multissensoriais das artes, se faz alicerce, e como um presente, nos traz um recorte deste passado tão rico quanto a narrativa aqui que discorre idilicamente sobre esta Parayba colonial de tantas histórias.

Aluízio Guimarães

Teatrólogo, Cineasta e Produtor Cultural da UFCG

Erik tem demonstrado perspicácia e trato com as pesquisas. Jovem que apresenta grande futuro no campo da História e Arqueologia da Paraíba.

Dr. Juvandí de Souza Santos

Arqueólogo e diretor do Museu de História Natural da UEPB